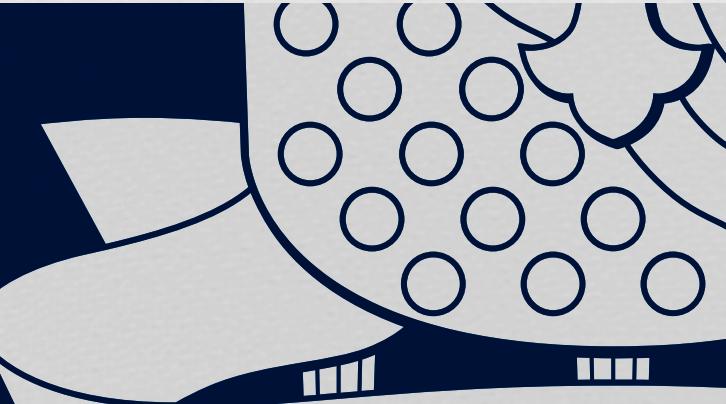


Raízes de pedra e mar

*retratos do ensino da
graduação da UFPB*

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Mônica Nóbrega
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
(organizadoras)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Reitora

Mônica Nóbrega
Vice-Reitora



Editora UFPB

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
Diretora Geral da Editora UFPB

Rildo Coelho
Coordenador de Editoração

Raízes de pedra e mar

*retratos do ensino da
graduação da UFPB*



1^a Edição – 2025

Esta obra integra a publicação de livros digitais (e-books) do Edital 01/2025 da Editora UFPB, em regime de fluxo contínuo. A chamada pública visa fomentar a divulgação da produção científica, literária, artística e didático-pedagógica da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, contemplando obras de autoria individual, coautoria ou coletâneas.

Direitos autorais 2025 - Editora da UFPB



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitada a Licença Creative Commons indicada.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À:



Cidade Universitária, Campus I – Prédio da Editora Universitária, s/n

João Pessoa – PB CEP 58.051-970

Site: www.editora.ufpb.br

Instagram: @editoraufpb

E-mail: atendimento@editora.ufpb.br

Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à



CONSELHO EDITORIAL – Editora UFPB

Portaria Nº 202, de 08 de agosto de 2025 – Reitoria

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento – Presidente | Editora UFPB

Alexandre Coelho Serquiz | Ciências da Saúde

Daniel Araújo de Macedo | Engenharias

Eduardo Rodrigues Viana de Lima | Ciências Exatas e da Natureza

Franklin Kaic Dutra-Pereira | Ciências Biológicas

José Ferrari Neto | Linguística, Letras e Artes

Maurício Rombaldi | Ciências Humanas

Milton César Costa Campos | Ciências Agrárias

Tiago Bernardon de Oliveira | Ciências Humanas

Márcia Félix da Silva | Interdisciplinar

Viviane da Costa Freitag | Ciências Sociais Aplicadas

Catalogação na Publicação Seção de Catalogação e Classificação

- R161 Raízes de pedra e mar : retratos do ensino da graduação da UFPB [recurso eletrônico] / Terezinha Domiciano Dantas Martins, Mônica Nobrega, Ana Cláudia da Silva Rodrigues (organizadoras). - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora UFPB, 2025.
E-book.
Modo de acesso: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>
ISBN: 978-65-5942-317-0
1. Educação Superior – Cursos de Graduação. 2. Ensino de Graduação – UFPB - Trajetória. 3. Pro-Reitoria de Graduação - UFPB. I. Martins, Terezinha Domiciano Dantas. II. Nobrega, Mônica. III. Rodrigues, Ana Cláudia da Silva. IV. Título.

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Mônica Nóbrega
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
(organizadoras)

**RAÍZES DE PEDRA E MAR:
RETRATOS DO ENSINO DA GRADUAÇÃO DA UFPB**

Editora UFPB
João Pessoa
2025

PREFÁCIO

Celebrar os 70 anos da Universidade Federal da Paraíba é reconhecer a força de um trabalho que atravessa gerações, transformando vidas e construindo um país mais justo. Ao longo de sete décadas, a UFPB consolidou-se como um espaço democrático, autônomo, de respeito às diferenças. Lugar de criação e partilha do saber, de promoção da ciência, da arte, do desenvolvimento e da esperança. Permanentemente sendo construída, ao longo dos anos, por todas as pessoas que fizeram, fazem e farão parte da instituição, a UFPB foi, é e sempre será o caminho de milhares de pessoas que encontraram, encontram e encontrarão aqui não apenas uma formação profissional, mas também um sentimento profundo de pertencimento, de escuta, de passado e de futuro.

Como parte desta celebração, trazemos para os/as leitores/as o livro **Raízes de pedra e mar: Retratos do ensino da graduação da UFPB**, escrito pelas pessoas que fazem parte da PRG, e formado por sete capítulos, trazendo informações importantes não apenas para o público interno da UFPB, mas para toda a sociedade. Ao lê-lo, o/a leitor/a conhecerá a estrutura da PRG, desde o seu organograma até as competências dos setores que dela fazem parte, observando o papel estratégico fundamental que esta pró-reitoria assume na UFPB através do planejamento, coordenação e execução da política de graduação, com atuação que abrange a regulação de cursos, a gestão acadêmica, o planejamento pedagógico, a avaliação institucional, os estágios, bem como os programas e projetos acadêmicos.

O **primeiro capítulo** do livro mostra uma contextualização dos cursos de graduação da UFPB: desde a criação do curso de Bacharelado em Agronomia, em Areia, em 1947 (primeiro

curso), antes da criação da Universidade da Paraíba, em 02 de dezembro de 1955, passando pelos dois momentos de maior expansão dos nossos cursos: a criação do Campus IV, no Litoral Norte da Paraíba (CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação), nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, fruto do Projeto Expandir, do governo federal, em 2006, e a criação de 54 cursos através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, pelo governo federal, para democratizar o acesso ao ensino superior, aumentar a qualidade do ensino e otimizar recursos nas universidades federais.

Nos **capítulos seguintes**, o/a leitor/a conhecerá melhor cada coordenação que faz parte da PRG, a saber, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Regulação e Avaliação, Coordenação de Currículos Acadêmicos, Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos e a Coordenação Geral de Estágio.

No **capítulo da Coordenação Acadêmica**, destaque para o trabalho da Comissão de Estudos Técnicos sobre Novas Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Paraíba que elaborou proposta de criação de dois novos processos seletivos: o Processo Seletivo Próprio (PSP), para ocupação de vagas novas ociosas do SiSU e do PSCE, e o Processo Seletivo Específico (PSE), para reocupação de vagas decorrentes de abandono, cancelamento ou evasão (vagas residuais).

No **capítulo da Coordenação de Regulação e Avaliação**, importância para o cadastramento da UFPB que está sendo realizado ao longo deste ano de 2025. Além disso, o/a leitor/a saberá mais sobre a nova sistemática de gestão interna das avaliações de cursos na UFPB, criada em novembro de 2024

e conduzida pela nova gestão da Pró-Reitoria de Graduação, com resultados expressivos.

No **capítulo da Coordenação de Currículos Acadêmicos**, fiquem atentos/as à discussão sobre as ações estratégicas da Coordenação, bem como aos projetos de destaque e suas repercussões na Instituição, às colaborações institucionais e parcerias e, finalmente, aos resultados quantitativos e qualitativos expressos numa Coordenação que entende o currículo como o elemento que molda a experiência universitária do indivíduo.

No **capítulo da Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos**, conheçam os diversos programas e projetos acompanhados por esta Coordenação, a exemplo da MONITORIA, PET, PIBID, PROTUT, PROLICEN, PÉ-DE-MEIA, QUALIGRAD, Residência Pedagógica e vejam como esta Coordenação cumpre papel estratégico ao alinhar normativas nacionais com as demandas acadêmicas da UFPB.

No **capítulo da Coordenação Geral de Estágio**, que realiza a gestão institucional dos estágios nos cursos de graduação da Universidade, coordenando atividades nos 4 (quatro) campi da Instituição: I (João Pessoa), II (Areia), III (Bananeiras) e IV (Litoral Norte), o/a leitor/a conhecerá como este trabalho é feito em articulação com diferentes Pró-Reitorias, Coordenações e Superintendências, e nos campi, com diversas Direções de Centro, Departamentos e Coordenações de curso, além de estabelecer parcerias com instituições externas à Universidade.

Por fim, no **último capítulo**, o/a leitor/a poderá conhecer melhor o **Observatório de Dados da Graduação** (ODG): sua criação, a importância da sua atuação durante o período da pandemia da COVID, até chegar ou sistema **SIGMA**, plataforma concebida como um produto fruto da parceria

entre diferentes unidades institucionais da UFPB, incluindo a PRG, a GII (Gerência de Inteligência Institucional) da STI, e o LAGID (Laboratório de Gestão & Inteligência de Dados), articulando competências técnicas e acadêmicas em prol da gestão. Todo este trabalho é importante para a PRG e para os gestores da Universidade como um todo, pois consolida dados que estão à disposição para funcionarem como auxiliares nas tomadas de decisão em relação a questões fundamentais, como é o caso da evasão e da retenção.

Excelente leitura!

João Pessoa, 31 de outubro de 2025.

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Reitora da Universidade Federal da Paraíba

Mônica Nóbrega

Vice-Reitora da Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
----------	---

CAPÍTULO 1	
ENTRE HORIZONTES E CONQUISTAS: A TRAJETÓRIA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	12

Ana Cláudia da Silva Rodrigues
André Luiz Batista de Macedo
Letícia Maria Macedo de Azevedo
Niedjá Sousa Melo
Renata Conceição Neves Monteiro
Joaldo dos Santos Barbosa
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante

CAPÍTULO 2	
A COORDENAÇÃO ACADÊMICA	41

Uyguaciara Veloso Castelo Branco
Hellen Christine de Oliveira Felix
José Bernardo Campelo
Ivanildo José Gurgel de Oliveira
Evandro Farias Rocha
Dennis Mitchell Melo da Silva
Evair Ferreira Furtado
Herbert Florêncio da Silva
Izaias Costa Correa
João Victor Faria de Carvalho
Layane Marques de Souza
Nayara Márcia Cavalcanti de Sá Leitão
Pablo Santos de Holanda
Paulo Fernando Cavalcante Correia
Raimundo José Duarte
Sérgio Ricardo Justino Sales
Tânia Maria Cardoso de Oliveira
Tassiana de Sousa Pereira
Veruska Delgado Viaro Diniz

CAPÍTULO 3	
A COORDENAÇÃO DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRG	71

Hidelbrando José Farkat Diógenes
Álvaro Helton Teixeira da Silva
Fernando Cézar de Lacerda Alves
João Paulo Costa Rolim Pereira

CAPÍTULO 4

POR UMA COORDENAÇÃO DE CURRÍCULOS ACADÊMICOS MAIS DINÂMICA, DIALÓGICA E INCLUSIVA

95

*Silvânia Lúcia de Araújo Silva
Ana Paula Augusta da Silva Fernandes
Guilherme Henrique de Oliveira Sousa
Natália Gomes da Silva Figueiredo
Theófilo da Silva Lopes
Vinicio de Jesus Oliveira*

CAPÍTULO 5

A COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ACADÊMICOS: UMA VISÃO SOBRE OS PROGRAMAS ACADÊMICOS INSTITUCIONAIS DA UFPB

116

*Adriana Evangelista Rodrigues
Anna Mayra Teófilo Soulat
Arthur Diego Sousa da Silva
Flávia Paloma Cabral Borba
João Aranha de Albuquerque Júnior
Lucas Farias Martins
Marinalva dos Santos Silva
Thatiana Gomes de Oliveira*

CAPÍTULO 6

A COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO: HISTÓRICO, ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CADÊMICA

139

*Sabrina Grisi Pinho de Alencar
Alan Leite Moreira
Angélica Cavalcanti Teixeira
Hélade Barbosa de Castro
Saulo Guimarães Ferreira*

CAPÍTULO 7

O OBSERVATÓRIO DE DADOS DA GRADUAÇÃO

158

José Jorge Lima Dias Junior

SOBRE AS ORGANIZADORAS

178

CAPÍTULO 1

ENTRE HORIZONTES E CONQUISTAS: A TRAJETÓRIA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Ana Cláudia da Silva Rodrigues
André Luiz Batista de Macedo
Letícia Maria Macedo de Azevedo
Niedjá Sousa Melo
Renata Conceição Neves Monteiro
Joaldo dos Santos Barbosa
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante

1 Conhecendo a Pró-Reitoria de Graduação

Conforme definido no Estatuto da UFPB, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 112/2002) e pelo Ministro de Estado da Educação (Portaria nº 3.198 de 21.11.2002), a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) é órgão da Direção Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculado diretamente à Reitoria. Como unidade administrativa, é responsável por “propor, coordenar e executar políticas acadêmicas, bem como supervisionar as atividades de ensino dos cursos de graduação” (UFPB, 2019, p. 2).

Importante citar que, a fim de alcançar sua finalidade, a PRG tem como principais objetivos: 1) planejar o desenvolvimento da graduação na UFPB, por meio da realização de estudos e diagnósticos que subsidiem a formulação da política institucional de ensino, definindo diretrizes e metas estratégicas; 2) coordenar a elaboração, o monitoramento e a avaliação da Política de Ensino de Graduação, garantindo sua consonância com os objetivos institucionais; 3) oferecer

suporte técnico e administrativo para a formalização de acordos, convênios e instrumentos congêneres, vinculados a projetos acadêmicos voltados ao ensino de graduação; e 4) gerir dados e informações institucionais relacionados à graduação, assegurando a transparência e o acesso público às informações, em conformidade com a legislação vigente (UFPB, 2019).

Considerando os objetivos a serem alcançados foram traçadas as competências da PRG, as quais estão definidas em seu Regimento Interno, regulamentado pela Resolução nº 20/2019 do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFPB,

- I – Propor políticas acadêmicas aos Conselhos Superiores e integrar, como membro nato, os Conselhos Superiores da UFPB designados pelo Estatuto;
- II – Assessorar o Gabinete da Reitoria e os órgãos deliberativos da administração superior da Universidade em assuntos relacionados ao ensino de graduação;
- III – Expedir, para cumprimento pelos órgãos da administração setorial, normas e instruções, de natureza regulamentar, destinadas a assegurar a normalidade e o melhor desempenho das atividades acadêmicas, no âmbito do ensino de graduação;
- IV – Acompanhar o andamento das atividades acadêmicas, em consonância com as unidades de administração setoriais;
- V – Acompanhar a execução da política de pessoal docente em articulação com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP;
- VI – Autorizar a expedição e registro de diplomas de graduação;
- VII – Planejar e organizar o Encontro de Iniciação à Docência – ENID;

- VIII – Fomentar e coordenar a modernização administrativa da Graduação da UFPB;
- IX – Coordenar o planejamento institucional da Graduação alinhado com o PDI da UFPB;
- X – Acompanhar o processo de avaliação institucional, identificando potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças que permitam determinar diretrizes para aprimoramento do planejamento e da gestão da Graduação na UFPB;
- XI – Participar de forma efetiva da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Graduação da UFPB;
- XII – Contribuir para a elaboração do Relatório de Gestão (RG) com informações referentes à Graduação;
- XIII – Assessorar a celebração de acordos, convênios ou instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, através de projetos acadêmicos de ensino;
- XIV – Prestar informações e alimentar os sistemas eletrônicos gerenciais da instituição e de órgãos governamentais;
- XV – Promover o desenvolvimento e atualização do Sistema de Gestão Acadêmica;
- XVI – Informar e manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão;
- XVII – Dar transparência às informações institucionais;
- XVIII – Exercer outras atribuições não especificadas neste Regimento que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação federal de ensino e da legislação interna da Universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pela Reitoria (UFPB, 2019, p. 3-4).

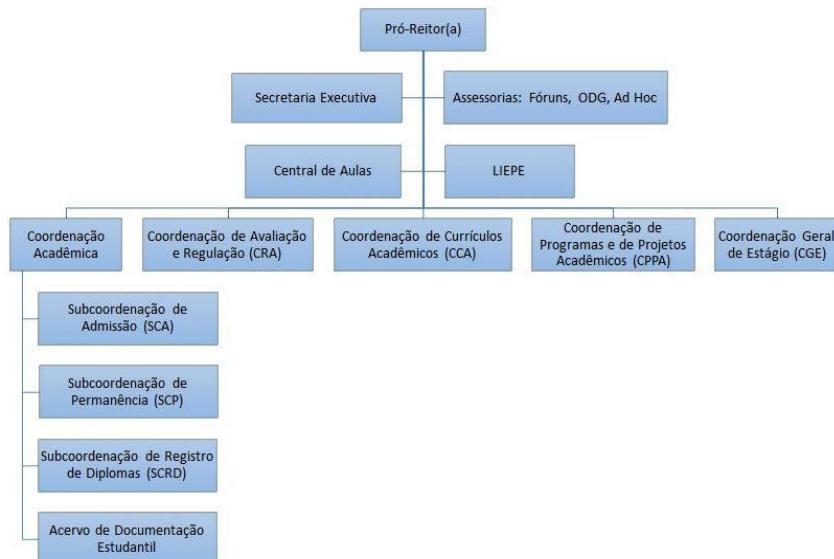
Vê-se, portanto, que a PRG possui uma gama de atribuições e, para dar conta de todas as suas atividades, está configurada em uma estrutura organizacional complexa, a ser descrita na próxima seção.

1.1 Estrutura organizacional da PRG

Em conformidade com as disposições da Resolução nº 20/2019 CONSUNI/UFPB, a PRG é composta por: Secretaria Executiva, Central de Aulas, Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LIEPE), assessorias e cinco coordenações – Coordenação Acadêmica (CA), Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA), Coordenação de Currículos Acadêmicos (CCA), Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos (CPPA) e Coordenação Geral de Estágios (CGE).

Observando o organograma elaborado em conformidade com as disposições da, tem-se:

Figura 1 – Organograma da PRG



Fonte: PRG (2020).

Analizando detalhadamente a Figura 1, percebe-se que as assessorias são compostas pelo Observatório de Dados da Graduação (ODG) e pelos Fóruns, cuja organização está definida no Art. 27 daquela Resolução:

Art. 27. Os Fóruns estão estruturados:

I – Fórum de Assessores de Graduação composto pelos Assessores de Graduação dos Centros de Ensino;

II – Fórum de Graduação formado por Coordenadores de Cursos e por Chefes de Departamentos, constituído por quatro Câmaras, que poderão ser convocadas de acordo com as especificidades e necessidades de discussão de política acadêmica a ser encaminhada pela PRG ao pleno do Fórum de Graduação:

- a) Câmara de Coordenadores de Cursos;
- b) Câmara de Chefes de Departamentos;
- c) Câmara de Coordenadores de Cursos de Licenciatura;
- d) Câmara de Coordenadores de Cursos de Bacharelado e de Tecnólogos (UFPB, 2019, p. 9).

Além disso, a Figura 1 ainda mostra que, dentre as coordenações, apenas a CA subdivide-se em subcoordenações e acervo acadêmico, de acordo com sua função específica, o que pode ser explicado em razão da natureza da unidade, responsável por planejar, executar e supervisionar os processos de admissão, permanência e diplomação dos discentes da Graduação.

1.2 Competências dos setores da PRG

Em relação às competências específicas de cada um dos setores, com sua respectiva equipe, apresenta-se o Quadro 1:

Quadro 1 – Setores, competências e equipes da PRG

Setor	Competências	Equipe
Pró-reitor(a)	<ul style="list-style-type: none">a) Propor atos normativos para o melhor desempenho das atividades acadêmicas no âmbito do ensino de graduação;b) Representar a Pró-Reitoria de Graduação;c) Identificar a necessidade de aperfeiçoamento do quadro de servidores da PRG;d) Desenvolver demais atividades designadas pelo Reitor(a);e) Executar a política de graduação da Instituição.	Ana Cláudia da Silva Rodrigues (Pró-reitora de Graduação)

Secretaria Executiva	<p>a) Atuar, consultivamente, junto aos demais setores vinculados à PRG, no que diz respeito aos assuntos administrativos;</p> <p>b) Coordenar o fluxo de informações da secretaria;</p> <p>c) Expedir instruções aos órgãos da administração setorial e divulgar editais e avisos relacionados aos eventos acadêmicos;</p> <p>d) Coordenar os despachos e fluxo de processos;</p> <p>e) Dar suporte administrativo e técnico na área de recursos humanos, administração e logística;</p> <p>f) Gerir e organizar o patrimônio vinculado à PRG, no que concerne a receber, recolher, transferir bens e inventariar;</p> <p>g) Operar os sistemas integrados de gestão da instituição e os módulos pertinentes ao ambiente organizacional;</p> <p>h) Requisitar serviços e compras de materiais;</p> <p>i) Administrar o almoxarifado mantendo disponíveis materiais de consumo e equipamentos;</p> <p>j) Gerir arquivos e documentos da PRG;</p> <p>k) Organizar eventos e viagens a serviço dos gestores e servidores da PRG;</p> <p>l) Acompanhar o cumprimento das metas orçamentárias do planejamento anual;</p> <p>m) Contribuir ativamente para a articulação das relações e ligações entre o (a) Pró-Reitor(a) e as demais unidades administrativas da instituição;</p> <p>n) Alimentar e manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB;</p> <p>o) Manter atualizado, no âmbito da PRG, o Sistema Monitor da CGU;</p> <p>p) Desenvolver outras atividades relacionadas à sua área de atuação.</p>	<p>André Luiz Batista de Macedo (Administrador)</p> <p>Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante (Administradora)</p> <p>Joaldo dos Santos Barbosa (Analista de Tecnologia em Informação)</p> <p>Letícia Maria Macedo de Azevedo (Assistente em Administração)</p> <p>Renata Conceição Neves Monteiro (Secretária Executiva)</p>
Coordenação Acadêmica (CA)	<p>a) Elaborar editais, calendários acadêmicos e administrativos, informações e avisos relacionados aos eventos acadêmicos;</p> <p>b) Gerenciar e supervisionar o Sistema Integrado de Gestão;</p> <p>c) Designar comissões específicas e gerir os procedimentos referentes aos processos seletivos de admissão no âmbito da PRG.</p>	<p>Ugyuaciara Veloso Castelo Branco (Coordenadora Acadêmica)</p> <p>Izaias Costa Correa (Assistente em Administração)</p> <p>Paulo Fernando Cavalcante Correia (Assistente em Administração)</p> <p>Tânia Maria Cardoso de Oliveira (AAD - Auxiliar Administrativo)</p> <p>Tassiana de Sousa Pereira (Técnica em Assuntos Educacionais)</p>
CA – Subcoordenação de Admissão	<p>a) Realizar o cadastro de candidatos classificados em processos seletivos, de estudantes transferidos e de estudantes estrangeiros admitidos em convênios com outros países;</p> <p>b) Reativar cadastro de estudantes por reingresso;</p> <p>c) Cancelar cadastro de estudantes de graduação;</p> <p>d) Organizar e manter atualizado o cadastro acadêmico dos estudantes de graduação;</p> <p>e) Revisar dados cadastrais dos estudantes por período letivo;</p> <p>f) Expedir guias de transferência para outras instituições e inativar a matrícula de estudantes transferidos a cada período letivo;</p> <p>g) Cadastrar o estudante em mobilidade;</p> <p>h) Inativar a matrícula dos estudantes transferidos, a cada período letivo;</p> <p>i) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB.</p>	<p>Ivanildo José Gurgel de Oliveira (Subcoordenador de Admissão)</p> <p>Pablo Santos de Holanda (Assistente em Administração)</p>
CA – Subcoordenação de Permanência	<p>a) Analisar os processos de abreviação, quebra de pré-requisito, extrapolação de créditos e prorrogação dos prazos para conclusão dos cursos de graduação e outros assuntos pertinentes à vida acadêmica dos estudantes;</p> <p>b) Assessorar as coordenações de graduação dos cursos nos processos de matrícula;</p> <p>c) Realizar procedimentos no Sistema Integrado de Gestão em caráter excepcional;</p> <p>d) Dar encaminhamento a processos para a Junta de Especialistas e para a Junta Médica;</p> <p>e) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB.</p>	<p>Hellen Christine de Oliveira Félix (Subcoordenadora de Permanência)</p> <p>Dennis Mitchell Melo da Silva (Assistente em Administração)</p> <p>João Victor Faria de Carvalho (Assistente em Administração)</p> <p>Nayara Márcia Cavalcanti de Sá Leitão (Assistente em Administração)</p>

CA – Subcoordenação de Registro de Diplomas	<p>a) Analisar o histórico acadêmico e a documentação exigida para registro e expedição de diploma;</p> <p>b) Lavrar o termo de registro do diploma em livro próprio;</p> <p>c) Fornecer informações periódicas aos órgãos competentes do Ministério da Educação e às entidades de fiscalização e de controle profissional sobre o movimento de registro de diplomas;</p> <p>d) Registrar diplomas de outras IES;</p> <p>e) Receber, analisar e registrar processos para revalidação de diplomas;</p> <p>f) Inativar a matrícula dos alunos de graduação que colaram grau e conferir os dados cadastrais encaminhados pelas Coordenações de Cursos para emissão de diploma;</p> <p>g) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB.</p>	<p>José Bernardo Campelo (Subcoordenador de Registro de Diplomas)</p> <p>Herbert Florêncio da Silva (Assistente em Administração)</p> <p>Niedjá Sousa Melo (Assistente em Administração)</p> <p>Raimundo José Duarte (Arquivista)</p> <p>Sérgio Ricardo Justino Sales (Assistente em Administração)</p> <p>Veruska Delgado Viaro Diniz (Assistente em Administração)</p>
CA – Acervo de Documentação Estudantil	<p>a) Arquivar e organizar a documentação de todos os estudantes da UFPB;</p> <p>b) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB.</p>	Layane Marques de Souza (Técnica em Arquivo)
Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA)	<p>a) Auxiliar o Procurador Institucional no gerenciamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de credenciamento institucional;</p> <p>b) Supervisionar os procedimentos referentes à avaliação in loco e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;</p> <p>c) Orientar e supervisionar a elaboração dos processos regulatórios dos cursos de graduação;</p> <p>d) Manter interlocução entre a UFPB e os órgãos técnicos do Ministério da Educação com o objetivo de acompanhar a tramitação de processos em andamento;</p> <p>e) Informar ao Ministério da Educação sobre a criação e extinção de cursos de graduação, no âmbito da autonomia da universidade, e solicitar autorização para funcionamento ou extinção dos cursos que dependem de ato prévio do MEC.</p> <p>f) Fornecer certidões e declarações sobre a situação legal dos cursos de graduação;</p> <p>g) Suggerir políticas de aperfeiçoamento docente visando à melhoria do ensino de graduação;</p> <p>h) Propor, executar e acompanhar e avaliar a execução do Programa de Aperfeiçoamento Pedagógico Docente;</p> <p>i) Acompanhar e assessorar os docentes em estágio probatório no processo de adaptação às condições institucionais da UFPB, em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;</p> <p>j) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB.</p>	<p>Hidelbrando José Farkat Diógenes (Coordenador de Regulação e Avaliação)</p> <p>Álvaro Helton Teixeira da Silva (Assistente em Administração)</p> <p>Fernando Cézar de Lacerda Alves (Assistente em Administração)</p> <p>João Paulo Costa Rolim Pereira (Técnico em Assuntos Educacionais)</p>
Coordenação de Programas e de Projetos Acadêmicos (CPA)	<p>a) Administrar e supervisionar a política de Programas e Projetos Acadêmicos da PRG;</p> <p>b) Acompanhar e avaliar a execução dos Programas e Projetos Acadêmicos da PRG;</p> <p>c) Elaborar os editais para a seleção de projetos;</p> <p>d) Acompanhar o processo seletivo dos projetos;</p> <p>e) Assessorar os coordenadores dos projetos;</p> <p>f) Organizar o encontro unificado com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e com a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ);</p> <p>g) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB;</p> <p>h) Encaminhar folhas de pagamento de bolsistas de programas e projetos acadêmicos, considerando as informações no Sistema Integrado de Gestão.</p>	<p>Adriana Evangelista Rodrigues (Coordenadora de Programas e Projetos Acadêmicos)</p> <p>Anna Mayra Araújo Teófilo (Técnica em Assuntos Educacionais)</p> <p>Arthur Diego Sousa da Silva (Assistente em Administração)</p> <p>Flávia Paloma Cabral Borba (Técnica em Assuntos Educacionais)</p> <p>João Aranha de Albuquerque Júnior (Pedagogo)</p> <p>Lucas Farias Martins (Assistente em Administração)</p> <p>Marinalva dos Santos Silva (Técnica em Assuntos Educacionais)</p> <p>Thatiana Gomes de Oliveira (Assistente em Administração)</p>

Coordenação Geral de Estágio (CGE)	<ul style="list-style-type: none"> a) Administrar e supervisionar a política de estágio da UFPB; b) Assessorar os coordenadores de cursos, os orientadores, os supervisores/preceptores e os estudantes estagiários quanto às questões pedagógicas e legais dos processos de estágio obrigatório interno e externo e não obrigatório interno e externo; c) Promover a integração entre as Unidades Acadêmicas e instituições de Direito Público ou Privado, bem como entre as Organizações Sociais de interesse público, possibilitando a realização de estágios curriculares; d) Elaborar e analisar os editais para os estágios internos não obrigatórios da PRG/UFPB (Bolsa estágio); e) Acompanhar o processo de análise de Termos de Compromisso de Estágio (TCE) interno e externo não obrigatório da UFPB; f) Elaborar declarações de comprovação de estágios regularizados na CGE; g) Elaborar declarações de seguro; h) Organizar folha de pagamento de seguro e de bolsas para estudantes estagiários vinculados a cursos de graduação da UFPB; i) Acompanhar e assessorar as coordenações de graduação no que diz respeito à formalização dos Termos de Compromisso de Estágio (TCE) com o respectivo Plano de Atividade de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório; j) Elaborar folhas de pagamento de alunos estagiários (Bolsa-estágio) considerando as informações registradas pelas unidades concedentes; k) Administrar no Sistema Integrado de Gestão os convênios firmados entre a UFPB, Agentes de Integração e instituições públicas e privadas; l) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB. 	Sabrina Grisi Pinho de Alencar (Coordenadora Geral de Estágios) Alan Leite Moreira (Técnico em Assuntos Educacionais) Angélica Cavalcanti Teixeira (Técnica em Secretariado) Hélade Barbosa de Castro (Assistente em Administração) Liara das Graças Costa de Medeiros Souza (Técnica em Assuntos Educacionais)
Gerência da Central de Aulas	<ul style="list-style-type: none"> a) Coordenar, orientar e fiscalizar as atividades atribuídas à Central de Aulas e contribuir com a equipe técnica da PRG; b) Representar a Central de Aulas; c) Responder por atos da Central de Aulas; d) Exercer a administração do conjunto dos espaços didáticos; e) Gerir e organizar o patrimônio didático vinculado à Central de Aulas; f) Zelar pela normalidade de funcionamento da Central de Aulas, limpeza e conservação de bens móveis e imóveis; g) Elaborar o Plano e o Relatório Anual de Manutenção da Central de Aulas; h) Manter atualizado os Sistemas Integrados de Gestão da UFPB; i) Desenvolver demais atividades designadas pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação. 	Luis Adriapaulo Mendes Barros (Diretor da Central de Aulas) Erick Lisboa de Mesquita (Assistente em Administração) José Wellington Lima de Morais (Contínuo) Marcelo Henrique da Silva (Auxiliar em Administração) Maria de Fátima Menezes Lourenço (Auxiliar em Administração)
Observatório de Dados da Graduação (ODG)	<ul style="list-style-type: none"> a) Coletar, selecionar e difundir dados evolutivos sobre a situação dos cursos de graduação; b) Manter articulação com a Superintendência de Tecnologia da Informação, buscando coletar e divulgar dados estatísticos de interesse da PRG; c) Contribuir para o desenvolvimento de tomada de decisão e de gestão fundamentadas em dados; d) Assessorar a PRG no planejamento, definições e operacionalização de políticas acadêmicas; e) Desenvolver inovações nos processos, medidas e práticas de gestão de dados de graduação. 	José Jorge Lima Dias Junior (Responsável)
Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LIEPE)	Compete ao LIEPE desenvolver iniciativas e projetos de cooperação com as redes públicas de educação básica, de educação tecnológica e de educação superior.	

Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2019).

Diante do exposto, verifica-se que a PRG exerce, portanto, um papel estratégico de planejamento, coordenação e execução da política de graduação da UFPB, com atuação que abrange a regulação de cursos, a gestão acadêmica,

o planejamento pedagógico, a avaliação institucional, os estágios, bem como os programas e projetos acadêmicos. Suas competências estendem-se desde a formulação normativa e estratégica até a operacionalização de processos administrativos vinculados aos 128 (cento e vinte e oito) cursos de graduação da UFPB, que serão detalhados na seção seguinte.

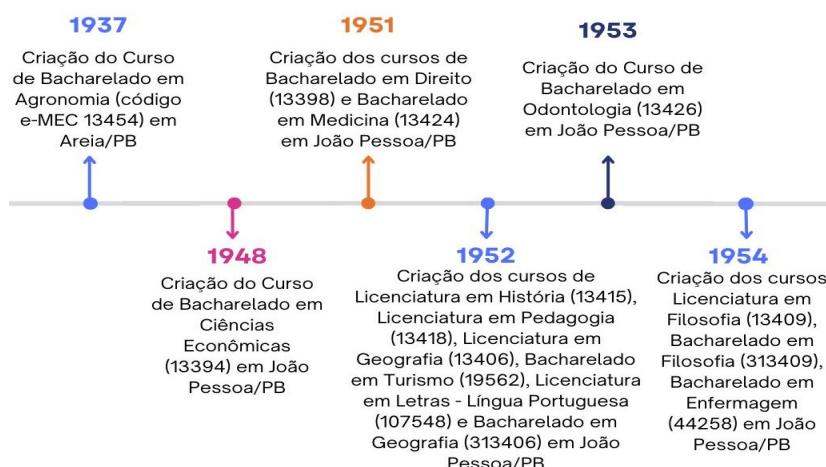
2. Os cursos de graduação da UFPB

Antes de discorrer sobre a situação dos cursos de graduação existentes hoje na UFPB, é preciso fazer uma breve contextualização sobre os cursos de graduação na Paraíba.

A história do ensino de graduação na Paraíba data do ano de 1937, quando da criação do curso de Bacharelado em Agronomia, na cidade de Areia.

Nos anos seguintes, outros cursos foram criados, sobretudo na cidade de João Pessoa, conforme mostrado na figura abaixo:

**Figura 2 – Cursos de graduação criados antes de 1955
e que permanecem em atividade até os dias atuais**

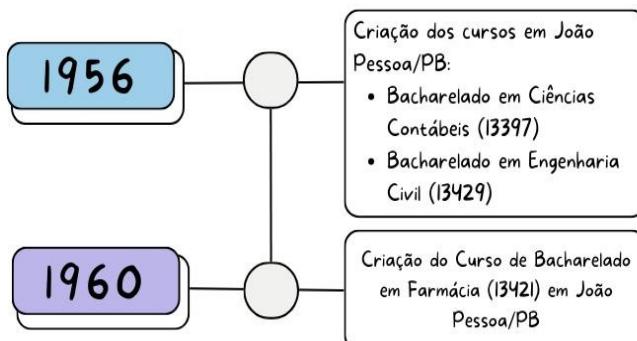


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com a expansão da graduação no estado, o Governo da Paraíba criou a Universidade da Paraíba, instituída pela Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, incorporando a Faculdade de Filosofia da Paraíba, a Faculdade de Odontologia da Paraíba, a Escola Politécnica da Paraíba e a Escola de Enfermagem da Paraíba. Na mesma ocasião, foram agregadas a Faculdade de Direito da Paraíba, a Faculdade de Medicina da Paraíba, a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, a Escola de Engenharia da Paraíba e a Escola de Serviço Social (Paraíba, 1955).

O ensino de graduação na Paraíba continuou crescendo (cf. Figura 3), sendo criados outros cursos de graduação entre os anos de 1955 e 1960, tais como:

Figura 3 – Cursos de graduação criados entre 1955 e 1960 que permanecem em atividade até os dias atuais.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No fim do ano de 1960, houve a federalização da Universidade da Paraíba, que, a partir da Lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passou a ser a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), representando um marco histórico na consolidação do ensino superior e fortalecendo seu papel como centro de produção do conhecimento e formação de profissionais para diversas áreas estratégicas no estado da Paraíba.

À época, a UFPB passou a ser composta pela Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba, Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba, Escola anexa de Enfermagem da Paraíba, Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, Escola de Engenharia da Paraíba, Escola de Serviço Social da Paraíba, Faculdade de Farmácia da Universidade da Paraíba e Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande (Brasil, 1960).

A partir de 1960, mais cursos de graduação foram surgindo, mostrando a capacidade de expansão da UFPB.

No quadro a seguir, é possível observar o histórico de criação dos cursos que estão em atividade até os dias atuais:

Quadro 2 – Período de criação dos cursos de graduação atualmente ativos e criados a partir de 1960.

Período	Cursos criados
Entre 13/12/1960 e 1970	Foram criados em João Pessoa os cursos de: 1963: Bacharelado em Administração (código e-MEC 13395); 1966: Bacharelado em Engenharia Mecânica (13430); 1969: Bacharelado em Biblioteconomia (13396); 1969: Bacharelado em Serviço Social (13417).
Entre 1971 e 1980	Foram criados os cursos de: 1972: Licenciatura em Física (13400) em João Pessoa; 1972: Bacharelado em Física (313400) em João Pessoa; 1972: Licenciatura em Matemática (13402) em João Pessoa; 1972: Bacharelado em Matemática (313402) em João Pessoa; 1974: Bacharelado em Psicologia (13413) em João Pessoa; 1974: Licenciatura em Psicologia (26565) em João Pessoa; 1975: Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (13427) em João Pessoa; 1975: Bacharelado em Química Industrial (13431) em João Pessoa; 1976: Bacharelado em Nutrição (13425) em João Pessoa; 1976: Bacharelado em Zootecnia (13403) em Areia; 1976: Licenciatura em Educação Física (13423) em João Pessoa; 1977: Licenciatura em Ciências Biológicas (13399) em João Pessoa; 1977: Bacharelado em Engenharia de Alimentos (13428) em João Pessoa; 1977: Licenciatura em Música (97039) em João Pessoa; 1977: Licenciatura em Artes Visuais (107438) em João Pessoa; 1977: Licenciatura em Teatro (107456) em João Pessoa; 1977: Bacharelado em Ciências Biológicas (313399) em João Pessoa; 1977: Licenciatura em Química (13404) em João Pessoa; 1978: Bacharelado em Química (313404) em João Pessoa; 1978: Bacharelado em Música (26564) em João Pessoa; 1980: Bacharelado em Fisioterapia (13422) em João Pessoa; 1980: Licenciatura em Ciências Agrárias (13457) em Bananeiras.
Entre 1981 e 1990	Foram criados os cursos de: 1985: Bacharelado em Ciência da Computação (13401) em João Pessoa; 1990: Bacharelado em Administração (13455) em Bananeiras.
Entre 1991 e 2000	Foram criados os cursos de: 1994: Bacharelado em Ciências Sociais (13459); 1998: Bacharelado em Engenharia de Produção Mecânica (19563); 2000: Bacharelado em Estatística (43454).

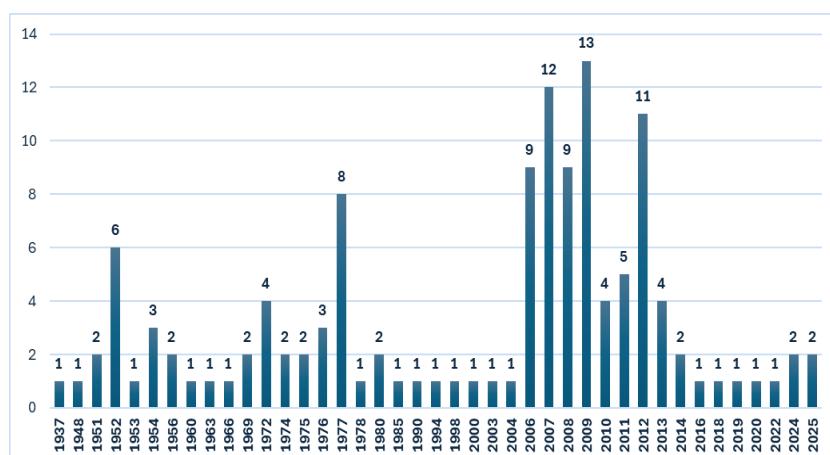
Entre 2001 e 2010	<p>Foram criados os cursos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2003: Bacharelado em Ciências Atuariais (1127039) em João Pessoa; 2011: Bacharelado em Engenharia da Computação (1127164) em João Pessoa; 2011: Tecnologia em Produção Sucroalcooleira (1127165) em João Pessoa; 2011: Tecnologia em Alimentos (1127907) em João Pessoa; 2011: Bacharelado em Agroecologia (1167933) em Bananeiras; 2012: Bacharelado em Ciência das Religiões (1162838) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Biotecnologia (1189062) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Engenharia de Energias Renováveis (1189063) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Jornalismo (1268219) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Radialismo (1268221) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Relações Públicas (1268257) em João Pessoa; 2012: Bacharelado em Matemática Computacional (1162837) em João Pessoa; 2012: Licenciatura em Química (1161324) em Areia; 2012: Bacharelado em Química (5000897) em Areia; 2012: Bacharelado em Cinema e Audiovisual (1166771) em João Pessoa; 2012: Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa (5000898) em Mamanguape; 2013: Bacharelado em Gastronomia (5001240) em João Pessoa; 2013: Bacharelado em Administração Pública (1203263), modalidade a distância; 2013: Licenciatura em Computação (1203266), modalidade a distância; 2013: Licenciatura em Dança (1191007) em João Pessoa; 2014: Licenciatura em Letras - Inglês (1261910), modalidade a distância; 2014: Licenciatura em Letras - Espanhol (1261913), modalidade a distância; 2016: Bacharelado em Gestão Pública (1363988) em João Pessoa; 2018: Bacharelado em Biomedicina (1399139) em João Pessoa; 2019: Bacharelado em Administração (1440696) em Mamanguape; 2020: Bacharelado em Ciência de Dados e Inteligência Artificial (1503759) em João Pessoa.
Entre 2011 e 2020	<p>Foram criados os cursos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2022: Bacharelado em Ciéncia de Dados para Negócios (1564470) em João Pessoa; 2024: Segunda Licenciatura em Educação do Campo (1695471) em João Pessoa; 2024: Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1696989) em Bananeiras; 2025: Tecnologia em Gestão em Saúde (1697518) em João Pessoa; 2025: Bacharelado em Música Popular Brasileira em João Pessoa.
Entre 2021 e 2025	<p>Foram criados os cursos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2022: Bacharelado em Ciéncia de Dados para Negócios (1564470) em João Pessoa; 2024: Segunda Licenciatura em Educação do Campo (1695471) em João Pessoa; 2024: Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva (1696989) em Bananeiras; 2025: Tecnologia em Gestão em Saúde (1697518) em João Pessoa; 2025: Bacharelado em Música Popular Brasileira em João Pessoa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Atualmente, a UFPB possui 128 (cento e vinte e oito) cursos de graduação, dos quais 117 (cento e dezessete) são ofertados na modalidade presencial e 11 (onze) na modalidade a distância. Em relação ao grau acadêmico, a distribuição contempla 80 (oitenta) bacharelados, 41 (quarenta e uma) licenciaturas, 2 (duas) segundas licenciaturas, 4 (quatro) tecnológicos e 1 (um) sequencial.

A evolução histórica da criação dos cursos de graduação atualmente ativos da UFPB encontra-se representada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Linha do tempo de criação dos cursos de graduação que estão em atividade na UFPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A partir do Gráfico 1, observa-se que os anos de 1952, 1977, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2012, destacam-se como os períodos de maior criação de cursos de graduação na UFPB.

O intervalo compreendido entre 2006 e 2009 coincide com a execução do Programa Expandir (Fase I) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUni), ambos vinculados ao Ministério da Educação (Brasil, 2009).

Nesse contexto, foi instituído o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE), correspondente ao campus IV da UFPB. Localizado no Litoral Norte da Paraíba, com sedes nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, o CCAE direciona sua atuação às demandas educacionais, culturais, sociais e econômicas da população do Vale do Mamanguape, abrangendo ainda a microrregião de Sapé e outros 22 municípios circunvizinhos (CCAE, 2017).

Conforme registra o Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque (2015, p. 126), a criação da UFPB foi recebida com júbilo pela população de Mamanguape.

...a universidade trouxe novos ares para a cidade, que viu e vê nesta instituição formadora de capital humano um novo e decisivo agente desencadeador do processo de desenvolvimento sócio e econômico, local e regional.

[...] o campus IV da Universidade Federal da Paraíba é atualmente um dos principais segmentos geradores de emprego e renda, responsável pelo desenvolvimento não só das cidades de Mamanguape e Rio Tinto mas de toda a região do Vale do Mamanguape. Em síntese, a universidade é algo como uma força centrípeta de atração de diversidades econômicas, culturais e de lazer.

Nota-se, pelas palavras do Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, a importância social da criação do campus IV da UFPB e dos seus 10 cursos de graduação criados por meio do Programa Expandir em 2006.

Também foram criados por meio do Programa Expandir os cursos de Bacharelado em Agroindústria (80589) e Licenciatura em Pedagogia (109626) em Bananeiras e os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (97767) em Areia.

Destaca-se, ademais, a importância da criação de 54 cursos de graduação por meio do Programa REUni, representando, à época, um crescimento de 47,79% no número de cursos de graduação oferecidos pela UFPB.

Considerando a amplitude do ensino de graduação oferecido pela UFPB, revela-se necessária a análise de indicadores que subsidiem a elaboração de estratégias voltadas à melhoria da qualidade do ensino, assegurando a efetividade do ensino superior e o cumprimento da função social e institucional da Universidade perante a sociedade.

3 Indicadores da graduação (2015-2025)

Dentre os indicadores utilizados para analisar o desempenho da graduação, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu em 2002, com revisão em 2010, alguns dos indicadores analisados nessa seção: a taxa de sucesso da graduação, número de alunos da graduação em tempo integral e o número de alunos equivalentes da graduação (TCU; SESU/MEC; SFC, 2010).

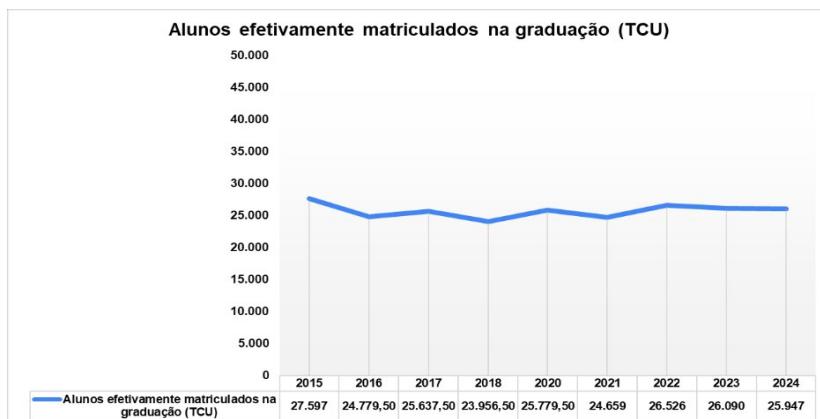
Os indicadores propostos pelo TCU foram estabelecidos pelo Grupo de Contato, composto por representantes do TCU, da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), que tinha como objetivo “orientar as IFES na implantação padronizada do conjunto inicial de indicadores e definir plano de ação com vistas a aprimorá-los” (TCU; SESU/MEC; SFC, 2010, p. 2).

A Taxa de Sucesso da Graduação (TSG) “objetiva medir a proporção de alunos diplomados dentro do prazo de conclusão de seus cursos” (Silva; Pinto; Bittencourt; Santa Rita, 2017). O cálculo do indicador é obtido, conforme detalha a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA, 2020, p. 20),

...pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, sendo que, para o cálculo dos ingressantes, a Decisão Normativa nº408/2002 estabelece que deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

Os resultados da graduação da UFPB encontram-se representados no Gráfico 2. Observa-se que os melhores resultados alcançados pela UFPB no indicador TSG ocorreram nos anos de 2015 (42%), 2016 (43%), 2018 (42,45%) e 2024 (41,55%). Em 2021, houve uma queda expressiva no desempenho do indicador, que obteve o resultado 27,31% (redução de quase 10 pontos percentuais), fortemente associada aos efeitos da pandemia.

Gráfico 2 – Taxa de Sucesso da Graduação (TCU)



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

Tais resultados demonstram forte impacto da pandemia na conclusão do processo formativo dos estudantes. Pode-se observar que os melhores resultados do indicador se encontram no período pré-pandemia. O resultado de 2020, por sua vez, ainda estava impulsionado por este período,

sendo o resultado de 2021 fortemente atingido pelos efeitos da pandemia no ensino de graduação.

Em 2022, observa-se recuperação parcial (31,78%), seguida de crescimento contínuo, retomando, em 2023, patamares próximos aos de 2020 (36,35%).

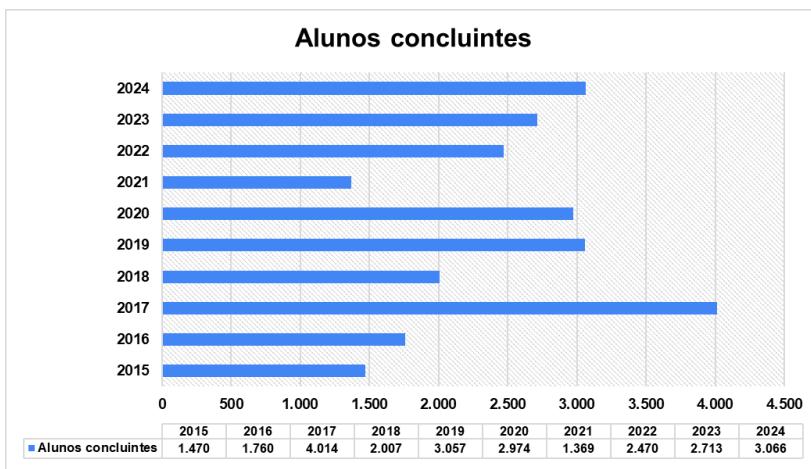
Em 2024, o indicador alcançou 41,55%, o maior valor da série, refletindo uma melhora na eficiência acadêmica da instituição.

Destacam-se como ações atuais da PRG para melhoria do indicador: a retomada da Câmara de Coordenadores; ação específica da PRG junto aos centros e departamentos para discussão dos dados de evasão, permanência e diplomação; lançamento do Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico (SIGMA), plataforma que possibilita o acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes de graduação.

Um dos principais fatores que influenciam a taxa de sucesso é o número de alunos concluintes na duração padrão do curso, sendo imprescindível, também, o acompanhamento e o crescimento do número de alunos concluintes da graduação, cujos resultados encontram-se representados no Gráfico 3.

O número de alunos concluintes da graduação apresenta a evolução do número de discentes que concluíram seus cursos entre os anos de 2015 e 2024.

Gráfico 3 – Número de Alunos Concluintes da Graduação



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

Observa-se, inicialmente, um crescimento expressivo no número de concluintes, que passou de 1.470 em 2015 para 4.014 em 2017, representando um aumento de mais de 170% em apenas dois anos. O resultado obtido em 2017 constitui o maior valor registrado na série histórica.

A partir de 2018, verifica-se uma redução significativa no número de formandos, especialmente entre 2018 e 2021, quando o indicador atinge o valor mínimo de 1.369 concluintes. Esse resultado possivelmente está relacionado aos efeitos do período pandêmico e estiveram refletidos na redução da taxa de sucesso da graduação no mesmo período.

A partir de 2022, observa-se uma recuperação progressiva: 2.470 concluintes em 2022, 2.713 em 2023 e 3.066 em 2024, superando inclusive o patamar de 2020. Tal crescimento também esteve refletido no indicador da taxa de sucesso e sugere a recuperação progressiva dos efeitos negativos da pandemia na graduação da UFPB.

Considerando o período total analisado, o número médio de concluintes é de aproximadamente 2.589 estudantes

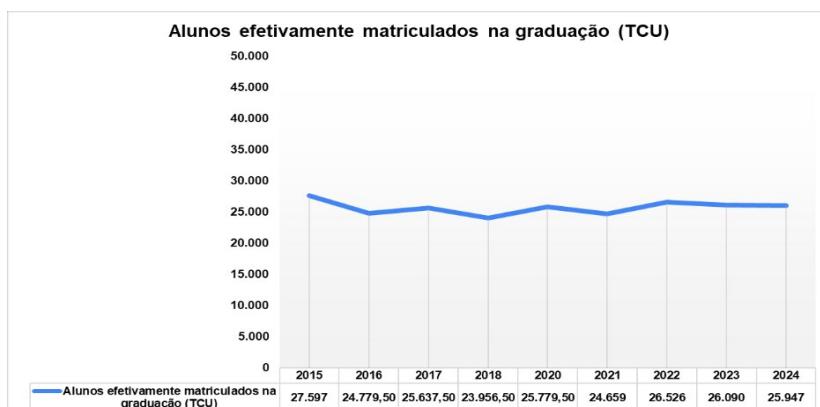
por ano, com variações acentuadas ao longo da década. Em comparação com o início da série, o ano de 2024 registra um aumento de cerca de 108% no total de concluintes, evidenciando tendência positiva de recomposição após o período de queda.

Para melhoria do índice, destacam-se, novamente, ações adotadas pela atual gestão da PRG envolvendo a Câmara de Coordenadores, ações com centros e departamentos para melhoria dos índices de evasão, permanência e diplomação e o acompanhamento sistemático proporcionado pelo SIGMA.

Outro indicador importante para o acompanhamento da graduação é o indicador de alunos efetivamente matriculados na graduação, que representa os(as) alunos(as) com “inscrição formal no curso [...] e que estejam cursando, pelo menos, uma disciplina” (UFRR, 2025).

O indicador é calculado pela soma dos(as) alunos(as) ativos(as) e matriculados(as) na graduação (UNIFESSPA, 2020). Os resultados alcançados pela UFPB estão representados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Número de Alunos Efetivamente Matriculados na Graduação



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

O número de alunos efetivamente matriculados na graduação apresentou comportamento relativamente estável no período, oscilando entre 23,9 mil e 27,5 mil estudantes.

De modo geral, observa-se estabilidade relativa ao longo da série, com média aproximada de 25.700 alunos no período analisado. Em 2015, o total registrado foi de 27.597 estudantes, valor que representa o ponto mais alto da década. No ano seguinte, 2016, há uma redução para 24.779, seguida de oscilações próximas à média de 25 mil matrículas nos anos subsequentes.

Entre 2017 e 2020, os números variam de forma moderada, situando-se entre 23.957 e 25.780 alunos, o que indica manutenção do porte da população discente mesmo diante de contextos institucionais e conjunturais adversos. A partir de 2021, nota-se discreta tendência de recuperação, alcançando 26.526 alunos em 2022 e 26.090 em 2023, encerrando 2024 com 25.947 matrículas.

Essa trajetória evidencia que, apesar das flutuações anuais, o número de estudantes efetivamente matriculados na graduação mantém-se relativamente constante. Tal estabilidade sugere capacidade institucional de retenção e manutenção das matrículas, mesmo diante de desafios como a pandemia de COVID-19 e suas repercussões sobre a permanência estudantil.

Dessa forma, faz-se necessário estimular que os(as) alunos(as) ativos(as) prossigam para a conclusão de seus respectivos cursos, matriculando-se nos componentes curriculares dos seus respectivos períodos letivos.

Nesse sentido, o SIGMA representa um avanço importante por permitir o acompanhamento da trajetória individual de cada aluno(a) vinculado(a) aos cursos de graduação da UFPB, permitindo aos(as) coordenadores(as) a identificação

dos(as) discentes sem matrículas e a adoção das medidas administrativas necessárias para o adequado incentivo à conclusão dos cursos.

O indicador Número de Alunos Equivalentes é o principal indicador para análise dos custos de manutenção e desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Huppes; Souza; Ansuj, 2016).

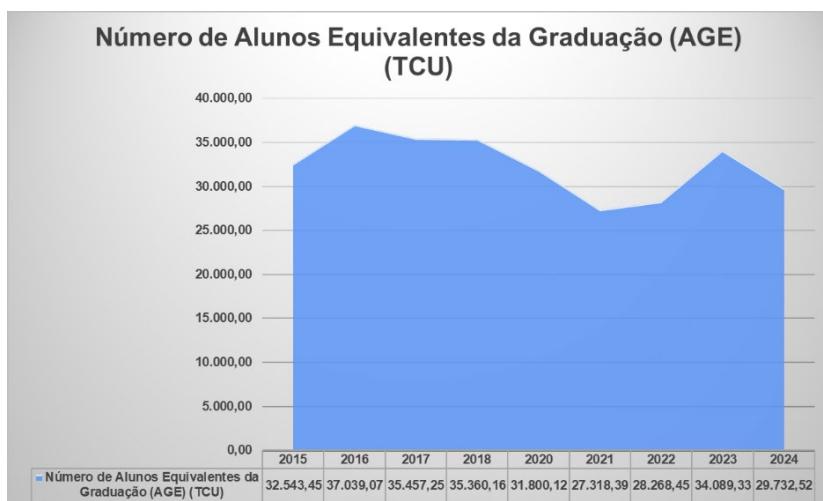
O cálculo do indicador foi “inspirado no modelo inglês de 1998, elaborado pelo *Higher Education Council for England* (HEFCE), utilizado na Inglaterra até o ano de 2004” (Huppes; Souza; Ansuj, 2016). Seu cálculo é baseado na

quantidade total de alunos matriculados em cada IFES, com base em cálculo que equipara aos alunos dos cursos a variáveis, como: nível de custos, tempo previsto de duração dos cursos e eficiência na formação dos ingressantes (Huppes; Souza; Ansuj, 2016).

Os resultados do Número de Alunos(as) Equivalentes da Graduação (AGE) estão representados no Gráfico 5. No conjunto, os dados evidenciam variação moderada ao longo da década, com média aproximada de 32 mil alunos equivalentes. A trajetória geral indica resiliência da instituição, que, mesmo diante de adversidades externas e flutuações no número de matrículas efetivas, tem mantido capacidade de oferta e desempenho acadêmico compatíveis com sua estrutura organizacional e política de expansão.

Em 2015, o total registrado foi de 32.543,45 alunos equivalentes, seguido de um crescimento expressivo em 2016, quando o número alcançou 37.039,07, o maior valor da série histórica. A partir desse ponto, verifica-se tendência de leve redução até 2018, mantendo-se ainda em patamar elevado (35.360,16).

Gráfico 5 – Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

Entre 2019 e 2021, observa-se queda mais acentuada, com o indicador recuando de 31.800,12 para 27.318,39, configurando o menor volume do período. Essa redução coincide com o contexto da pandemia de COVID-19 e seus efeitos sobre a dinâmica acadêmica e o fluxo de matrículas, refletindo diretamente na carga horária e no quantitativo de alunos equivalentes.

A partir de 2022, o indicador demonstra sinais de recuperação, alcançando 28.268,45 em 2022 e 34.089,39 em 2023, valor próximo aos níveis observados no início da série. Em 2024, há uma pequena retração para 29.732,52, contudo, os resultados ainda são superiores ao triênio 2019–2021.

No contexto da graduação, outro indicador importante é o indicador de evasão dos cursos. Na UFPB, o indicador é calculado por meio da fórmula:

$$EVp = \{ 1 - [(Mp - Ip) / (Mp-1 - Cp-1)] \}$$

Onde,

Mp= número de matriculados;

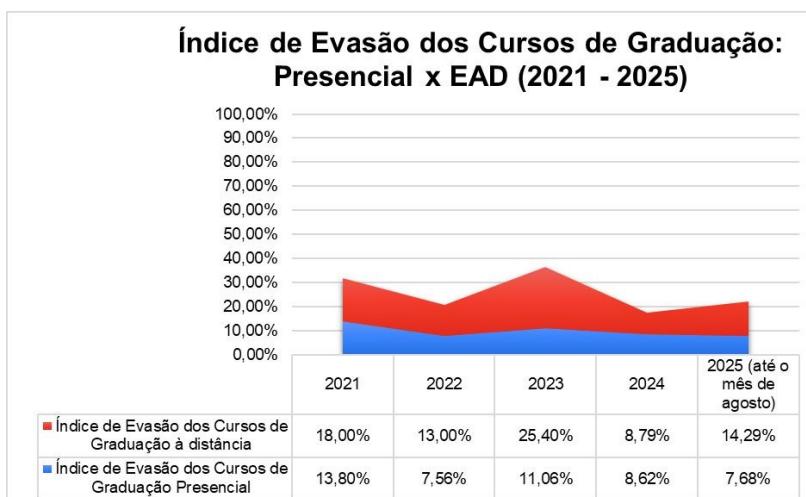
Ip= número de ingressantes;

Mp-1 e Cp-1= número de matriculados e concluintes no período anterior (UFPB, 2024a).

Os resultados do Índice de Evasão dos Cursos de Graduação Presenciais e de Educação à Distância (EAD) da UFPB encontram-se representados no Gráfico 6. Nos cursos presenciais, a evasão atingiu 13,80% em 2021, influenciada possivelmente pelos efeitos da pandemia.

A partir de 2022 houve recuperação (7,56%), mas em 2023 ocorreu nova elevação (11,06%), destoando da trajetória e sugerindo fatores adicionais que precisam ser investigados. Em 2024 (8,62%) e 2025 (7,68%), os índices estabilizaram em níveis mais baixos, demonstrando maior controle da evasão.

Gráfico 6 – Índice de Evasão dos Cursos de Graduação nas modalidades presencial e EAD



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

Já nos cursos EAD, a trajetória foi mais instável: queda de 18% (2021) para 13% (2022), seguida de um salto para 25,40% em 2023, que marcou o pior desempenho. Em 2024, observou-se forte redução para 8,79%, mas em 2025 a evasão voltou a crescer para 14,29%, confirmando que a modalidade ainda enfrenta desafios consistentes para manter a permanência dos discentes.

Por fim, a PRG entende que um dos fatores relevantes de permanência dos estudantes em seus cursos de graduação é o envolvimento com os programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que tais projetos enriquecem a formação dos discentes e, para os discentes bolsistas, possibilitam parte dos recursos necessários para sua manutenção no curso de graduação.

No que diz respeito aos programas e projetos acadêmicos, de responsabilidade da PRG, o Gráfico 8 apresenta os resultados referentes ao envolvimento dos discentes de graduação com os programas acadêmicos.

Gráfico 7 – Número de Discentes Envolvidos em Programas Acadêmicos



Fonte: Elaboração própria, a partir de UFPB (2021, 2022, 2023, 2024b, 2025).

Observa-se que, em 2020, havia 2.203 discentes envolvidos em programas acadêmicos. Em 2021, o número caiu para 1.776, uma redução de cerca de 19%, provavelmente associada ao contexto da pandemia. Após esse período de queda, observa-se uma retomada em 2024, quando o indicador alcança 2.224 estudantes, superando o patamar de 2020.

Os resultados parciais de 2025 (referentes aos resultados obtidos até o mês de agosto), já são 2.531 discentes envolvidos, o que sugere um crescimento consistente da participação estudantil.

Dentre os fatores que impulsionaram esse crescimento, destaca-se a criação do Programa Pé-de-meia Licenciaturas, pelo Governo Federal, bolsa com pagamento mensal para estudantes de licenciatura que obtiverem nota média igual ou superior a 650 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio, como forma de incentivo à permanência no curso, conclusão da formação e atuação como docente em rede pública de ensino (Brasil, 2025).

Entendendo a importância das bolsas acadêmicas para a permanência dos discentes bolsistas nos cursos de graduação, destaca-se, também, a prorrogação na duração das bolsas do Programa de Monitoria, cuja duração passou de 08 para 12 meses, aumentando o quantitativo de recursos investidos pela UFPB no programa e na formação dos discentes da graduação, sejam estes discentes bolsistas, sejam os discentes assistidos pelo referido programa.

Os demais indicadores de graduação encontram-se descritos nos capítulos seguintes e por este motivo não foram aqui analisados.

4 Ações da PRG – Exercício 2025

Destacam-se, a seguir, parte das ações adotadas pela atual gestão da PRG visando a melhoria dos resultados dos indicadores da graduação da UFPB.

Em relação ao fortalecimento pedagógico, a PRG lançou a Chamada Interna PRG/UFPB nº 01/2025, referente ao Programa de Apoio a Experiências Interdisciplinares Desenvolvidas para Melhoria da Qualidade do Ensino de Graduação (QualiGrad).

O edital, executado com recursos da ação orçamentária “Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”, tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de atividades previstas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), incentivar metodologias inovadoras e promover práticas de ensino que contribuam para a melhoria da aprendizagem, redução da evasão e fortalecimento da inclusão e diversidade na comunidade acadêmica.

Entre as diretrizes do programa, destacam-se o desenvolvimento de atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), a promoção de experiências interdisciplinares, o desenvolvimento de metodologias de ensino para a melhoria da aprendizagem, o incentivo a práticas voltadas à equidade de gênero, inclusão e o apoio a ações que favoreçam a permanência de estudantes pretos(as), pardos(as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e oriundos(as) do campo, além do fortalecimento dos cursos de graduação.

No que se refere à infraestrutura, foram investidos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na reforma do Bloco G da Central de Aulas, com o propósito de garantir melhores condições físicas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A ação visa assegurar aos estudantes ambien-

tes adequados e confortáveis, reforçando o compromisso institucional com a qualidade do ensino.

Por fim, no âmbito do projeto “A Reitoria que Caminha”, a PRG intensificou suas visitas aos Centros e Departamentos de Ensino da UFPB, com o intuito de discutir os indicadores da graduação das respectivas unidades, a fim de que sejam adotadas ações para melhoria dos indicadores, além de promover a aproximação entre a gestão central e as unidades acadêmicas.

Os capítulos subsequentes apresentam outras ações desenvolvidas por esta Pró-Reitoria, motivo pelo qual elas não se encontram descritas na presente seção.

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. Campus IV: Mamanguape. In: RABENHORST, Eduardo. **Unicidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

BRASIL. **Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960**. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras previdências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/documentos-ufpb/lei-de-federalizacao-da-ufpb-1960.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília: 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ministério da Educação**, 2025. Pé-de-Meia Licenciaturas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/pe-de-meia-licenciaturas>. Acesso em: 30 set. 2025.

CCAE, Centro de Ciências Aplicadas e Educação. **Centro de Ciências Aplicadas e Educação**, 2017. Histórico. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ccae/contents/menu/ccae-1/institucional>. Acesso em: 30 set. 2025.

HUPPES, Jean Cauê; SOUZA, Adriano Mendonça; ANSUJ, Angela Pelgrin. Classificação da similaridade dos cursos de graduação da UFSM em relação ao índice do aluno equivalente – uma ferramenta de gestão. **Revista Espacios**, v. 37, n. 13, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n13/16371322.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

PARAÍBA. Lei nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa, PB: Governo da Paraíba, 1955. Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/documentos-ufpb/lei-estadual-de-criacao-da-ufpb-1955.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

PRG, Pró-reitoria de Graduação. Pró-reitoria de Graduação, 2020. Organograma. Disponível em: <https://plone.ufpb.br/prg/contents/menu/institucional-1/organograma>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; PINTO, Vannildo Cardoso; BITTENCOURT, Ibsen Mateus; SANTA RITA, Luciana Peixoto. Indicadores de gestão do ensino superior e sua correlação e retenção: Uma análise da taxa de sucesso na graduação em seis instituições federais de ensino entre 2006 e 2015. **VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, V Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.singep.org.br/6singep/resultado/506.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

TCU, Tribunal de Contas da União; SESU/MEC, Secretaria de Educação Superior; SFC, Secretaria Federal de Controle Interno. **Orientações para Cálculo dos Indicadores de Gestão: Decisão nº 408/2002-Plenário e Acórdãos nº 1043/2006 E nº 2167/2006** – Plenário Tribunal de Contas da União. Brasília, DF: 2010. Disponível em: https://proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/documento/orientacoes_tcu_versao_2010.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Plano de Desenvolvimento Institucional UFPB 2024-2028**. João Pessoa: 2024a. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/7HHRqJa5RoaNo7N>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2015**. João Pessoa: 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufpb-2015.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2016**. João Pessoa: 2017. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/>

[contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf/view](#). Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2017**. João Pessoa: 2018. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/tWTX98w-cqi4Sj6c>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2018**. João Pessoa: 2019. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/swWZQNm9KKiBEqg>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2020**. João Pessoa: 2021. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/W5BNmZMo2Lz4ifr>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2021**. João Pessoa: 2022. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/6cbHWp5BMZLsGgN>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **R elatório de Gestão 2022**. João Pessoa: 2023. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/YS8s3i9f4XNLeJ9>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2023**. João Pessoa: 2024. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/LX5w25QbHCPRn9i>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2024b**. João Pessoa: 2025. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/yXkyy9gExvxmKJ>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Resolução nº 20/2019**. Regulamenta o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2019. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019129250213e16587574940102c7ef0/consuni.20.2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFRR, Universidade Federal de Roraima. **Universidade Federal de Roraima**, 2025. Indicadores de desempenho segundo o TCU. Disponível em: <https://ufrr.br/proplan/indicadores-de-desempenho-segundo-o-tcu/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UNIFESSPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Indicadores de gestão da UNIFESSPA 2020**: ano base 2019. Marabá: 2020. Disponível em: https://seplan.unifesspa.edu.br/images/Indicadores_de_Gest%C3%A3o_da_Unifesspa_2020_ano_base_2019.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPÍTULO 2

A COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Uyguaciara Veloso Castelo Branco
Hellen Christine de Oliveira Felix
José Bernardo Campelo
Ivanildo José Gurgel de Oliveira
Evandro Farias Rocha
Dennis Mitchell Melo da Silva
Evaír Ferreira Furtado
Herbert Florêncio da Silva
Izaias Costa Correa
João Victor Faria de Carvalho
Layane Marques de Souza
Nayara Márcia Cavalcanti de Sá Leitão
Pablo Santos de Holanda
Paulo Fernando Cavalcante Correia
Raimundo José Duarte
Sérgio Ricardo Justino Sales
Tânia Maria Cardoso de Oliveira
Tassiana de Sousa Pereira
Veruska Delgado Viaro Diniz

1 Introdução

Seguindo as disposições normativas da Resolução CONSUNI/UFPB nº 20/2019, a Coordenação Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação é responsável pela gestão dos principais processos que compõem a trajetória acadêmica dos discentes da UFPB, desde sua admissão até sua diplomação, incluindo o acompanhamento da permanência nos itinerários formativos e a gestão do acervo documental.

Para dar conta de tantas funções, a CA é subdividida em três Subcoordenações – a de Admissão (SCA), a de Permanência (SCP) e a de Registro de Diplomas (SCRD) – e um Acervo de Documentação Estudantil.

Neste capítulo, então, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas no âmbito desta CA, além de dados

acadêmicos referentes aos processos seletivos executados, com destaque para os resultados obtidos, ações de inovação e boas práticas implementadas. Ademais, também é feita uma avaliação interna, por meio de depoimentos e relatos opinativos de servidores da unidade sobre a rotina de trabalho que envolve admissão, permanência e diplomação discentes e guarda de documentação física e digital em acervo estudantil.

2 Principais ações realizadas

Esta seção apresenta as principais ações realizadas pela CA, no período de 2015 a 2025, destacando todos os esforços envolvidos para possibilitar não somente o acesso aos cursos de graduação ofertados, mas sobretudo a permanência dos estudantes com sua consequente diplomação.

2.1 Gestão normativa e processual

Inicialmente, convém relatar que, dentro da PRG, a CA exerce parte importante na elaboração de editais de ingresso e das propostas de calendários acadêmicos, na prestação de informações sobre eventos acadêmicos e na adequação normativa concernente a temas acadêmicos e modernização de fluxos processuais para maior clareza e celeridade.

Sendo competência da unidade fazer a gestão de uma gama de processos acadêmicos, envolvendo assuntos de matrículas, trancamentos, quebras de pré-requisitos, mobilidade acadêmica, diplomação, emissão de Láurea Acadêmica e demais procedimentos administrativos, houve a tramitação e a análise de um total de **277.852** processos movimentados nesses dez anos, assim divididos: total de **51.874** movimentados pela SCP, sendo 26.491 processos recebidos e 25.383 enviados; total de **107.772** movimentados pela secretaria da CA, sendo 51.477 enviados e 56.295 recebidos; total de **37.705** movimentados pela SCA, sendo 26.476 recebidos

e 11.229 enviados; total de **58.421** movimentados pela SCRD, sendo 13.573 enviados e 44.848 recebidos; e total de **22.080** movimentados pelo Acervo, sendo 9.604 enviados e 12.476 recebidos.

Acompanhando a modernização por que passa a UFPB, a produção de documentos acadêmicos passou a ser feita eletronicamente. Nesse sentido, ocorreu a implantação pioneira do Diploma Digital vinculado à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), atendendo à Portaria MEC nº 330/2018. Foram **32.997** diplomas emitidos (diplomas internos) e **8.604** diplomas externos registrados (diplomas de instituições conveniadas), na UFPB, entre 2015 e 2025.

2.2 Processos seletivos

Outra ação fundamental da CA refere-se ao planejamento e execução de todos os processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação da UFPB, quais sejam: Sistema de Seleção Unificado para Ingresso no Ensino Superior - SISU, Processo Seletivo de Reopção de Curso - PSRC, Processo Seletivo de Transferência Voluntária - PSTV, Processo Seletivo de Ingresso de Graduado - PSIG, Processo Seletivo para os Cursos de Graduação na Modalidade a Distância, Processo Seletivo para Segunda Licenciatura em Educação Inclusiva e Educação do Campo do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE, e Processo Seletivo de Conhecimentos Específicos – PSCE, para os cursos de Música. Nesse sentido, destaca-se a inclusão dessas seleções no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, permitindo que as inscrições dos candidatos e o acompanhamento do processo fosse feito remotamente, garantindo maior transparência e acessibilidade.

Além disso, essa modernização a partir da “digitalização” dos certames facilitou a execução de tantos processos. Importante frisar o volume de trabalho que envolve as seleções de ingresso na graduação da UFPB, pois estas podem ocorrer em edição única ou em duas por ano.

Outra mudança relevante conduzida pela CA para garantir mais segurança ao ingresso na graduação refere-se ao procedimento de heteroidentificação como etapa obrigatória para avaliação das cotas raciais. A implementação desse procedimento na UFPB¹, em 2025, inseriu-se no escopo do SiSU nacional, obedecendo ao Termo de Adesão e aos editais específicos da instituição. Assim, os candidatos são submetidos a banca inicial e recursos em formato remoto, a critério das comissões instituídas para esse fim, fazendo-se a utilização do SIGAA para cadastramento documental e suporte logístico com equipamentos disponíveis nos *campi*.

2.3 Organização de eventos

Além do envolvimento da CA nas ações diretamente relacionadas ao funcionamento dos cursos de graduação, devem ser consideradas as práticas inovadoras implementadas, como a organização e promoção de eventos, tais como “Imersão na UFPB”, “Orgulho em Cena: Arte, Vozes e Resistência LGBTQIAPNb+”, Dia do Estudante, Dia do Professor e da Professora e Dia da Consciência Negra.

O evento “Imersão na UFPB”, realizado nos dias 09 a 12 de junho, para os ingressantes do período letivo 2025.1, e nos dias 03 a 06 de novembro, para os ingressantes do período letivo 2025.2, dos três turnos da UFPB, em todos os *campi*, consistiu em ações de acolhimento e integração,

¹ Antes da criação da Comissão Institucional de Heteroidentificação na UFPB, que ocorreu a partir da Portaria nº 21/2025 GR-UFPB, os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito dos cursos de graduação, eram feitos, após denúncias de fraude, por comissões especiais.

contemplando a “1ª Caminhada dos Ingressantes da UFPB”, seguida de um café da manhã, em um momento de convivência e interação lúdica. A programação incluiu uma abertura institucional com mensagens de boas-vindas e uma “Feira de Serviços Acadêmicos”, na qual os estudantes puderam visitar estandes de setores da UFPB com informações essenciais sobre os serviços oferecidos pela universidade. A PRG se fez presente, com suas coordenações expondo suas ações e fluxos administrativos. Também participaram daquela Feira a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - PRAPE, a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, a Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA, o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - CoMu, a Agência UFPB de Cooperação Internacional - ACI, a Biblioteca Central, a Editora Universitária, o Centro de Referência em Atenção à Saúde - CRAS e o Diretório Central dos Estudantes - DCE.

Outro evento de destaque, promovido pela PRG com participação e organização da CA, foi o “Orgulho em Cena: Arte, Vozes e Resistência LGBTQIAPNb+”, ocorrido no dia 30 de junho de 2025, no Centro de Vivência. Com objetivo de celebrar a diversidade e a resistência das identidades LGBTQIAPNb+ na universidade e na sociedade em geral, promoveu-se a expressão artística e cultural de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos LGBTQIAPNb+. O evento contou com o envolvimento das demais Pró-Reitorias, da CoMu e do DCE.

Considerando a importância de certas datas, a CA promoveu ações como:

- a) o Dia do Estudante, em 11 de agosto de 2025, em parceria com os centros acadêmicos e coletivos es-

- tudantis, com a promoção das seguintes palestras: “Inovação e Desafios da Inteligência Artificial”, por Profa. Dra. Natasha Correia Queiroz Lino, Prof. Dr. Clauriton de Albuquerque Siebra e Graduanda Vitoria Cristhyna dos Santos Camel; “Inteligência Corporal”, por Profa. Dra. Maria Dilma Simões Brasileiro; e “Educação socioemocional e ensino superior: desenvolvendo competências para os desafios atuais”, por Profa. Dra. Marilene Salgueiro;
- b) o “Dia do Professor e da Professora”, realizado em 15 de outubro de 2025, promovendo a palestra intitulada “Portas Abertas: Diversidade, Acesso e Permanência na UFPB”, com a presença do Prof. Dr. Cassiano Caon Amorim (UFJF);
 - c) o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2025, com a realização de ações de articulação com setores internos e externos, com ênfase em iniciativas que promovem o respeito à diversidade étnico-racial e o enfrentamento ao racismo estrutural no âmbito universitário.

2.4 Participação em comissões

Sendo parte de suas funções contribuir para a realização de estudos e discussões quanto à atualização e adequação normativa concernente a temas acadêmicos, a CA participa de comissões e grupos formados para tratar de assuntos específicos.

Nos últimos anos, por exemplo, tem tido uma participação relevante na atualização do Regimento Geral da Graduação - RGG, procedimento iniciado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, com a designação de uma comissão por ele instituída própria para tratar o

assunto. Atualmente, a minuta do novo RGG encontra-se com a relatoria, para discussão e apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e posterior envio ao CONSEPE para apreciação e aprovação daquele Conselho e possivelmente com sua possível implementação em 2026.

Outra participação significativa da CA é a presidência da “Comissão de Estudos Técnicos sobre Novas Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Paraíba”, instituída pela Portaria PRG/UFPB nº 21/2025², com o objetivo de propor novas formas de ingresso na graduação da UFPB: o **Processo Seletivo Próprio (PSP)**, para ocupação de vagas novas ociosas do SiSU e do PSCE, e o **Processo Seletivo Específico (PSE)**, para **reocupação** de vagas decorrentes de abandono, cancelamento ou evasão (**vagas residuais**).

A referida proposta contempla, inicialmente, a definição de **vagas novas ociosas** para aquelas vagas não ocupadas pelo SiSU e pelo PSCE, do ano em curso, seja por não preenchimento de vagas, após todas as chamadas realizadas, ou por matrículas não efetivadas ou canceladas por estudantes aprovados e cadastrados, no SIGAA. Já as **vagas residuais** seriam aquelas decorrentes de abandono, cancelamento ou evasão, ao longo do fluxo de integralização dos cursos.

O PSP, portanto, teria como objetivo atender à oferta de vagas em cursos que tivessem participado do SiSU ou do PSCE, do ano em curso, e que não tivessem preenchido todas as vagas, restando ociosidade dos processos seletivos primários para o ingresso no segundo semestre letivo

² De acordo com o normativo, a Comissão é composta por sete membros titulares e sete membros suplentes, sendo seis representantes da PRG – da Coordenação Acadêmica (CA), da Coordenação de Currículos Acadêmicos (CCA) e da Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA) –, dois representantes da Comissão de Heteroidentificação Institucional (CHI); dois representantes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), dois representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dois representante do Projeto de Extensão - Cine Trava.

do referido ano, de acordo com informação enviada pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI. Por outro lado, o PSE seria destinado a demandas específicas, estabelecidas em Edital, após solicitação formal à PRG, com oferta de vagas residuais para: Pessoas Transgêneras, Refugiados e Portadores de Visto Humanitário - PSRH, Servidores Públicos e Terceirizados da UFPB, Pessoas na faixa etária igual ou superior a 50 anos, Egressos da Educação de Jovens e Adultos - EJA ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, Vencedores de Olimpíadas do Conhecimento, Estudante que recebe Bolsa-Atleta, entre outros públicos, orientados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB.

As normas, a periodicidade, o número de vagas e os cursos participantes, de ambos os processos seletivos seriam definidas, por meio de Edital próprio, a critério da PRG, para ingresso no semestre letivo seguinte ao certame, destacando que, para o PSP, tais procedimentos ocorreriam após a matrícula realizada no primeiro período letivo de cada ano, enquanto para o PSE, conforme o quantitativo disponível, haveria a destinação de, pelo menos, 01 (uma) vaga para cada um dos demandantes.

Todas essas propostas da Comissão foram encaminhadas à PRG, sob a forma de uma minuta de Resolução. Após emissão de parecer técnico sobre o documento, a Pró-Reitoria fez o encaminhamento da minuta para a apreciação do CONSEPE, sugerindo ainda o envio à relatoria do novo Regulamento Geral da Graduação - RGG, para providenciarem a alteração dos artigos, parágrafos e incisos relativos às formas de ingresso naquele normativo.

3 Destaques e resultados alcançados

A seguir, são apresentados resultados referentes à ocupação de vagas ofertadas no SiSU e nos demais processos seletivos existentes, além das principais ações de modernização administrativa, com migração dos dados da CA para os sistemas integrados da graduação (SIG) e a consequente ampliação da segurança documental, de ações para melhoria da permanência de estudantes na UFPB, com maior eficiência no atendimento à comunidade acadêmica e a regularização do calendário acadêmico, com implementação das atividades práticas supervisionadas.

3.1 Vagas ofertadas e ocupação

A tabela 1 a seguir apresenta dados relativos à ocupação de vagas ofertadas pelo SiSU, em suas várias edições nos últimos dez anos.

Tabela 1 – Ocupação de Vagas pelo SiSU, na UFPB

ANO	VAGAS	CADASTRADO (METABASE)	MATRICULADO	TX_CADASTRADOS
2015	7480	7140	6407	95,45%
2016	7700	7470	6231	97,01%
2017	7790	7583	6859	97,34%
2018	7835	7518	6093	95,95%
2019	7842	7568	6467	96,51%
2020	7872	7450	5245	94,64%
2021	7790	7711	7000	98,99%
2022	7625	7260	7118	95,21%
2023	7825	7139	6440	91,23%
2024	7750	7072	6404	91,25%
2025	7845	7103	3872	90,54%

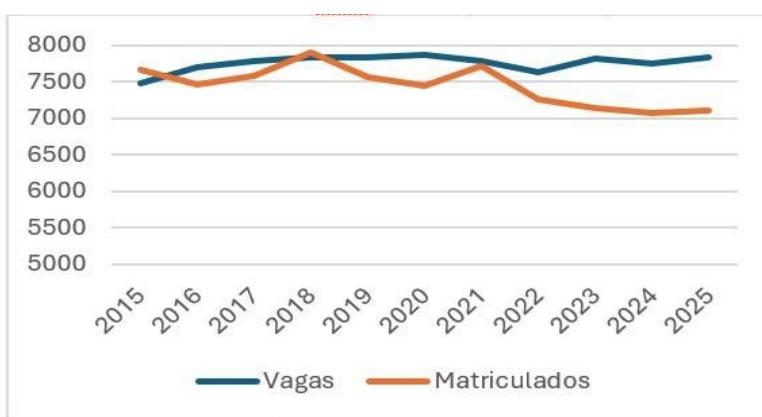
Fonte: Brasil (2015-2025).

De maneira geral, percebe-se que o SiSU possui uma excelente taxa de ocupação, a exceção dos anos de 2015 e 2016, que não possuem registro no SiSU Gestão, tendo sido informados a partir dos registros do SIGAA, que estava sendo

implantado na UFPB à época. Nos anos de 2015 a 2017, ocorreu somente uma edição do SiSU, assim como os anos de 2024 e 2025. Os demais anos tiveram duas edições. Nesse sentido, registramos o merecido cuidado na comparação de dados, a exemplo dos percentuais de ocupação nos anos 2020 a 2022, cujos percentuais foram bastante superiores a 90%, em virtude da não obrigatoriedade de matrícula em componentes curriculares, face à pandemia de Covid19, em que todos os estudantes cadastrados foram automaticamente matriculados, sem que fosse realizada a consulta sobre sua intenção em realizar a matrícula, expediente que vem sendo adotado pela UFPB, a partir de 2023, o que passa a ser refletido nos números, que caem para o patamar de 90%. O ano de 2025 manteve a taxa de ocupação de 90%, apesar de ter apresentado um aumento de 95 vagas ofertadas e de ter tido uma única edição do SiSU.

No gráfico a seguir, são apresentados o total de matrículas de discentes ingressantes através do SiSU e as vagas ofertadas no mesmo recorte temporal anterior.

Gráfico 1 – Vagas ofertadas e matrículas efetuadas de discentes – SiSU/UFPB (2015-2025)



Fonte: SiSUGestão, 2015-2025.

Como afirmou-se anteriormente, apesar da oferta contínua, o número de matrículas apresentou **variações significativas**, com pico em **2018** (próximo a 8.000 matrículas) e o ponto mais baixo em **2024** (próximo a 7.000 matrículas). Tal oscilação indica possíveis fatores externos e internos influenciando a adesão dos candidatos, como: mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes pós-pandemia, dificuldades de deslocamento ou permanência na universidade, oferta concorrente de outras instituições e modalidades de ensino, ajustes nos cursos e turnos que impactam a atratividade das vagas. Em todos os anos analisados, observa-se que **parte das vagas não foi preenchida**, evidenciando um desafio estrutural na política de acesso aos cursos de graduação da UFPB, em se tratando de uma universidade pública, gratuita e de qualidade reconhecida. Merece destaque a tendência de crescimento em matrículas e vagas que se inicia em 2025, carecendo de acompanhamento ao longo dos próximos anos.

As vagas residuais do SiSU foram ocupadas pelos processos seletivos existentes e previstos no RGG (Resolução nº 29/2020): PSTV, PSRC e PSIG. Em relação a esses processos seletivos para preenchimento de vagas residuais do SiSU, a tabela 2, a seguir, apresenta alguns resultados bastante interessantes para a gestão acadêmica. Importante destacar que houve uma demanda represada na pandemia quando deixou de ocorrer esses processos seletivos, razão da tabela somente mencionar o ano de 2022 como início do período.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, percebe-se que o PSIG é um processo que possui uma alta demanda de ingressantes, mas também uma maior proporção de estudantes com matrícula cancelada; o PSTV proporciona pouquíssima repercussão nas matrículas ativas e, mesmo assim, também apresenta uma proporção razoável de trancamentos.

Tabela 2 – Ocupação de Vagas por outros processos seletivos na UFPB

Ano	Tipo_Ingresso	Vagas	Ingresso	Ativos	Cancelados	Concluídos
2022	Graduado	525	297	175	117	5
2022	PSTV	596	65	51	11	3
2022	Reopção de Curso	814	277	235	28	14
2023	Graduado	536	253	161	92	0
2023	PSTV	591	27	24	3	0
2023	Reopção de Curso	671	227	210	11	6
2024	Graduado	209	116	103	13	0
2024	PSTV	173	30	27	3	0
2024	Reopção de Curso	249	75	73	2	0
2025	Graduado	385	174	163	11	0
2025	PSTV	337	19	19	0	0
2025	Reopção de Curso	414	60	60	0	0

Fonte: STI UFPB (2020-2025).

Por fim, o PSRC apesar de contar com um quantitativo bastante significativo de estudantes ingressantes e com matrícula ativa, recebe maior percentual de vagas dentre os três processos existentes, sendo também o que menos contribui para os cancelamentos de matrícula, porém há uma sobra bastante considerável no preenchimento de vagas. A análise desses dados, em conjunto, contribuiu para a PRG conduzir a um processo de revisão e definição de novas formas de ingresso que pudessem sanar as distorções aqui identificadas, o que será tratado no item a seguir.

3.2 Modernização administrativa

A migração integral para o SIGAA representou um marco de eficiência, reduzindo deslocamentos, agilizando prazos e garantindo guarda digital dos documentos acadêmicos e praticidade nos procedimentos de análise e consulta de processos e documentos.

Outro evento marcante foi a adesão, no início de 2025, com organização e registro dos planos gerenciais e individuais para a implantação do Programa de Gestão de Desempenho

(PGD), com reuniões, planejamento, discussões e feitura dos planos descritos na Plataforma Institucional POLARE, para implantação em 05 de maio do corrente ano. Nesse programa, a PRG e suas coordenações passaram a ter seus servidores em teletrabalho por três dias da semana e atendimento presencial em apenas dois dias, em regime de escala de trabalho, mantendo seu atendimento presencial e sendo avaliado como bastante satisfatório tanto pela Comunidade Acadêmica, quanto pelos próprios servidores envolvidos.

No que diz respeito ao aumento da Segurança Documental, o Diploma Digital reduziu significativamente riscos de fraude e simplificou a autenticação e a guarda de documentos. Trata-se, portanto, de uma inovação tecnológica que modernizou a emissão de diplomas, trouxe segurança criptográfica e agilidade para os egressos.

Por sua vez, a política de bonificação estadual reduziu a evasão decorrente da baixa adesão de discentes de outros estados, fortalecendo o perfil regional dos cursos, impactando a permanência dos estudantes na Instituição, estimulando o desenvolvimento local e a fixação de profissionais qualificados no Estado da Paraíba. Por recomendação do MEC, a UFPB teve que retirar o Bônus Regional em 2024, não tendo mais efeito sobre o SiSU - Edição 2025.

A unificação de todos os processos seletivos no SIGAA, tornou os procedimentos eletrônicos e transparentes, aumentando a participação de candidatos em todos os processos seletivos da PRG e a agilidade no atendimento de demandas do nosso público interno e externo, ampliando o alcance nacional da UFPB.

A CA manteve a regularidade dos fluxos de diplomação, revalidação de diplomas estrangeiros e registro de diplomas

de outras instituições, garantindo prazos e conformidade com o MEC.

A Coordenação Acadêmica contribuiu junto aos membros que formaram a Comissão de Regularidade do Calendário Acadêmico da Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituída por meio da Portaria nº 28/2025 – PRG, no aprimoramento da proposta para regularidade do calendário acadêmico da graduação na UFPB, acompanhamento e avaliação de medidas para assegurar a regularidade, a previsibilidade e a efetividade da execução do calendário acadêmico dos cursos de graduação.

A Coordenação Acadêmica contribuiu nas discussões e aprimoramento das propostas aprovadas, inclusive na regulamentação das atividades práticas supervisionadas (APS), conforme Resolução nº 44/2025- CONSEPE/UFPB.

4 Projetos inovadores e boas práticas implementadas

Dentre os projetos inovadores e as boas práticas implementadas pela CA, destacam-se a padronização e transparência, a gestão baseada em dados e a implantação do Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico - SIGMA.

No que se refere a padronização e transparência, houve atualização e publicação de fluxos e normativas, alinhando procedimentos à legislação vigente e às boas práticas de governança pública.

Por sua vez, a gestão baseada em dados faz uso dos relatórios gerenciais do SIPAC e SIGAA para monitorar volumes processuais, permitindo melhor distribuição de tarefas e identificação de gargalos.

Também tivemos a implantação, em setembro de 2025, do SIGMA para disponibilização, sob a forma de painéis interativos, dos dados da graduação. Podem ter acesso para

consulta a reitora, os pró-reitores, os chefes de departamento, os coordenadores de cursos e coordenadores da PRG.

O acesso a essas plataformas permitiu a apresentação dos dados a seguir, para melhor delineamento da graduação da UFPB. Na tabela 3, são apresentados os dados por Centro, com indicadores relativos aos cursos de graduação, na modalidade presencial.

Tabela 3 – Distribuição dos Cursos de Graduação da UFPB, por centro e grau conferido, no Campus I – João Pessoa - Presencial

CÓDIGO INEP	CURSO	GRAU	CENTRO
1189062	BIOTECNOLOGIA	Bacharelado	Cbiotec
13399	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	CCEN
13400	FÍSICA	Licenciatura	CCEN
13402	MATEMÁTICA	Licenciatura	CCEN
13404	QUÍMICA	Licenciatura	CCEN
13406	GEOGRAFIA	Licenciatura	CCEN
43454	ESTATÍSTICA	Bacharelado	CCEN
313399	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	CCEN
313400	FÍSICA	Bacharelado	CCEN
313402	MATEMÁTICA	Bacharelado	CCEN
313404	QUÍMICA	Bacharelado	CCEN
313406	GEOGRAFIA	Bacharelado	CCEN
13409	FILOSOFIA	Licenciatura	CCHLA
13413	PSICOLOGIA	Bacharelado	CCHLA
13415	HISTÓRIA	Licenciatura	CCHLA
13417	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	CCHLA
13459	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	CCHLA
26565	PSICOLOGIA	Licenciatura	CCHLA
107548	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	CCHLA
107549	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	CCHLA
107552	LETRAS - FRANCÉS	Licenciatura	CCHLA
107553	LETRAS - ESPANHOL	Licenciatura	CCHLA
116830	LETRAS - LETRAS CLÁSSICAS (GREGO E LATIM)	Licenciatura	CCHLA
122928	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	Bacharelado	CCHLA
122930	TRADUÇÃO	Bacharelado	CCHLA
313409	FILOSOFIA	Bacharelado	CCHLA
1110230	CIÊNCIAS SOCIAIS	Licenciatura	CCHLA

1125641	COMUNICAÇÃO EM MÍDIAS DIGITAIS	Bacharelado	CCHLA
_80600	HISTÓRIA - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	Licenciatura (em extinção)	CCHLA
13398	DIREITO	Bacharelado	CCJ
1110415	DIREITO	Bacharelado	CCJ – Santa Rita
13424	MEDICINA	Bacharelado	CCM
13421	FARMÁCIA	Bacharelado	CCS
13422	FISIOTERAPIA	Bacharelado	CCS
13423	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	CCS
13425	NUTRIÇÃO	Bacharelado	CCS
13426	ODONTOLOGIA	Bacharelado	CCS
44258	ENFERMAGEM	Bacharelado	CCS
122288	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	CCS
122918	FONOAUDIOLOGIA	Bacharelado	CCS
1123330	TERAPIA OCUPACIONAL	Bacharelado	CCS
1399139	BIOMEDICINA	Bacharelado	CCS
13394	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	CCSA
13395	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	CCSA
13396	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	CCSA
13397	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	CCSA
113621	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado	CCSA
1126958	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Bacharelado	CCSA
1127039	CIÊNCIAS ATUARIAIS	Bacharelado	CCSA
1363988	GESTÃO PÚBLICA	Bacharelado	CCSA
1564470	CIÊNCIA DE DADOS PARA NEGÓCIOS	Bacharelado	CCSA
_1125642	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico (em extinção)	CCSA
19562	TURISMO	Bacharelado	CCTA
26564	MÚSICA	Bacharelado	CCTA
97039	MÚSICA	Licenciatura	CCTA
100220	HOTELARIA	Bacharelado	CCTA
107438	ARTES VISUAIS	Licenciatura	CCTA
107440	ARTES VISUAIS	Bacharelado	CCTA
107456	TEATRO	Licenciatura	CCTA
407456	TEATRO	Bacharelado	CCTA
1166771	CINEMA E AUDIOVISUAL	Bacharelado	CCTA
1191007	DANÇA	Licenciatura	CCTA
1268219	JORNALISMO	Bacharelado	CCTA
1268221	RADIALISMO	Bacharelado	CCTA
1268257	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	CCTA
_123241	MÚSICA REGÊNCIA DE BANDAS E FANFARRAS	Sequencial (em extinção)	CCTA
-----	MÚSICA POPULAR	Criado pelo CONSUNI	CCTA

13418	PEDAGOGIA	Licenciatura	CE
113707	PEDAGOGIA - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	Licenciatura	CE
116826	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	Licenciatura	CE
122924	PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO	Licenciatura	CE
122926	PSICOPEDAGOGIA	Bacharelado	CE
1162838	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	Bacharelado	CE
1695471	EDUCAÇÃO DO CAMPO	Segunda Licenciatura (PARFOR)	CE
113609	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	CEAR
1189063	ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	Bacharelado	CEAR
13401	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	CI – Mangabeira
1127164	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharelado	CI – Mangabeira
1503759	CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Bacharelado	CI – Mangabeira
_1162837	MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	Bacharelado (em extinção)	CI – Mangabeira
13427	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	CT
13428	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Bacharelado	CT
13429	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	CT
13430	ENGENHARIA MECÂNICA	Bacharelado	CT
13431	QUÍMICA INDUSTRIAL	Bacharelado	CT
19563	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA	Bacharelado	CT
113604	ENGENHARIA QUÍMICA	Bacharelado	CT
113615	ENGENHARIA AMBIENTAL	Bacharelado	CT
113617	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Bacharelado	CT
122934	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	CT
1127165	PRODUÇÃO SUCRALCOOLEIRA	Tecnológico	CTDR – Mangabeira
1127907	ALIMENTOS	Tecnológico	CTDR – Mangabeira
5001240	GASTRONOMIA	Bacharelado	CTDR – Mangabeira

Fonte: Brasil (2025).

Sintetizando os dados apresentados, percebe-se que a UFPB – Campus I conta, atualmente, com a oferta de 93 cursos (subdivididos por grau conferido), distribuídos em 13 Centros de Ensino, quais sejam:

Tabela 4 – Centros de Ensino do Campus I – João Pessoa

SIGLA	CENTRO (COM LINKS DE ACESSO)
CBIOTEC	Centro de Biotecnologia
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCHLA.	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE	Centro de Educação
CEAR	Centro de Energias Alternativas e Renováveis
CI	Centro de Informática
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – Unidade Lynaldo Cavalcanti/Mangabeira

Fonte: UFPB (2025b).

No Centro de Ciências Agrárias ([CCA - Centro de Ciências Agrárias](#)), tem-se um total de sete (07) cursos de graduação, ofertados no centro, conforme tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Distribuição dos Cursos de Graduação da UFPB, por por centro e grau conferido, no Campus II – Areia/PB – Presencial

CÓDIGO INEP	CURSO	GRAU	CENTRO
13403	ZOOTECNIA	Bacharelado	CCA
13454	AGRONOMIA	Bacharelado	CCA
97767	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	CCA
113709	MEDICINA VETERINÁRIA	Bacharelado	CCA
397767	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	CCA
1161324	QUÍMICA	Licenciatura	CCA
5000897	QUÍMICA	Bacharelado	CCA

Fonte: Brasil (2025).

O Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias ([CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias](#)) oferta um total de seis (06) cursos de graduação, no centro referido, como mostra a tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição dos Cursos de Graduação da UFPB, por por centro e grau conferido, no Campus III – Bananeiras/PB - Presencial

CÓDIGO INEP	CURSO	GRAU	CENTRO
13455	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	CCHSA
13457	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Licenciatura	CCHSA

80589	AGROINDÚSTRIA	Bacharelado	CCHSA
109626	PEDAGOGIA	Licenciatura	CCHSA
1167933	AGROECOLOGIA	Bacharelado	CCHSA
1696989	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA - PARFOR	Segunda Licenciatura	CCHSA

Fonte: Brasil (2025).

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (**CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação**) oferta um total de 11 cursos de graduação, nas cidades de Mamanguape/PB e Rio Tinto/PB, conforme tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Distribuição dos Cursos de Graduação da UFPB, por por centro e grau conferido, no Campus IV – Litoral Norte/PB
– Presencial

CÓDIGO INEP	CURSO	GRAU	CENTRO
98976	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	CCAE/Mamanguape
98982	SECRETARIADO EXECUTIVO - BILÍNGUE	Bacharelado	CCAE/Mamanguape CCAE
107356	PEDAGOGIA	Licenciatura	CCAE CCAE/Mamanguape
1440696	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	CCAE CCAE/Mamanguape
5000898	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	CCAE CCAE/Mamanguape
98980	ECOLOGIA	Bacharelado	CCAE/Rio Tinto
98984	CIÉNCIA DA COMPUTAÇÃO	Licenciatura	CCAE/Rio Tinto
99045	MATEMÁTICA	Licenciatura	CCAE/Rio Tinto
107348	ANTROPOLOGIA	Bacharelado	CCAE/Rio Tinto
107352	DESIGN	Bacharelado	CCAE/Rio Tinto
107360	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	CCAE/Rio Tinto

Fonte: Brasil (2025).

Em relação a modalidade Educação a Distância (EAD), a tabela 8, a seguir, apresenta os 11 cursos ofertados, contemplando centros do campus I (CCAE, CCEN, CCHLA, CCSA, CE, CI e CTP-ETS³).

³ O CPT-ETS corresponde ao Centro Profissional e Tecnológico que abriga a Escola Técnica de Saúde ([Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde](#)), que oferta cursos técnicos e tecnológicos, a exemplo do Curso de Tecnologia em Gestão em Saúde, criado e ofertado em 2025.

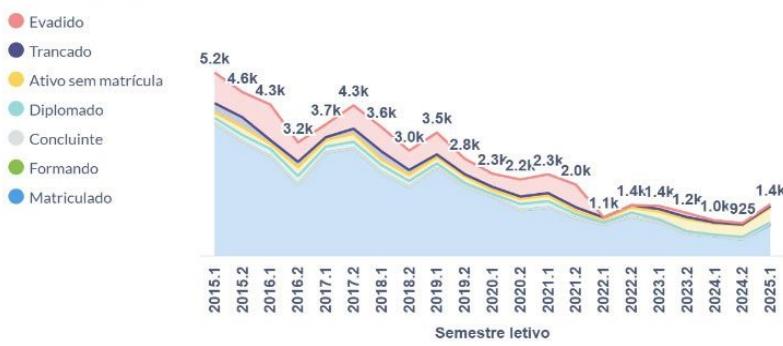
Tabela 8 – Distribuição dos Cursos de Graduação da UFPB, por centro e grau conferido – EAD

CÓDIGO INEP	CURSO	GRAU	CENTRO
703626	Letras - Inglês	Licenciatura	CCAE
711198	Letras - Espanhol	Licenciatura	CCAE
703628	Matemática	Licenciatura	CCEN
703625	Ciências Biológicas	Licenciatura	CCEN
703629	Letras - Português	Licenciatura	CCHLA
711179	Letras - Libras	Licenciatura	CCHLA
711073	Ciências Agrárias	Licenciatura	CCHSA
1203263	Administração Pública	Bacharelado	CCSA
703632	Pedagogia	Licenciatura	CE
703627	Computação	Licenciatura	CI
1697518	Gestão em Saúde	Tecnológico	CPT-ETS

Fonte: Brasil (2025).

Sintetizando os dados acadêmicos referentes aos **128 cursos de graduação**, os gráficos e quadros a seguir apresentam os principais indicadores acadêmicos relativos ao período analisado (2015-2025), para os cursos presenciais.

Gráfico 3 – Situação dos estudantes de Graduação da UFPB, por período letivo de ingresso – Presencial



Fonte: UFPB (2015-2025).

Para melhor detalhamento dos indicadores, o quadro 1 apresenta os números absolutos e relativos referentes ao ano de 2015.1 em comparação ao período 2025.1.

Quadro 1 – Situação dos estudantes de Graduação da UFPB, em 2015.1 em comparação a 2025.1 - Presencial

2025.1		2015.1	
● Evadido	1304	3.81 %	● Evadido
● Trancado	832	2.43 %	● Trancado
● Ativo sem matrícula	6838	19.97 %	● Ativo sem matrícula
● Diplomado	33	0.10 %	● Diplomado
● Concluinte	81	0.24 %	● Concluinte
● Formando	1499	4.38 %	● Formando
● Matriculado	23652	69.08 %	● Matriculado
Total	34239	100 %	Total
			31054 100 %

Fonte: UFPB (2015-2025).

De acordo com os dados acima, comparando os períodos letivos de 2015.1 ao período de 2025.1, percebe-se um aumento pequeno no número de estudantes matriculados (saindo de 23.184, em 2015.1, para 23.652, em 2025.1), porém com uma redução expressiva do número de evadidos (de 4.279, em 2015.1, para 1.304, em 2025.1), refletindo uma comparação sem sofrer a forte influência do período da pandemia de Covid-19, uma vez que o recorte de 10 anos permite uma comparação de dados antes e após a pandemia.

Os dados de evasão são melhor analisados no gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Taxa de evasão e diplomação por turma – cursos presenciais



Feito com Metabase

Fonte: UFPB (2018-2025).

Aqui, parece bastante evidente a tendência de queda da taxa de evasão, novamente comparando os anos anteriores e posteriores à pandemia. Os efeitos da pandemia somente começam a retornar à normalidade, a partir de 2023.1, seguindo em queda.

Sintetizando os dados acadêmicos referentes aos cursos de graduação, na modalidade a distância (EAD), os gráficos e quadros a seguir mostram os principais indicadores acadêmicos relativos ao período analisado (2015-2025).

Gráfico 5 – Situação dos estudantes de Graduação da UFPB, por período letivo de ingresso - EAD



Fonte: UFPB (2015-2025).

Para melhor detalhamento dos indicadores, o quadro 2 apresenta os números absolutos e relativos referentes ao ano de 2015.1 em comparação ao período 2025.1.

Quadro 2 – Situação dos estudantes de Graduação da UFPB, em 2015.1 em comparação a 2025.1 - EAD

2015.1		2025.1			
Evadido	871	3.43 %	Evadido	50	3.43 %
Trancado	263	5.06 %	Trancado	47	3.22 %
Ativo sem matrícula	153	2.94 %	Ativo sem matrícula	419	28.74 %
Diplomado	145	2.79 %	Diplomado	34	2.33 %
Concluinte	0	0.00 %	Concluinte	2	0.14 %
Formando	0	0.00 %	Formando	21	1.44 %
Matriculado	3765	72.45 %	Matriculado	885	60.70 %
Total	5197	100 %	Total	1458	100 %

Fonte: UFPB (2015) e UFPB (2025a).

De acordo com os dados acima, comparando os períodos letivos de 2015.1 ao período de 2025.1, percebe-se uma redução significativa no número de estudantes matriculados (saindo de 3.765, em 2015.1, para 885, em 2025.1) e uma consequente redução proporcional do número de evadidos (de 871, em 2015.1, para 50, em 2025.1), provavelmente tendo sofrido influência do período da pandemia de Covid-19, mas também apontado uma baixa atratividade dos cursos, com preocupante redução do corpo discente.

Os dados de evasão são melhor analisados no gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 – Taxa de evasão e diplomação por turma – EAD



Feito com Metabase

Fonte: UFPB (2018-2025).

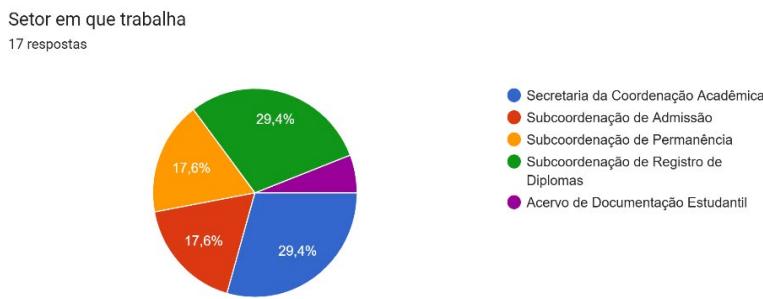
Aqui, parece novamente bastante evidente os efeitos da pandemia sobre os indicadores com um aumento significativo da taxa de evasão acumulada, a partir do semestre de ingresso 2020.1, que começa a retornar à normalidade, a partir de 2022.2, seguindo em queda.

5 Depoimentos e relatos de colaboradores

Em 2025, a CA realizou pesquisa com seus servidores, a fim de coletar a avaliação destes sobre as atividades

desempenhadas na CA. Após coleta de dados realizada via *GoogleForms*, obteve-se um total de 17 respondentes dentre os 19 servidores lotados na CA, sendo uma amostra bastante representativa, conforme gráfico a seguir:

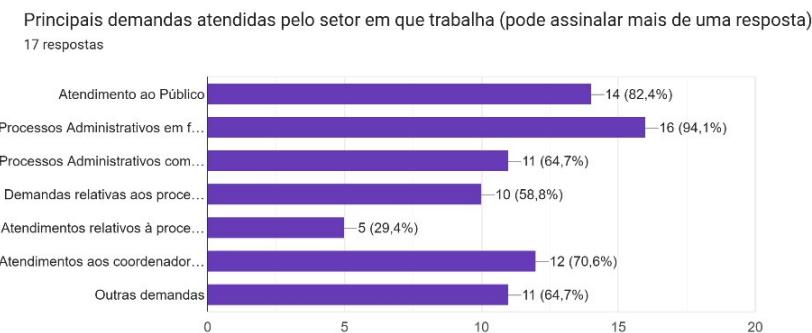
Gráfico 7 – Percentual de respondentes por setor da CA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dentre as demandas atendidas pela CA, os servidores destacam os processos administrativos em fluxo contínuo, o atendimento ao público e o atendimento aos coordenadores (em particular), conforme gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Demandas atendidas pela CA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação a sua satisfação com o atendimento prestado pelo seu setor de trabalho, 64,7% dos servidores se consideram muito satisfeitos.

Considerando as principais ações realizadas pela gestão da CA, com repercussão para seu setor de trabalho, os servidores destacam algumas boas práticas observadas, como a organização de fluxo de processos, com divisão de demandas; a comunicação clara, a confiança e o apoio que têm sido fundamentais para um ambiente de trabalho motivador, seguro, estável e colaborativo; a implantação do PGD, com avanço significativo na modernização da gestão pública e de pessoal, na busca por maior eficiência institucional; o prazer em trabalhar no setor; a gestão aberta ao diálogo e ao respeito, atendendo a toda comunidade acadêmica e escutando as demandas dos alunos; a liberação da consolidação individual em processos de antecipação de colação de grau; a transparência das informações e o zelo com atendimento ao público; a liberdade de enviar processos sem assinatura do chefe e encaminhamento direto para o setor responsável, sem ter que passar todo o fluxo pela CA; a melhoria na interação; a comunicação do coordenador que apresentou avanços, refletindo maior clareza e assertividade nas interações; a melhoria na integração entre as demais subcoordenações e as unidades da PRG; o espírito de equipe positiva e produtiva; o atendimento às mudanças necessárias para o bom andamento do setor; e a regularidade e celeridade na tramitação dos processos administrativos, bem como a devida liberdade de atuação no impulsionamento das decisões administrativas (descentralização administrativa no atendimento ao interesse público), resultando numa maior eficiência na satisfação do interesse público. Somente um servidor informou não ter sentido mudança na gestão.

Apesar dos comentários bastante positivos, foi perguntado quais as ações poderiam ser feitas para melhor desempenho dos setores, tendo sido mencionadas as seguintes: reposição de força de trabalho, com adequação

do número de servidores nos setores (23,5%); palestras motivacionais e que abordem as dinâmicas de trabalho do setor; instrução de coordenadores e chefia departamental sobre as responsabilidades e atendimentos de prazos do calendário acadêmico; comunicação melhor com as subcoordenações e realização de reuniões ordinárias para alinhamento das atividades; higienização do arquivo físico, digitalização e comando por profissional da área; melhoria do sistema junto à STI; melhoria na distribuição das atividades entre os servidores que trabalham diretamente na Coordenação Acadêmica, de modo que auxilie no trabalho dos demais servidores das subcoordenações; diminuição do número de assinaturas no diploma digital; alguns pequenos ajustes na tramitação dos processos administrativos e a necessidade da regulamentação (por intermédio de instruções normativas e/ou resoluções) de alguns procedimentos inerentes ao fluxo ordinário da graduação, buscando uma maior uniformidade entre as Coordenações e Departamentos da UFPB.

Destaca-se a grande preocupação por parte dos servidores com a necessidade de reposição e contratação de pessoal para cumprir com as atividades de cada um dos setores da CA, que abrangem as três subcoordenações – de Admissão, de Permanência e de Registro de Diplomas — e o Acervo de Documentação Estudantil, com demandas próprias, além dos fluxos processuais.

Para complementar essas respostas, foi perguntado como a gestão atual poderia auxiliar os servidores na melhoria do seu desempenho. Dentre as respostas dadas, destacam-se, novamente, a reposição de força de trabalho (18%); aquisição de equipamentos modernos (12%); a comunicação com as coordenações de curso para melhor alinhamento; promoção de teletrabalho integral; contratação de um arquivista para

unidade e de estagiários; contato cotidiano para verificar o andamento das atividades do setor; reconhecimento dos avanços e incentivo a novas ideias; envolvimento prévio dos setores, ainda que de modo consultivo, para minorar impactos causados pelas tomadas de decisões; e exigência de mais responsabilidade pelas coordenações de curso sobre os alunos em relação a atualização da ficha cadastral.

Após essas importantes avaliações e sugestões de boas práticas a serem adotadas pela gestão da CA, foi pedido uma avaliação, sob a forma de escala de atitudes com cada alternativa, solicitando o grau de concordância ou discordância entre 1 e 5 (de concordo totalmente a discordo totalmente). Os resultados são apresentados (sinteticamente) no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Respostas com maior incidência em cada item

Item	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Nem concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A Coordenação Acadêmica divulga informações de forma clara e acessível	58,8	17,6	5,9	5,9	11,8
Os canais de comunicação (e-mail, site, redes sociais, reuniões, etc.) são adequados e eficientes	76,5	5,9	0,0	0,0	17,6
O tempo de resposta da CA às demandas é satisfatório	82,4	0,0	0,0	5,9	11,8
A CA oferece suporte adequado para esclarecer dúvidas sobre procedimentos acadêmicos aos usuários (Coordenadores, docentes e discentes)	70,6	0,0	11,8	0,0	17,6
Você recebe orientações claras sobre regulamentos, normas e prazos acadêmicos a serem cumpridos pela CA, nos processos em curso.	52,9	23,5	0,0	17,6	5,9
A CA contribui para facilitar a permanência e desenvolvimento acadêmico dos estudantes na UFPB	58,8	17,6	5,9	5,9	11,8
O atendimento prestado pela CA é cordial e respeitoso com os usuários	82,4	0,0	0,0	0,0	17,6

Você sente que suas demandas são ouvidas e consideradas pela CA	58,8	23,5	0,0	5,9	11,8
Os processos acadêmicos conduzidos pela CA (cadastroamento, matrícula, aproveitamento de disciplinas, trancamento, colação de grau etc.) são bem organizados e cumpridos dentro dos prazos estabelecidos no calendário acadêmico	70,6	11,8	0,0	5,9	11,8
Você considera que a CA atua de forma transparente e justa na gestão acadêmica da PRG	76,5	5,9	0,0	0,0	17,6
A CA demonstra eficiência na resolução de problemas acadêmicos pertinentes à sua missão	76,5	5,9	0,0	0,0	17,6
A CA busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão acadêmica	70,6	11,8	0,0	11,8	5,9
Você conhece projetos, ações ou programas inovadores promovidos pela Coordenação Acadêmica	25,0	50,0	12,5	0,0	12,5
A CA contribui para a qualidade da vida acadêmica na UFPB	76,5	5,9	0,0	0,0	17,6

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Pelas respostas dos servidores, as ações da CA foram bem avaliadas, porém merece destaque, para reflexão, algumas discordâncias apresentadas (destacadas em vermelho), como também os percentuais preocupantes com concordância parcial, todos tratando de problemas internos e externos de comunicação de fluxo, de procedimentos e mesmo sobre as ações desenvolvidas pela própria CA, apontando a necessidade de melhor comunicação externa e interna.

Por fim, o quadro 4, a seguir, mostra elencados os pontos fortes, pontos fracos e sugestões de melhorias para a CA/PRG.

Quadro 4 – Pontos fortes, pontos fracos e sugestões apontadas pelos servidores da CA

PONTOS FORTES
Espírito de equipe, receptividade e feedback dos servidores; união, equipe focada para o sucesso do setor, integração e liberdade aos servidores, servidores colaborativos e participativos, fidelidade aos colegas de trabalho
Interação e acolhimento
Gestão aberta ao diálogo, humanística, eficiente e transparente, com zelo no atendimento ao público
Compromisso, eficiência, agilidade, comunicação clara, transparéncia
Condução eficiente, estratégica e inovadora das ações da CA, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e no fortalecimento das relações e metas setoriais e institucionais
Atendimento ao público e boa comunicação
A CA contribui para a qualidade e atua na resolução de problemas acadêmicos de modo eficiente
Cordialidade e resoluções das demandas
PONTOS FRACOS
Alguns servidores com demanda de trabalho muito maior que outros, altíssima demanda de trabalho, as vezes até por falta de colaboração pelas coordenações de curso
Insuficiência de servidores, levando em consideração o elevado número de demandas do setor
Falta de acolhimento aos servidores no sentido de palestras, incentivos
Flexibilização de algumas ações; fluxos processuais desnecessários
Falta de estagiários para dar suporte aos setores desassistidos por equipe qualificada e ampla que consiga dar conta das demandas
Precisa de uma comunicação mais clara e eficiente com as subcoordenações
Segurança física (deve ter um protocolo moderno)
Urgência de aprimoramento e gestão dos arquivos físicos
Ausência de interesse, por parte de alguns servidores, em se inteirar acerca de todas as demandas tratadas pelo setor
SUGESTÃO DE MELHORIAS
Melhor distribuição de trabalho, maior organização das atividades referentes à secretaria (é necessário que dúvidas sejam sanadas na secretaria)
Maior colaboração por parte das coordenações de curso
Cobrança por novos servidores para o setor, incluindo a contratação de estagiários
Incentivo e reconhecimento com palestras e atividades voltadas para os servidores do setor
Atuação de setores estratégicos de controle e movimentação de processos, na promoção de ambiente colaborativo com mais força e eficácia no enfrentamento de desafios cotidianos
Resposta mais ágil aos e-mails do Zimbra, para otimizar a comunicação
Alinhamento direisional com a equipe; realização de reuniões periódicas de alinhamento dos processos
Quanto à segurança física: uso de fechaduras eletrônicas
Parceria pontual com o curso de Arquivologia para resolvermos a questão da higienização e da digitalização dos arquivos
Atualização dos sistemas Sipac e Sigaa
Participação dos setores impactados nas tomadas de decisão
Formalização (por meio de atos normativos) de alguns procedimentos referentes ao fluxo ordinário do calendário acadêmico e regularização do trâmite processual

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Novamente, é destaque como ponto forte a coesão da equipe e o bom diálogo interno e externo. Os pontos fracos apontam para a insuficiência da equipe, que necessita de reposição dos quadros, inclusive de estagiários, questões

relativas à segurança, sobretudo no contexto do PGD que provocou uma diminuição dos servidores em regime presencial, no cotidiano da CA, além da necessidade de melhoria da comunicação e da promoção de oficinas e eventos que tratem da qualidade de vida do servidor.

Como sugestões para melhoria das ações da CA, destacam-se: necessidade de reuniões periódicas para avaliação e correção de fluxo, ajustes da equipe e ações para corrigir falhas de comunicação, integrar mais a equipe e agilizar ações para garantia da integridade física dos servidores, além de ações para qualidade de vida no trabalho.

Referências

SiSU Gestão <https://sisugestao.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set.2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **E-MEC**: Sistema de Regulação do Ensino Superior, 2025. Disponível em: <https://capacitaemec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **SIGMA**: Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico, 2015. Disponível em: <https://paineis.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **SIGMA**: Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico, 2015 - 2025. Disponível em: <https://paineis.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **SIGMA**: Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico, 2018 - 2025. Disponível em: <https://paineis.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **SIGMA**: Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico, 2025a. Disponível em: <https://paineis.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **UFPB**, 2025b. Centros de Ensino. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/centros-de-ensino>. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPÍTULO 3

A COORDENAÇÃO DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRG

Hidelbrando José Farkat Diógenes
Álvaro Helton Teixeira da Silva
Fernando Cézar de Lacerda Alves
João Paulo Costa Rolim Pereira

1 Introdução

A Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA) da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB foi criada pela Resolução nº 20/2019 CONSUNI/UFPB, consolidando-se, a partir de 2020 como instância de referência para assegurar a conformidade regulatória dos cursos de graduação da UFPB com as disposições do Ministério da Educação (MEC), por meio do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* do - INEP, e promover a melhoria contínua do ensino⁴.

Nesse sentido, as ações desta Coordenação envolvem a regulação e a supervisão de cursos, incluindo o auxílio no recredenciamento institucional e na celebração de protocolos de compromisso, o acompanhamento de indicadores institucionais, bem como a gestão de avaliações externas e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Paralelamente às ações formalmente institucionalizadas da CRA, o coordenador do setor tem, desde 2019, acumulado as funções de Procurador Institucional (PI) e Recenseador

⁴ Antes da criação dessa Coordenação, as ações de regulação, supervisão e estudos para a melhoria de ensino dos cursos de graduação da UFPB eram desempenhadas pela Comissão Permanente de Melhoria de Ensino – CPME, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação.

Institucional (RI). A abrangência e a capilaridade inerentes a esses cargos colocam a Coordenação em interlocução direta com o MEC, o INEP e os demais setores da UFPB, fortalecendo sua posição estratégica no âmbito institucional. Nesse sentido, foram incorporadas ao rol de atividades do setor as demandas relacionadas ao Censo da Educação Superior (CENSUP) e, mais recentemente, a coordenação, no âmbito da UFPB, do Núcleo da Secretaria de Dados Protegidos (INEP/Sedap).

Neste capítulo, então, será apresentado um panorama das principais ações realizadas pela CRA, no período compreendido entre os anos de 2020 e 2025.

2 Atos regulatórios

Os atos regulatórios com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) representam o conjunto de decisões administrativas do Ministério da Educação (MEC) voltadas à autorização, reconhecimento, renovação e supervisão de cursos e instituições de ensino superior no Brasil. Criado pela **Lei nº 10.861/2004**, o SINAES constitui o principal instrumento de avaliação e regulação da educação superior, integrando três componentes fundamentais: a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esses três eixos formam um sistema articulado de informações que subsidiam as decisões do MEC sobre a manutenção, criação ou encerramento de cursos e instituições.

No âmbito da **regulação institucional**, o SINAES orienta os processos de **credenciamento e recredenciamento** das Instituições de Educação Superior (IES). O credenciamento é o ato que autoriza o início de funcionamento de uma nova

instituição, enquanto o recredenciamento verifica, periodicamente, se a IES mantém as condições de qualidade exigidas pelo sistema federal de ensino. Para tanto, utiliza-se o **Conceito Institucional (CI)**, obtido a partir de avaliação in loco conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e o **Índice Geral de Cursos (IGC)**, indicador que sintetiza a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. Esses elementos, juntamente com relatórios técnicos e informações complementares, embasam a decisão final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC), que emite a portaria correspondente e publica o ato regulatório no Diário Oficial da União (DOU).

No campo da **regulação de cursos**, o SINAES ampara os atos de **autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento**. A autorização é requisito para o início da oferta de um novo curso; o reconhecimento garante validade nacional aos diplomas expedidos; e a renovação de reconhecimento confirma a continuidade da oferta com base em padrões de qualidade previamente estabelecidos. Esses atos se fundamentam em **indicadores** como o **Conceito de Curso (CC)**, apurado a partir da avaliação in loco; o **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**, calculado com base em dados do ENADE, no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e nas condições de infraestrutura e corpo docente; e, ainda, nos relatórios elaborados pelas comissões avaliadoras do INEP. O desempenho insatisfatório em tais indicadores pode ensejar a instauração de processos de supervisão ou a celebração de **protocolos de compromisso**, nos termos da **Portaria MEC nº 1.081/2024**.

O SINAES também orienta os atos relativos ao **credenciamento e recredenciamento para a oferta de cursos na**

modalidade a distância (EAD), que avaliam a infraestrutura tecnológica, os polos de apoio presencial, a acessibilidade dos ambientes virtuais e os sistemas de gestão acadêmica e pedagógica. O **Decreto nº 12.456/2025**, que institui o novo marco legal da Educação a Distância, incorporou à regulação a perspectiva de modalidade semipresencial, a possibilidade de atividades síncronas mediadas ou não, como ponto relevante do decreto, estabelecendo de fato uma mudança de paradigma.

De modo geral, todos os **atos regulatórios baseados no SINAES** — sejam eles de criação, renovação ou supervisão — seguem um fluxo comum: a submissão do processo via Sistema e-MEC, a análise documental pela SERES, a realização da avaliação in loco pelo INEP, a emissão dos relatórios e conceitos, o parecer técnico conclusivo e, finalmente, a decisão administrativa publicada no Diário Oficial. Os resultados dessas avaliações permitem ao MEC acompanhar continuamente o desempenho das instituições e cursos, assegurar o cumprimento das políticas públicas educacionais e garantir que o ensino superior brasileiro mantenha padrões mínimos de qualidade, equidade e relevância social. Assim, o SINAES não se limita a um sistema de mensuração, mas constitui o alicerce da política regulatória da educação superior no Brasil, orientando os atos normativos, assegurando a transparência do sistema e promovendo a melhoria contínua da formação acadêmica e profissional ofertada pelas Instituições de Educação Superior.

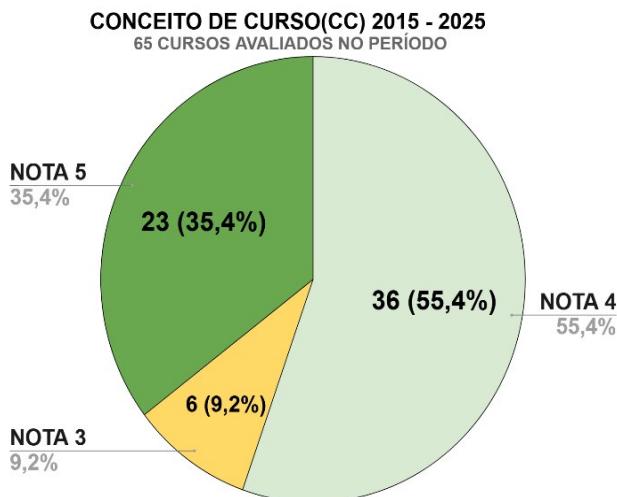
2.1 Avaliações de cursos

Analisando o histórico do resultado do indicador Conceito de Curso (CC) dos cursos de graduação ativos⁵ da

⁵ Atualmente, quatro cursos estão em processo de extinção no e-Mec.

Universidade Federal da Paraíba a partir de 2015, o panorama deste indicador nos cursos da UFPB até novembro de 2025 é demonstrado no Gráfico 1.

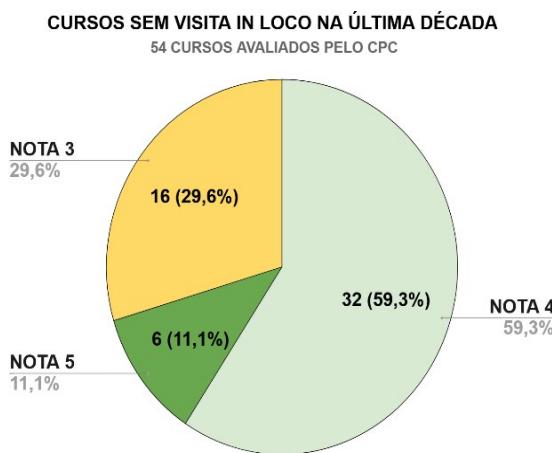
Gráfico 1 – Distribuição dos Conceitos de Curso (2015-2025)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil (2025a).

Verifica-se que, ao longo da última década, entre os 64 cursos submetidos a visitas *in loco*, as avaliações concentraram-se predominantemente no conceito 4, sendo relevante destacar a inexistência de notas inferiores a 3. Os demais cursos da UFPB, instituição que celebrará 70 anos em 2025, foram classificados pelo Conceito Preliminar de Curso (CPC), uma vez que já estavam consolidados em âmbito nacional, nesse sentido a janela de análise se amplia para de 2006 a 2025.

Gráfico 2 – Distribuição dos Conceitos Preliminar (2015-2025)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil (2025a).

Nos anos de 2020 e 2021, as avaliações *in loco* conduzidas pelo MEC/INEP estiveram sobrestadas em todo o país, o que resultou em um intervalo temporal sem visitas presenciais, acumulando a demanda regulatória nesse período.

A retomada desses processos ocorreu somente em 2022, quando apenas 04 (quatro) cursos de graduação da UFPB foram avaliados (Tabela 1). Entre esses, destacou-se o curso de Bacharelado em Biomedicina e Bacharelado em Administração (Campus I) que alcançaram conceito máximo (5), demonstrando, nessa retomada a qualidade do corpo docente, da infraestrutura e da organização pedagógica, mesmo em um cenário de readequação institucional pós-pandemia.

Tabela 1 – Cursos de graduação da UFPB avaliados no ano de 2022

Curso	Grau	Modalidade	Conceito
Física	Bacharelado	Presencial	4
Direito (SR)	Bacharelado	Presencial	4
Biomedicina	Bacharelado	Presencial	5
Administração	Bacharelado	Presencial	5

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Entre 2023, 2024 e 2025 (até setembro), a UFPB contabilizou 39 (trinta e nove) cursos avaliados, distribuídos em 12 (doze) centros de ensino. Vê-se, portanto, que, a partir de 2022, houve uma retomada significativa do ritmo avaliativo. Sobre isso, as sinalizações da parte da SERES/MEC durante o ano de 2025, indicam que a partir de 2026, todos os cursos do Brasil serão avaliados dentro de um ciclo de três anos.

Um marco importante nesse processo das avaliações dos cursos ocorreu a partir de novembro de 2024, quando a nova gestão da Pró-Reitoria de Graduação⁶ implementou uma nova sistemática de gestão interna das avaliações assegurando uma maior integração entre coordenações de curso, núcleos docentes estruturantes e administração central, o que possibilitou padronização, suporte técnico e maior qualidade nos dados e evidências apresentados às comissões avaliadoras.

Exemplo dessa nova sistemática incluiu ações de atualizações de vários Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e de fornecimento de equipamentos de informática para cursos que, em avaliações anteriores, evidenciavam essa demanda.

Os resultados desse esforço foram expressivos. Entre novembro de 2024 e novembro de 2025, a instituição alcançou uma média de Conceito Contínuo de 4,5 e Faixa 5 consolidando-se entre as universidades de referência no cenário nacional. Dos 19 (dezenove) cursos avaliados nesse período, 10 (dez) obtiveram nota máxima (5) e 9 (nove) receberam conceito 4, com destaque para os cursos de Medicina e de Hotelaria, que, na avaliação anterior, haviam obtido conceito 3 e, após processos de reestruturação e acompanhamento, alcançaram a nota máxima, representando um salto qualitativo expressivo.

⁶ A nova gestão mencionada refere-se ao gestor da Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA), cuja posse ocorreu em 14 de novembro de 2024.

Um resumo consolidado desses resultados pode ser visualizado por meio dos Painéis elaborados pela CRA7, disponíveis no site da PRG, especialmente concebidos para essa finalidade.

Figura 1 – Painel Avaliações



Fonte: UFPB (2025a).

A partir da análise da trajetória que vai desde a interrupção provocada pela pandemia à consolidação de uma nova gestão dos processos avaliativos, é possível evidenciar a capacidade de resiliência institucional da UFPB e o compromisso contínuo com a excelência acadêmica. A evolução dos resultados obtidos reforça a relevância das ações de planejamento, monitoramento e integração das unidades acadêmicas, assegurando à sociedade a oferta de cursos de graduação de alta qualidade e fortalecendo a posição da UFPB entre as principais universidades do Nordeste e do país.

⁷ Esses instrumentos de acompanhamento possibilitam à comunidade acadêmica e à sociedade em geral uma visão global e transparente dos indicadores de desempenho dos cursos, fortalecendo a política de gestão baseada em evidências e ampliando a visibilidade de avanços alcançados pela UFPB no cenário nacional.

2.2 Recredenciamento Institucional

Ainda no campo dos atos regulatórios, merece destaque uma nova ação que foi realizada pela atual gestão da CRA: a submissão do processo de Recredenciamento Institucional, realizado após a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028), pela nova gestão. Trata-se de um instrumento essencial para assegurar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como a conformidade das instituições com a legislação vigente.

Regulamentado pelo MEC, o recredenciamento institucional é um procedimento de avaliação da qualidade das instituições de ensino superior no Brasil. Além de assegurar a regularidade institucional, o recredenciamento fortalece o compromisso das universidades com a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios contemporâneos.

Com base na Lei nº 9.235/2017 e na Portaria Normativa MEC nº 23/2017, o processo examina aspectos como infraestrutura, corpo docente, políticas acadêmicas e gestão institucional. O processo é estruturado em cinco eixos principais definidos pelo MEC/INEP: 1) Planejamento e Avaliação Institucional; 2) Desenvolvimento Institucional; 3) Políticas Acadêmicas; 4) Políticas de Gestão; e 5) Infraestrutura Física. A cada ciclo avaliativo, o MEC estabelece diretrizes que orientam as instituições no aprimoramento de seus processos internos.

Para a submissão do processo de recredenciamento, a CRA implementou ações para mobilizar e articular a comunidade acadêmica, visando reunir e sistematizar todas as informações exigidas pelo MEC. Foram, pois, constituídos grupos de trabalho organizados por dimensão do instrumento e desenvolvido um website específico (**Figura 2**), voltado à conscientização e ao engajamento da comunidade acadêmica.

Figura 2 – Site do Recredenciamento Institucional



Fonte: UFPB (2025b).

Assim, o atual processo de recredenciamento da UFPB foi iniciado em 23 de dezembro de 2024, em calendário extraordinário solicitado pela nova gestão, antecipando-se ao prazo final de validade do ato autorizativo, previsto para 19 de janeiro de 2025, e tem prazo de conclusão previsto para 2027⁸.

3 ENADE

Outro tema importante tratado pela CRA refere-se ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE que consiste no principal indicador da qualidade dos cursos a partir do desempenho de seus estudantes, pois os resultados desse exame constituem a base para o cálculo do Índice de Diferença de Desempenho (IDD) e para a definição do Conceito Preliminar de Curso (CPC)⁹.

⁸ Em 20 de maio de 2025, o MEC publicou a Portaria nº 381, que prorrogou a validade dos atos de credenciamento e recredenciamento até o Calendário Regulatório de 2027. Essa prorrogação contemplou todos os processos iniciados antes da publicação da portaria. Com isso, a UFPB teve seu ato autorizativo automaticamente estendido até 2027.

⁹ CPC é o indicador que agrupa o ENADE, o IDD e informações complementares sobre corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica.

A UFPB tem avançado de forma consistente em seus resultados médios no ENADE: no ciclo mais recente, realizado em 2023, 07 (sete) cursos obtiveram conceito 5 no ENADE, entre os quais se destacam Biomedicina (1º lugar no Nordeste e 3º no Brasil) e Engenharia Civil (2º no Nordeste e 6º no Brasil). Em relação à média nacional, considerando o período de 2015 a 2023, a UFPB está em posição superior e com tendência de melhoria, conforme pode ser observado na Gráfico 3.

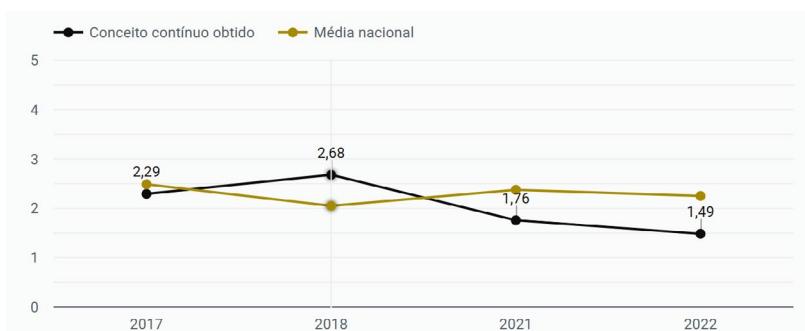
**Gráfico 3 – Média do Enade UFPB, série histórica
graduação EAD e presencial**



Fonte: UFPB (2025a).

Não obstante tal resultado, persistem desafios no contexto dos cursos ofertados na modalidade a distância (Ensino a Distância - EAD). Quando avaliados individualmente, os cursos EAD da UFPB apresentaram conceitos ENADE inferiores à média institucional, tanto em 2021 quanto em 2022 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Média do Enade UFPB, série histórica - EAD



Fonte: UFPB (2025a).

Em razão desses resultados – em consonância com a tendência nacional, cuja média também é baixa – o Ministério da Educação instituiu o novo marco regulatório para o EAD, por meio do Decreto nº 12.456/2025, estabelecendo novas diretrizes, como a definição de índices mínimos de atividades presenciais para os cursos e a obrigatoriedade da semipresencialidade nos cursos de licenciatura. Considerando as alterações introduzidas por esta norma e tendo em vista que a maioria dos cursos não presenciais da UFPB corresponde, predominantemente, às licenciaturas, destaca-se a relevância do aspecto da semipresencialidade. Tal característica exigirá que a UFPB realize adaptações nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de nove licenciaturas ainda em 2025, além da criação desses cursos no âmbito do CONSUNI caso entenda-se por parte desse conselho, a viabilidade da oferta.

O novo marco trouxe ainda maior atenção à avaliação dos cursos de formação de professores, isto é, das Licenciaturas, feita por meio do ENADE das Licenciaturas, que mede competências específicas ligadas à docência e busca identificar lacunas estruturais na preparação dos futuros professores.

De forma articulada, foi instituída a Prova Nacional Docente (PND), voltada à avaliação de licenciados. Para o estudante concluinte da licenciatura, a prova teórica do

Enade – agora anual e obrigatória – será a própria PND. Essa iniciativa, juntamente com outras voltadas para a permanência, como o Programa Pé-de-Meia das licenciaturas, contribuirá para o aprimoramento do conceito ENADE das licenciaturas da UFPB.

Em paralelo, o MEC instituiu também o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Medicina (ENAMED), instrumento exclusivo e obrigatório para os concluintes dos cursos de Medicina, com a finalidade de aferir competências médicas essenciais, servindo de referência para a diplomação e o ingresso em programas de residência. Destaca-se também que, a exemplo da PND, o ENAMED será a própria prova do ENARE – Exame Nacional de Residência, facilitando o acesso às residências médicas e estimulando o concluinte à se preparar para realizar um bom exame.

Dessa forma, observa-se que o novo marco regulatório passou a integrar instrumentos avaliativos (ENADE, ENADE das Licenciaturas, PND, ENAMED e ENARE) a políticas de incentivo e permanência, compondo um conjunto de ações articuladas para elevar os padrões de qualidade da educação superior no Brasil.

Por isso, ciente desse novo cenário, a UFPB vem se preparando de forma estruturada, seja por meio da atualização de suas políticas institucionais de ingresso e permanência, seja pela implementação de programas de melhoria contínua da qualidade dos cursos – observar Capítulo 5, acerca da Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos, - para assegurar que a universidade não apenas esteja alinhada às exigências nacionais, mas também que mantenha sua posição de destaque no contexto da educação superior do país.

Observa-se, assim, que os indicadores derivados do ENADE não se limitam a cumprir exigências regulatórias,

mas funcionam como ferramentas estratégicas de gestão e melhoria contínua. Ao orientar processos de reestruturação curricular, investimentos em infraestrutura e valorização docente, tais indicadores ampliam a visibilidade da instituição e fortalecem o compromisso da UFPB com a oferta de cursos de graduação de alta qualidade, reforçando a posição da UFPB entre as universidades de excelência do país.

4 Censo Superior

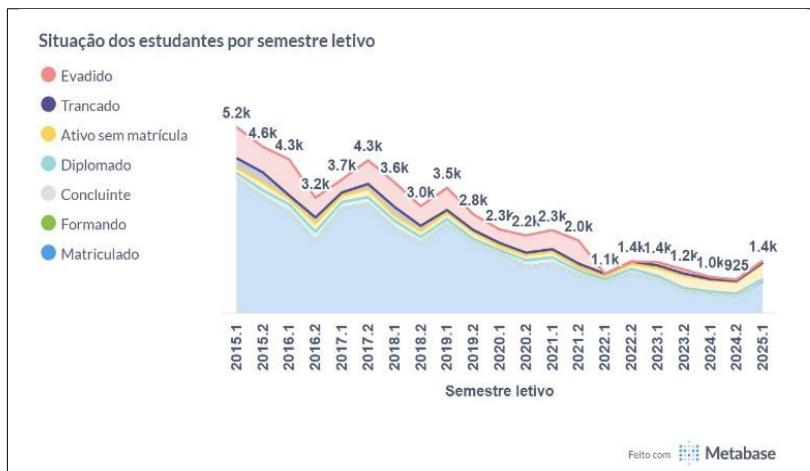
O Censo da Educação Superior, apesar de consistir em um levantamento de dados institucionais que vão além daqueles relacionados à graduação, vem sendo tratado pela CRA na atual gestão, uma vez que desempenha papel estratégico para a melhoria do ensino, pois subsidiam políticas públicas, apoiam a formulação de políticas de permanência e da matriz orçamentária e, sobretudo, permitem que cada universidade avalie sua performance frente ao sistema nacional.

Realizado anualmente pelo MEC/INEP, constitui-se no mais abrangente levantamento sobre a educação superior no Brasil. Ele reúne informações sobre cursos, docentes, estudantes, ingressantes, concluintes e políticas de permanência, possibilitando ao Estado e à sociedade acompanhar a expansão, os avanços e os desafios das instituições de ensino superior.

Em sua análise, a CRA tomou por base os dados do Censo correspondente à série histórica de 2015 a 2024. Nos dados apresentados na Figura 6, observa-se uma tendência de diminuição nas vagas ofertadas ao longo da última década, passando de 13.681 para 8.508. O número de ingressantes apresenta trajetória semelhante, com discreta redução após 2017. As matrículas mantêm relativa estabilidade, embora

tenham registrado leve declínio em 2020, possivelmente em decorrência da pandemia da COVID-19.

Gráfico 5 – Dados de vagas, ingressos, matrículas e concluintes (2015 a 2024)



Fonte: Brasil (2025b).

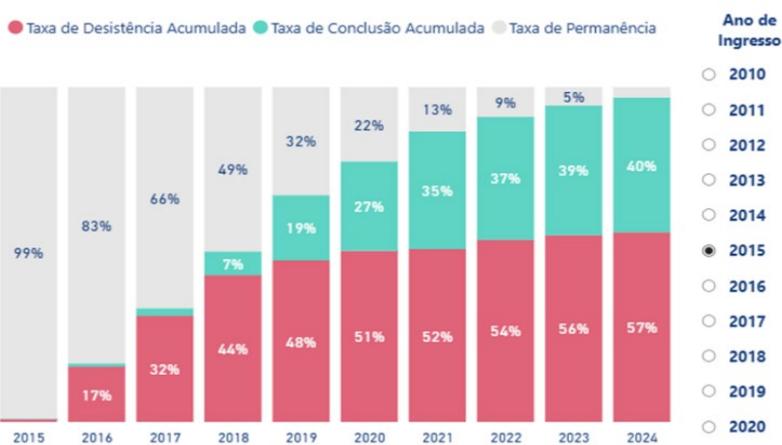
Quanto aos concluintes¹⁰, verifica-se significativa variação, destacando-se a queda observada entre 2020 e 2022, seguida por um movimento de recuperação.

Em relação à trajetória dos estudantes que ingressaram na UFPB em 2015, a Figura 7 apresenta a evolução das taxas de desistência, conclusão e permanência ao longo do período compreendido entre 2015 e 2024.

10 O censo superior entende o concluinte como o aluno diplomado.

Gráfico 6 – Indicador de Trajetória (2015 a 2024)

Indicador de Trajetória - Curso



Fonte: Brasil (2025b).

Inicialmente, a taxa de permanência era de 99%, reduzindo-se ao longo do tempo à medida que as desistências aumentaram—de 17% em 2016 para 57% em 2024. As taxas de conclusão começaram a ser registradas a partir de 2017, atingindo 40% em 2024, enquanto a taxa de permanência diminuiu progressivamente até aproximadamente 3%. Esses resultados refletem o encerramento natural do ciclo dessa turma, com a maior parte dos estudantes tendo finalizado ou abandonado o curso.

Gráfico 7 – Matrículas por grau (2015 a 2024)

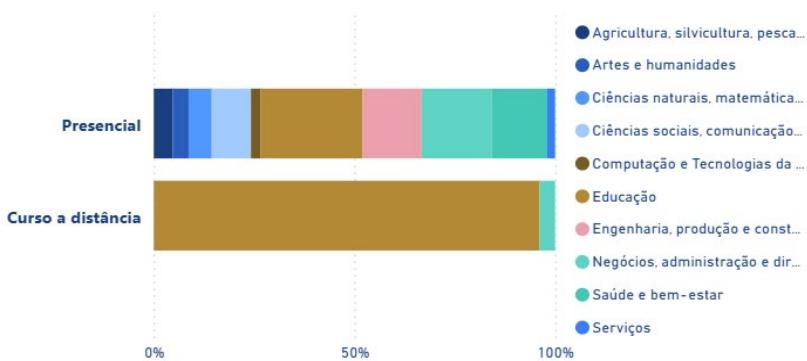


Fonte: Brasil (2025b).

Estratificando, agora as matrículas por grau, a Figura 86, apresenta a evolução do número de matrículas na UFPB entre 2015 e 2024, distribuídas por tipo de curso: Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico. Em 2015, o total era de 32.213 matrículas, o maior do período, com predominância dos cursos de Bacharelado (21.075) e participação significativa das Licenciaturas (10.472). A partir de 2016, observa-se uma redução gradual no total de matrículas, que cai para cerca de 27 mil a 28 mil nos anos seguintes, mantendo-se relativamente estável após 2018. O grau Bacharelado permanece como o mais expressivo em todo o período, oscilando entre 17 mil e 21 mil matrículas, enquanto as Licenciaturas mostram uma tendência de queda contínua, passando de 10.472 em 2015 para 7.389 em 2024 — redução próxima de 30%. Já os cursos Tecnológicos têm participação pequena no total, com valores pouco significativos. Em síntese, o número total de matrículas apresenta leve retração ao longo da década, influenciada principalmente pela diminuição nas Licenciaturas, enquanto os Bacharelados mantêm maior estabilidade e peso predominante na composição geral.

Quando analisamos sob o prisma da modalidade de ensino na UFPB, Figura 9, que os cursos EAD se concentram na área de Educação, a oferta presencial apresenta uma maior diversidade de áreas do conhecimento. Essa concentração no EAD reflete o perfil tradicional da educação superior a distância no Brasil, voltado principalmente à formação de professores e às licenciaturas, que representam quase a totalidade das matrículas nessa modalidade.

Gráfico 8 – Participação das Matrículas por Modalidade e Área (2015 a 2024)



Fonte: Brasil (2025b).

Nos cursos presenciais, há uma distribuição mais equilibrada entre diferentes campos, com destaque para Educação, Saúde e bem-estar e Engenharia, produção e construção, que concentram a maior parte dos estudantes. Outras áreas, como Ciências sociais e comunicação, Ciências naturais e matemática, e Artes e humanidades, também mantêm participação relevante, demonstrando a amplitude e a heterogeneidade da formação universitária presencial oferecida pela instituição.

Gráfico 9 – Taxa de conclusão acumulada



Fonte: Brasil (2025b).

Por fim, analisando a taxa de conclusão acumulada e a taxa de desistência acumulada (Figura 10), nos três tipos de curso, Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo, as taxas de conclusão mostram crescimento gradual ao longo dos anos, indicando avanço na formação discente. Os Bacharelados apresentam o melhor desempenho, atingindo cerca de 45% de concluintes em 2024, seguidos pelas Licenciaturas (em torno de 30%) e pelos Tecnológicos, que chegam a aproximadamente 22%. Esse comportamento sugere maior estabilidade e tempo médio de integralização mais eficiente nos cursos de bacharelado.

Já as taxas de desistência se mantêm elevadas, ainda que em patamares distintos entre as modalidades. Os cursos Tecnológicos apresentam os índices mais altos, ultrapassando 80% de evasão acumulada em 2024, o que indica maior vulnerabilidade nesse formato. As Licenciaturas também registram desistências significativas, em torno de 70%, enquanto os Bacharelados permanecem ligeiramente abaixo de 50%, mostrando menor, mas ainda relevante, perda de estudantes.

Em conjunto, os dados revelados na Figura 10 (a) e (b), revelam um cenário de alta evasão combinada com taxas moderadas de conclusão, o que evidencia um desequilíbrio persistente entre ingresso e formação final. Apesar da melhoria contínua nas conclusões ao longo da década, especialmente nos Bacharelados, o nível de desistência — sobretudo nos cursos Tecnológicos e de Licenciatura — ainda supera amplamente o percentual de formandos, refletindo desafios estruturais e acadêmicos na trajetória estudantil.

Desta forma, a análise dos dados coletados pelo Censo da UFPB, na série histórica de 2015 a 2024, mostraram que a UFPB avançou de maneira substancial na formação de

seus alunos, reduzindo a evasão, ampliando o engajamento estudantil, consolidando práticas de permanência e de formação integral. Contudo, permanece o desafio de lidar com a redução da oferta de vagas e de ingressantes, além do alto índice de trancamentos, revelando a necessidade de equilibrar o fluxo entre ingressantes e concluintes, a fim de garantir a sustentabilidade do corpo discente.

A CRA concebe, assim, que os resultados do Censo devem ser utilizados como referência estratégica para o planejamento institucional, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas de ingresso, permanência e internacionalização, de modo a assegurar que a UFPB siga avançando em qualidade acadêmica e relevância social.

5 Outras ações do setor

Conforme explicitado no item 2.1, em razão do gestor da CRA acumular as funções de PI e de RI, foram incorporadas pela unidade outras frentes de atuação, as quais são apresentadas nesta seção.

Com a instituição dos núcleos de Serviço de Acesso a Dados Protegidos - Sedap/INEP pela Portaria MEC/INEP nº 312/2023, o Inep passou a permitir o acesso, via convênio, às bases de dados protegidas pela Autarquia, no âmbito das universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica. Nesse contexto, a CRA passou a ser responsável pela administração do núcleo instalado na UFPB, com o objetivo de garantir maior segurança, confiabilidade e integridade no manuseio de informações sensíveis. Para tanto, foi estruturada uma sala segura de acesso remoto aos dados, equipada com controle de entrada, ambiente monitorado e terminais exclusivos, em conformidade com os protocolos nacionais de proteção de dados. Essa infraestrutura inovadora

permite que pesquisadores credenciados tenham acesso direto e seguro às bases de dados estratégicas do INEP sem a necessidade de deslocamento até sua sede, em Brasília, democratizando o uso das informações e ampliando a capacidade da UFPB em fomentar pesquisas de alto impacto que subsidiem políticas públicas e o aprimoramento de seus processos acadêmicos e regulatórios.

A CRA também tem atuado de forma ativa em comissões e grupos de trabalho voltados à formulação de normativos relevantes para a universidade. Entre as contribuições recentes, destacam-se a Política de Integridade Acadêmica (Resolução nº 57/2025 CONSEPE/UFPB) e a Regularização do Calendário Acadêmico (Resolução CONSEPE/UFPB nº 44/2025), além da coordenação das comissões que subsidiaram o CONSEPE/UFPB na discussão das referidas resoluções, reafirmando seu papel como instância de apoio técnico e regulatório indispensável para a tomada de decisões acadêmicas e administrativas da instituição.

6 Considerações finais

A análise consolidada das ações CRA apresentadas neste capítulo demonstra a relevância estratégica da CRA para a Universidade Federal da Paraíba como um todo e a sua capacidade de assegurar conformidade regulatória, qualidade acadêmica e alinhamento às exigências do Ministério da Educação. Ademais, o percurso descrito evidencia não apenas resultados relevantes em avaliações externas, mas também a consolidação de uma cultura de planejamento, monitoramento e melhoria contínua, que fortalece a graduação como eixo central da missão institucional da UFPB.

Os avanços registrados em diferentes dimensões — como o crescimento no número de cursos avaliados com

conceito máximo, a recuperação de indicadores que em anos anteriores apresentavam fragilidades, a ampliação do número de concluintes e a redução consistente das taxas de desvinculação — representam conquistas coletivas da comunidade universitária, fruto de um esforço articulado entre coordenações de curso, núcleos docentes estruturantes, centros de ensino e administração central, em um processo que integra gestão acadêmica e compromisso social.

Além disso, merece destaque a nova forma de atuação da CRA seja na coordenação dos processos de reconhecimento institucional e de avaliação de cursos, seja na sistematização das informações para o Censo da Educação Superior e no acompanhamento dos indicadores do ENADE. Cada uma dessas frentes tem produzido efeitos diretos na visibilidade e na credibilidade da UFPB junto ao MEC, ao INEP e à sociedade em geral, posicionando a instituição em patamar de excelência e consolidando sua presença entre as principais universidades do Nordeste e do país.

Ainda que os resultados sejam consistentes e animadores, os desafios permanecem. A redução da oferta de vagas, o elevado número de trancamentos de matrícula e a necessidade de adaptação às novas diretrizes regulatórias — especialmente no que tange à Educação a Distância e à formação de professores — requerem atenção permanente e, apesar de serem pontos críticos, devem ser tratados como oportunidades para o aprimoramento da política institucional de ingresso e permanência, para a consolidação de mecanismos de apoio estudantil e para a valorização do trabalho docente.

Fica evidente que a CRA não atua apenas como instância de cumprimento de exigências normativas, mas como núcleo estratégico para o desenvolvimento institucional da UFPB.

Seu trabalho garante transparência, fortalece a gestão baseada em evidências e amplia a capacidade da universidade de se reinventar e de responder com qualidade às demandas da sociedade contemporânea. Reafirma-se, portanto, a sua posição como um dos pilares fundamentais da Pró-Reitoria de Graduação e da UFPB, projetando-se como instrumento de garantia da qualidade, da credibilidade e da relevância social da universidade. O compromisso é seguir avançando, com base na cooperação entre os diversos atores acadêmicos, na consolidação de práticas inovadoras de gestão e na permanente busca pela excelência, assegurando que a UFPB continue sendo uma referência nacional na oferta de uma educação superior pública, gratuita, democrática e de qualidade e socialmente referenciada.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. E-MEC: Sistema de Regulação do Ensino Superior, 2025a. Disponível em: <https://capacitaemec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Painel Estatístico: Censo da Educação Superior, 2025b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJljoIMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YW MtNGIxZS-05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZj9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025. Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 94, seção 1, p. 59, 21 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-381-de-20-de-maio-de-2025-630693013>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 399, de 12 de junho de 2025. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos relativos à realização da Prova Nacional Docente - PND, no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- Inep. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 111, seção 1, p. 93, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-12-de-junho-de-2025-636001152>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 413, de 18 de junho de 2025. Regulamenta o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 118, seção 1, p. 89, 26 jun. 2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-413-de-18-de-junho-de-2025-*63829680. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, 2025a. Dados da CRA. Disponível em: <https://www.prg.ufpb.br/prg/cra/dados-da-cra/>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. Recredenciamento, 2025b. Dados da CRA. Disponível em: <https://www.ufpb.br/recrredenciamento/>. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPÍTULO 4

POR UMA COORDENAÇÃO DE CURRÍCULOS ACADÊMICOS MAIS DINÂMICA, DIALOGICA E INCLUSIVA

Silvânia Lúcia de Araújo Silva
Ana Paula Augusta da Silva Fernandes
Guilherme Henrique de Oliveira Sousa
Natália Gomes da Silva Figueiredo
Theóffillo da Silva Lopes
Vinícius de Jesus Oliveira

1 Introdução

As discussões que se inserem no ensino superior sobre o currículo dos cursos de graduação focam na transição de um modelo tradicional baseado em disciplinas fragmentadas para um currículo de caráter abrangente, referenciado por saberes interdisciplinares, que visa formar indivíduos críticos, autônomos, preparados para os desafios do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea.

Essa mudança se justifica pela necessidade de adequar a formação de profissionais que atendam às novas demandas sociais e tecnológicas, integrando teoria e prática de forma mais orgânica e preparando os estudantes para serem agentes de transformação (Santos e Meneses, 2010; Freire, 2013).

Trata-se também de uma mudança no modo de compreender a essência da educação, reconhecendo-a não apenas como uma atividade social de caráter didático-pedagógico, mas também como um ato político. Nesse sentido, a educação assume o papel pedagógico da construção curricular no âmbito da formação formal e, sobretudo, assegura que essa

construção — e a sua compreensão — esteja articulada à totalidade da vida em sociedade (Libâneo, 1985).

A integração de atividades de extensão, a flexibilização curricular, os campos dos saberes e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais são também temas centrais nesse debate por uma educação superior mais relevante e inovadora. É preciso que elementos da democracia, da inclusão, dos direitos humanos e da sustentabilidade sejam apontados na direção de construções dinâmicas e dialógicas que se adaptem às necessidades do mundo de trabalho atual, ao desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, bem como às transformações sociais e tecnológicas. Adaptações essas que refletem a necessidade de uma formação crítica que repercute na atuação de egressos inseridos em uma sociedade equitativamente mais inclusiva.

Sob este aspecto, o lugar do currículo no ensino superior reside na sua capacidade de estruturar a aprendizagem, orientar a formação profissional, atender às demandas do mundo de trabalho e assegurar a qualidade educacional. Seu escopo define os conhecimentos, habilidades e valores a serem desenvolvidos, servindo como um guia dinâmico e, portanto, dialógico a fim de que possa se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas (UFPB, 2024).

De fato, um currículo bem planejado não apenas prepara o estudante para a sua profissionalidade, mas também contribui para o seu desenvolvimento pessoal e para a construção de uma sociedade mais justa e informada. Nessa direção, este capítulo tende a discutir **as ações estratégicas da Coordenação de Currículos Acadêmicos**, unidade vinculada à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, bem como os **projetos de destaque e suas repercussões na Instituição**, às **colaborações institucionais e parcerias** e, finalmente, aos

resultados quantitativos e qualitativos expressos numa Coordenação que entende o currículo como o elemento que molda a experiência universitária do indivíduo.

Dito isto, este capítulo objetiva dar uma maior e melhor visibilidade à Coordenação de Currículos Acadêmicos – CCA na comunidade acadêmica e fora dela, sob o respaldo de suas competências dentro da Pró-Reitoria de Graduação, cuja intencionalidade de sua feitura se respalda na celebração dos 70 anos da Universidade Federal da Paraíba, momento de reflexão pontual sobre sua história plural e dinâmica na sociedade paraibana.

2 Ações estratégicas da CCA

Enquanto órgão consultivo e assessor na gestão da Universidade Federal da Paraíba, a Coordenação de Currículos Acadêmicos é a unidade da Pró-Reitoria de Graduação responsável por gerir, administrativa e pedagogicamente, os currículos dos cursos de graduação da UFPB.

A gerência da CCA quanto aos currículos dos cursos de graduação permeia, especificamente, a assessoria quanto à elaboração, revisão, atualização, acompanhamento e avaliação dos projetos dos cursos superiores, sendo bacharelados, tecnólogos e licenciaturas, nas modalidades presencial, semipresencial e de Educação a Distância - EaD.

A gestão que a CCA promove sobre o planejamento, construção, execução e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFPB perpassa a compreensão da organização burocrática deles, verificando o atendimento a todas as normativas vigentes, mas também a organização cultural e política de um projeto construído em coletividade, com pluralidade, conflitos de ideias e objetivos (Rossi, 2004).

Nesse sentido, o cerne das **competências da CCA** encontra-se no assessoramento à PRG quanto às questões curriculares dos cursos de graduação, assim como às coordenações de cursos superiores da UFPB, juntamente aos Núcleos Docentes Estruturantes, no processo de elaboração, revisão, atualização e apreciação dos PPCs.

Para além das atribuições gerenciais que a CCA desenvolve junto à PRG e às coordenações de curso, ela adota uma postura epistemológica e pedagógica quanto aos currículos acadêmicos, considerando que o conhecimento produzido e ensinado em uma instituição só se torna pertinente quando é capaz de situar suas informações em seu contexto, no conjunto em que está circunscrito (Morin, 2018). Em outras palavras, é preciso que o conhecimento e o currículo englobem os desafios culturais, sociológicos e cívicos da realidade local em que estão inseridos, respeitando, dialogando e contribuindo com ela, na busca por transformá-la.

Para tanto, o conhecimento e o domínio dos processos que constituem a construção do PPC, como a seleção de conteúdos, a concepção curricular, as formas didáticas e os objetivos dele, pressupõem a compreensão da totalidade social. Como afirma Libâneo (1985), deve-se utilizar um pensamento que possibilite a reflexão sobre a realidade concreta, sobre como o PPC reflete, permeia e alcança a sociedade.

2.1 Manual de elaboração e atualização dos PPCs de graduação da UFPB

Neste sentido, enquanto ação concreta da CCA, na perspectiva de ir ao encontro dos PPCs, no ano de 2022 foi desenvolvido o **Manual de Elaboração e Atualização dos PPCs da UFPB**, da Pró-Reitoria de Graduação. Esse

manual teve como objetivo instruir a comunidade acadêmica a respeito dos itens e normativas necessários na construção dos PPCs da UFPB.

No mesmo ano, em atendimento à Resolução MEC nº 07/2018 e à Resolução CONSEPE/UFPB nº 02/2022, a PRG, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, desenvolveu também o **Manual de Creditação da Extensão**, indicando os requisitos para a implementação da inserção curricular da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPB.

Ainda na perspectiva de padronização dos PPCs, uma das primeiras ações da CCA no ano de 2025 foi a atualização do “Manual de Elaboração e Atualização dos PPCs da UFPB”, que passou a trazer também um modelo do PPC a fim de equalizar informações estruturais do projeto no âmbito dos cursos da UFPB.

2.2 Análise e apreciação dos PPCs

Outra iniciativa importante referente aos PPCs diz respeito à reformulação de sua análise e apreciação que passou a ser feita por meio do “Relatório de Análise”, um modelo que busca não apenas atender às novas normativas e aos processos de gestão, que são fluidos e plurais, mas visa contribuir e fortalecer as reflexões e a construção do PPC, abrangendo questões técnicas, pedagógicas, legais, estruturais, normativas e filosóficas.

Esse novo instrumento, portanto, pretende indicar, revelar e contribuir com a concepção curricular que o PPC apresenta, seus objetivos, o perfil profissional que se deseja formar, a postura ético-profissional do curso, o desenvolvimento de temáticas que são obrigatórias à Educação Superior e a

execução de uma educação comprometida com o contexto e realidade da qual está inserida.

Para Mészáros (2008), a educação pode e deve ser redefinida constantemente e adequadamente articulada com as condições cambiantes e as transformações sociais em curso. Deve-se buscar uma aprendizagem que conduza à autorrealização dos indivíduos na sociedade, mas em uma perspectiva de uma educação para além do capital, que promove a autoemancipação do ser humano.

Pensar essa educação através da construção e da execução do currículo nos cursos de graduação é compreender o papel fundamental que o currículo exerce não somente na educação, mas também na formação da sociedade e na transformação da realidade e da vida dos indivíduos.

2.3 Assessoramento

Na perspectiva de construção dos currículos acadêmicos da UFPB, com o objetivo de oferecer assessoramento e contribuir nesse processo, a CCA realiza desde novembro de 2024 e, mais acentuadamente a partir de fevereiro de 2025, diversas reuniões e visitas estratégicas. Em articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes, as Coordenações de Cursos, as Direções de Centro, bem como em reuniões departamentais e de Conselhos de Centro, a Comissão esteve presente para esclarecer dúvidas, orientar os processos de trabalho e fomentar reflexões.

Enquanto trabalho essencial para o desenvolvimento dos currículos, essas reuniões e visitas elucidam o fato de que este é um território em disputa (Arroyo, 2013), que não apenas agrupa os conhecimentos previstos para uma determinada formação, mas também conforme a autoidentidade profissional e o conflito de ideias, ideais, criatividade e autorias.

Um campo em disputa onde os educadores, que nele atuam, não teriam como separar a sua atividade educacional, relacionada às suas escolhas didáticas e pedagógicas, das diferentes reações e compreensões dos sistemas institucionais e das formas de consciência que permeiam a comunidade acadêmica e a sociedade.

Para Apple (2006), a estruturação que se desenvolve no currículo, com as escolhas de conteúdos, o perfil profissional, os objetivos do curso, às demandas sociais e de trabalho e a própria estrutura do conhecimento e dos símbolos que uma instituição de ensino carrega, está intimamente relacionada aos princípios sociais e culturais de determinada sociedade.

A partir desta compreensão, a CCA trabalha e fomenta discussões e reflexões sobre que profissionais a UFPB deseja formar, que contribuições ofertará à sociedade e como poderá impactar esta mesma sociedade. Enquanto instrumento que determina o que se aprende e o que se ensina, formando indivíduos, o currículo acaba gerando a (trans)formação da própria sociedade.

A inquietação da CCA quanto à responsabilidade social e cultural da UFPB perpassa ainda as temáticas transversais e urgentes que permeiam a sociedade. Nesse intuito, e a fim de atender as normativas vigentes do Ministério da Educação, outra ação de assessoramento desenvolvida foi o **Seminário de Gestão Curricular e Inclusão na Educação Superior**. Planejado e executado pela CCA, em parceria com as demais coordenações da PRG, com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e com docentes da UFPB, o Seminário teve como objetivo discutir as temáticas obrigatórias aos cursos de graduação e sua implementação nos PPCs. Discussões sobre educação em Direitos Humanos, em

relações étnico-raciais, em questões ambientais e em pessoas com deficiência foram o foco dos trabalhos realizados.

Por meio das ações e discussões desenvolvidas, a CCA tem mantido um canal aberto de comunicação com as Coordenações de Cursos e os Núcleos Docentes Estruturantes da UFPB, tanto no que se refere à construção, atualização, execução e implementação dos Projetos Pedagógicos de Curso da graduação, quanto na promoção de debates sobre o papel do currículo na formação profissional e na transformação social.

A Coordenação de Currículos Acadêmicos assume, assim, um caráter dinâmico, reflexivo, problematizador, plural e inclusivo, em sintonia com a própria episteme curricular. Sua atuação se pauta, portanto, na perspectiva democrática, sustentando o diálogo contínuo e a reflexão crítica acerca dos diferentes aspectos e processos que envolvem o currículo acadêmico.

3 Projetos de destaque e suas repercussões na instituição

Pensar em uma instituição de educação superior não é concebê-la como mero espaço de prestação de serviços submetido à lógica capitalista. Mais que isso, é vê-la como um lugar privilegiado de produção de saberes, sentidos e “poder”, que se afirma em sua dimensão pedagógica e, sobretudo, política, de (trans)formação humana e social. Nesse horizonte, a universidade não pode se furtar de responder às contradições que emergem das desigualdades sociais, constituindo-se como espaço de resistência e de intervenção crítica na realidade.

Nesta perspectiva, a universidade é chamada a interrogar constantemente seus fundamentos. Ainda que, em determi-

nados momentos, incorpore práticas de gestão pautadas pela competitividade e pelo controle de resultados, precisa assumir sua função social, materializada no ensino, na pesquisa e na extensão, como instrumentos de transformação social e cultural (Saviani, 2007; Santos, 2008).

É nesse cenário que se inserem os **projetos de destaque** da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os quais se configuram como expressões concretas dessa postura crítica e propositiva, ambos destacados no elenco das ações estratégicas da CCA:

- O Manual de Elaboração e Atualização de PPCs de Graduação da UFPB (Atualização) e seu Template;
- O Seminário de Gestão Curricular e Inclusão na Educação Superior.

O novo Manual foi concebido como documento orientador para atender às exigências legais e aos processos de avaliação institucional e de cursos, ao mesmo tempo em que articula as dimensões acadêmicas anunciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB. Trata-se de um instrumento que, além de normatizar, revela as intencionalidades de garantir a qualidade dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e, consequentemente, de formar profissionais com excelência técnica, compromisso ético, social e humano.

Como desdobramento desse processo, emergiu a necessidade de promover o **Seminário de Gestão Curricular e Inclusão na Educação Superior**, realizado em 18 de junho de 2025, com rodas de diálogos intituladas:

- Educação em Direitos Humanos nos PPCs: Compromissos e Caminhos na Formação Docente;
- Ambientalização Curricular: o papel da Educação Ambiental na Educação Superior;

- Relações Étnico Raciais nos PPCs: Compromissos da Docência Universitária com a Equidade;
- Currículo Inclusivo: a Pessoa com Deficiência no Projeto Pedagógico de Curso.

Amparadas pela Lei 13.146/2015 e por normas do Ministério da Educação – Resolução CNE/CP nº 01/2004, nº 01/2012 e nº 02/2012 –, às discussões desenvolvidas nesse Seminário evidenciaram a importância de tais temas constarem nos PPCs da UFPB, assim como a viabilidade e a forma como poderiam ser inseridos e desenvolvidos.

Pensar a prática pedagógica na qual a UFPB almeja inserir-se e incorporar em suas ações educativas e docentes requer a compreensão da finalidade de concretizar a sociedade da qual se anseia (Franco, 2012). Nesse sentido, escolher qual enfoque epistemológico, que materiais didáticos e que métodos utilizar é formar um conjunto complexo e multifatorial que demanda negociação e adesão.

Para as temáticas obrigatórias, esse é o espaço especialmente potente de inserção de uma prática pedagógica que promove não somente o conhecimento destes conteúdos, mas também a emancipação dos sujeitos envolvidos, assim como a reflexão do espaço e da importância de tais temas na formação do indivíduo.

O evento, portanto, buscou fomentar uma reflexão crítica e colaborativa sobre os desafios e possibilidades da elaboração e implementação de PPCs comprometidos com a inclusão, a justiça social e os direitos humanos. Diante disso, o currículo passa a ser compreendido como campo de disputas, construções e sentidos, estimulando práticas pedagógicas capazes de romper com visões homogêneas e excludentes, e de valorização de uma pluralidade de saberes, culturas e territórios.

Apesar da representatividade docente de cada curso ter ficado aquém das expectativas, a iniciativa gerou impactos relevantes, uma vez que sua repercussão – ainda que não seja plenamente visível na formação discente – já se manifesta entre os participantes, que se mobilizaram em torno da construção coletiva de PPCs mais críticos e inclusivos. Como destaca Demo (2011), essa experiência abre possibilidades para o desenvolvimento de competências interdisciplinares, críticas e humanas que ultrapassam os limites da sala de aula.

É preciso compreender que, enquanto o PDI representa a identidade da universidade, o PPC é a identidade de um curso. Nesse sentido, Veiga (2004, p. 17) enfatiza:

Não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade.

Desse modo, do ponto de vista institucional, os projetos encabeçados pela CCA exercem papel estratégico, pois contribuem para consolidar a identidade da UFPB.

Além disso, tais iniciativas dialogam com as políticas educacionais e científicas contemporâneas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2018), fortalecendo a função social da universidade e ampliando sua visibilidade perante órgãos públicos, parceiros privados e agências de avaliação (Forproex, 2012).

Assim, a repercussão dos projetos de destaque transcende seus resultados imediatos. Mais do que atender a demandas administrativas ou acadêmicas, configuram-se como elementos estruturantes da identidade institucional. Trata-se de um processo de retroalimentação contínua entre universidade e sociedade, no qual a UFPB se afirma

como espaço de produção de conhecimento, inovação e transformação social (Freire, 1996; Santos, 2010). Pensar nesses projetos é, portanto, sinalizar resistência à lógica operacional vigente e reafirmar o compromisso maior: formar o humano em sua integralidade.

4 Colaborações institucionais e parcerias

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (2024-2028),

A melhoria contínua dos cursos de graduação busca adequar os currículos aos avanços sociais e diretrizes educacionais para formar egressos mais capacitados, reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão. Para isso, diversos setores e atores institucionais (...) devem colaborar de forma integrada (UFPB, 2024, p. 97).

Nesse contexto, a essência das atribuições da Coordenação de Currículos Acadêmicos está em seu papel de “unidade responsável pelo processo de gestão curricular no âmbito do ensino de graduação da UFPB” (Resolução CONSUNI nº 20/2019, Art. 18).

Enquanto trabalha na apreciação e emissão de pareceres sobre as propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos e de adaptações curriculares, a CCA necessita estabelecer articulação com diversas instâncias da comunidade acadêmica interna e com órgãos externos atuantes no acompanhamento do ensino ofertado pela Instituição. Em outras palavras, a CCA desempenha tarefas que demandam diálogo permanente com todos os envolvidos nas etapas de concepção, planejamento, desenvolvimento, implantação e adequação desses documentos, de modo a possibilitar que eles atendam às normativas nacionais e internas, bem como se ajustem aos trâmites processuais internos.

Assim, considerando o fluxo processual para elaboração ou atualização de um Projeto Pedagógico de Curso – descrito no “Manual de Elaboração e Atualização de PPCs de Graduação da UFPB” –, é possível elencar algumas instâncias com as quais a CCA atua de forma permanente, em estreita parceria colaborativa, tais como o NDE, o colegiado de curso, a chefia departamental, a PROEX, a Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS).

Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso. Conforme o Art. 14 da Resolução CONSEPE/UFPB nº 29/2020, a elaboração e a reformulação do PPC são de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso, conforme diretrizes estabelecidas pela PRG. Contudo, a fim de auxiliar essas unidades, antes mesmo da abertura do processo, a CCA atua prestando-lhes assessoramento técnico-pedagógico, o que inclui orientação sobre documentos institucionais necessários, discussões para embasar decisões a respeito do currículo, auxílio na busca e interpretação de normativas nacionais e internas, dentre outras ações. A cooperação entre a CCA e essas instâncias permanece durante todo o trâmite processual.

Chefias Departamentais. Outra parceria estabelecida pela CCA é com os departamentos que, segundo o Art. 52 da Resolução CONSUNI/UFPB nº 07/2002, constituem unidade de ensino, pesquisa e extensão, com funções de organização didática e administrativa, e que agrupam disciplinas e pessoal docente neles lotados. No processo de elaboração ou atualização de PPCs, os Departamentos assumem os componentes curriculares vinculados a sua área do saber e emitem certidões, por meio de seus colegiados, garantindo a oferta aos cursos requisitantes, cabendo à CCA verificar a adequação dessas certidões. A articulação entre a CCA

e os Departamentos se dá de maneira rotineira, de forma a prevenir possíveis problemas relacionados à oferta dos componentes curriculares aos Cursos. Demandas oriundas dessa articulação são analisadas por ambas as partes e, frequentemente, resultam em ações que visam facilitar o processo de criação/atualização de cursos, a exemplo do modelo de certidão recentemente atualizado pela CCA e disponibilizado no “Manual de Elaboração e Atualização de PPCs de Graduação da UFPB”.

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). No âmbito das Pró-Reitorias, a Pró-Reitoria de Extensão é a que mantém maior proximidade com a CCA, especialmente pelas questões relacionadas à inserção curricular da extensão nos PPCs. A Resolução CONSEPE/UFPB nº 02/2022 estabelece, em seu Art. 14, que compete à PROEX e à PRG prestarem assessoramento aos cursos durante o processo de inserção da creditação da extensão em seus currículos.

reforçando o caráter de parceria entre as instâncias. A articulação entre a PROEX e a CCA, para além da análise dos Projetos Pedagógicos em tramitação, abrange a realização/participação conjunta em eventos, realização de reuniões para alinhamento das orientações às coordenações, desenvolvimento de documentos em colaboração, dentre outras ações.

A análise da extensão nos currículos, à luz da Resolução CNE/CES nº 7/2018 e Resolução CONSEPE nº 02/2022, embora seja, de maneira mais específica, responsabilidade da PROEX, é realizada em colaboração com a PRG, que, em um primeiro momento, verifica o atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos pelas normativas pertinentes, subsidiando a PROEX na análise posterior mais detalhada.

Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS). A Secretaria dos Órgãos Deliberativos

da Administração Superior (SODS) é o setor de apoio administrativo aos colegiados que compõem a estrutura político-administrativa e didático-científica da Universidade: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Curador. Na tramitação de um processo para criação ou atualização de um PPC, a SODS é responsável por publicar a Resolução após apreciação da minuta pelo CONSEPE, quando da criação ou atualização do Projeto, bem como pelo CONSUNI, quando da criação de um novo curso. A comunicação entre a Coordenação de Currículos Acadêmicos e a SODS é fundamental para garantir que as minutas de Resolução elaboradas pela CCA atendam aos requisitos necessários a esse tipo de documento. As orientações recebidas da SODS são, hoje, transmitidas pela CCA às coordenações dos cursos, o que permite que os Projetos Pedagógicos cheguem à etapa final do fluxo com sucesso.

Outras Colaborações e Parcerias. O processo de gestão curricular no âmbito do ensino de graduação da UFPB demanda colaborações regulares e outras de caráter mais pontual. Embora não estejam diretamente envolvidas no fluxo do processo de tramitação de um PPC, existem instâncias que cooperam a fim de aperfeiçoar a análise técnico-pedagógica e o processo de implantação dos currículos nos sistemas acadêmicos realizados pela CCA. As coordenações da Pró-Reitoria de Graduação atuam em conjunto, de forma preventiva e corretiva, para que todos os processos envolvendo PPCs alcancem êxito junto à comunidade acadêmica e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Isso é especialmente verdadeiro na relação que se estabelece, por exemplo, entre a CCA e a Coordenação de Regulação e Avaliação (CRA), unidades que, pela natureza de suas atribuições, necessitam articular-se frequentemente.

Algumas parcerias vêm se solidificando mais recentemente em função de exigências oriundas de legislação e da busca por melhorias na qualidade do ensino ofertado pela Instituição. É o caso da colaboração com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) que tem sido importante no sentido de guiar as discussões que fundamentam, nos Projetos Pedagógicos de Cursos, questões relacionadas à acessibilidade, inclusão de conteúdos sobre a pessoa com deficiência nas ementas dos componentes curriculares e apoio aos estudantes público-alvo do Comitê.

Nessa mesma linha, destaca-se a parceria com o Ministério Público Estadual, na qual representantes do órgão e da PRG têm trabalhado para adequar os currículos dos cursos da UFPB às exigências da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A CCA tem sido parte fundamental nesse processo, participando ativamente dos espaços de discussões e implementando melhorias na dinâmica de análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos.

Observa-se, pois, que a Coordenação de Currículos Acadêmicos, ao estabelecer cada uma dessas colaborações e parcerias, reafirma seu compromisso de estruturar uma gestão curricular assumidamente democrática, pautada no diálogo e na busca pela construção de um referencial que expresse as características da coletividade acadêmica, efetivando um trabalho capaz de promover mudanças duradouras e alinhadas à identidade institucional.

5 Resultados quantitativos e qualitativos: uma breve conclusão

Ao longo deste texto, a reflexão que se buscou desenvolver sobre o lugar da Coordenação de Currículos Acadêmicos na última década (2015-2025), na Pró-Reitoria de Graduação, conduz-nos à percepção de uma unidade acadêmica comprometida com os aspectos dinâmicos, dialógicos e inclusivos que devem permear os currículos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Universidade Federal da Paraíba.

Destarte, é mister a compreensão de um currículo que molda a experiência universitária. E, nessa direção, há que se refletir sobre questões que direcionam o processo de aprendizagem delineadas no PPC, como espaço que representa a intenção do curso com relação aos aspectos institucionais, acadêmicos e de ensino e aprendizagem, a partir da reflexão e do posicionamento acerca da sociedade e da educação (Veiga, 2004).

De fato, o currículo estabelece o “o quê” e o “como” do ensino, definindo os conteúdos a serem abordados, as metodologias a serem usadas e as capacidades que os estudantes devem desenvolver. Diante disso, há que se ressaltar que o currículo, independentemente da área do conhecimento que está sendo contemplada, perpassa pelas seguintes compreensões:

É uma ferramenta de mudança. Isto porque um currículo que é visto como um processo dinâmico e contextualizado permite adaptações às necessidades dos alunos, ao mundo do trabalho e às transformações sociais, garantindo que o ensino se mantenha relevante e atualizado, de maneira que o egresso dos cursos da UFPB tenha uma identidade que se constrói da relação entre educação, mudança social e conscientização. (Freire, 2013).

Garante qualidade, inclusão e acesso. As diretrizes curriculares nacionais servem como referência para as instituições de ensino superior, pois asseguram um padrão de qualidade e promovem o direito à educação de forma acessível e uniforme em todo o país, reconhecendo direitos equitativos. Tal perspectiva conduz o estudante da UFPB a pensar a partir da necessidade de reconhecer e validar saberes e conhecimentos produzidos por grupos sociais que lutam contra a opressão capitalista e colonialista, contrapondo-se a outras dominações epistemológicas (Santos e Meneses, 2010).

Prepara para o mundo profissional. Ao se adequar às exigências do mundo do trabalho e às tendências futuras, o currículo cria profissionais mais qualificados, com as capacidades necessárias para se destacar e obter boas oportunidades, conscientes de seu papel na sociedade. Em tempo, o egresso da UFPB deve estar dotado da urgência de uma reforma do pensamento que integre o conhecimento de forma transdisciplinar, contextualize os saberes para a compreensão da complexidade humana e do universo e, ainda, promova uma ética de solidariedade para a construção de uma comunidade planetária (Morin, 2011).

Promove o desenvolvimento integral do estudante. Além da formação técnica e profissional, o currículo também visa ao crescimento pessoal, ao desenvolvimento de capacidades, habilidades sociais e à descoberta de paixões, motivações e interesses dos alunos, reverberando na construção de sua identidade (Silva, 1999).

Oferece autonomia às instituições. Ao implantar um projeto pedagógico de curso, as universidades exercem a sua autonomia, por intermédio dos NDEs, para definir seus próprios currículos, de acordo com as diretrizes nacionais, e

para delinear o perfil do egresso que a instituição pretende formar (Veiga, 2004).

Em tempo, frente a uma das maiores competências de nossa Unidade, qual seja, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, vimos destacar os dados levantados sobre a atualização dos PPCs da UFPB, tendo em vista os Objetivos Estratégicos (OE) do PDI, vinculados à Pró-Reitoria de Graduação, que tratam das taxas de Cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico) cujos Projetos Pedagógicos dos Cursos estão alinhados ao marco regulatório da educação superior vigente, com valor projetado para 2025 de 75% do total de cursos da instituição.

Quadro 01 – Taxas de Cursos de Graduação com o PPC alinhado ao marco regulatório da educação superior vigente.

Objetivo Estratégico	Cursos de Graduação	Percentual de PPCs alinhados ao marco regulatório superior vigente (taxa)
OE.12. I16.1	Bacharelado	38,96%
OE.12. I16.2	Licenciatura	19,35%
OE.12. I16.3	Tecnológico	0%
OE.12. I16.4	EAD	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Isto posto, ao buscar “uma Coordenação de Currículos Acadêmicos mais dinâmica, dialógica e inclusiva”, a CCA, dentre seu vasto repertório de atividades, reitera seu compromisso, junto às Coordenações de Curso e aos Núcleos Docentes Estruturantes da UFPB, com currículos que emergem de “uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade” (Veiga, 2004, p. 25).

Referências

- APPLE, Michael Whitman. Ideologia e Currículo. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Currículo, território em disputa. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146 de 2015. Brasília: Senado Federal, 2015.
- DEMO, Pedro. Educação e Qualidade. 7. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 26/09/2025.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2012.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a forma, reformar o pensamento. 24ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). Enclopédia de Pedagogia Universitária. Brasília: MEC/INEP, 2014.

ONU. Transformando Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

ROSSI, Vera Lúcia Sabongi. Gestão do Projeto Político-Pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, Tadeu Tomaz. Documentos de identidade: uma introdução à teoria dos currículos. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: o papel da extensão. Revista Educação, v. 33, n. 3, p. 437-455, 2010.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB. Resolução nº 2 de 19 de abril de 2022. Dispõe sobre a Política de Creditação da Extensão Universitária nos currículos de graduação no âmbito da UFPB. João Pessoa: CONSEPE, 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação Básica e Educação Superior: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

CAPÍTULO 5

A COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ACADÊMICOS: UMA VISÃO SOBRE OS PROGRAMAS ACADÊMICOS INSTITUCIONAIS DA UFPB

Adriana Evangelista Rodrigues

Anna Mayra Teófilo Soulat

Arthur Diego Sousa da Silva

Flávia Paloma Cabral Borba

João Aranha de Albuquerque Júnior

Lucas Farias Martins

Marinalva dos Santos Silva

Thatiana Gomes de Oliveira

1 Introdução

A Coordenação de Programas e de Projetos Acadêmicos (CPPA) instituída a partir da Resolução CONSUNI/UFPB nº 20/2019, é responsável por gerir programas institucionais, exercendo papel central na articulação e operacionalização das políticas de ensino de graduação. É uma coordenação que atua, portanto, como elo entre as diretrizes nacionais, as normativas internas da universidade e as demandas acadêmicas dos centros de ensino e cursos. Seu papel vai da elaboração e publicação de editais até o acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados.

Nesse sentido, observa-se que a CPPA tem importância estratégica para a Instituição, porque, por meio de suas competências administrativas, pedagógicas e de monitoramento, traduz políticas públicas de formação superior em ações concretas no cotidiano acadêmico. Ao gerir programas que concedem bolsas, estruturam atividades tutoriais e aproximam a universidade da rede básica de ensino, influenciando

diretamente a qualidade formativa dos cursos, a permanência estudantil e a qualificação da formação docente.

2 Missão, competências e atribuições internas

A missão da CPPA ultrapassa a dimensão administrativa: ela cumpre papel estratégico ao alinhar normativas nacionais com as demandas acadêmicas da UFPB. Por meio de suas competências, a Coordenação contribui para a consolidação de práticas de ensino mais consistentes, garantindo a circulação de oportunidades de formação e assegurando que os programas institucionais alcancem efetivamente os estudantes e os professores que deles necessitam. Nesse sentido, destaca-se o incentivo que é feito a práticas pedagógicas inovadoras e integradas, voltadas ao fortalecimento das licenciaturas e ao desenvolvimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista normativo, a CPPA ancora sua atuação em marcos legais nacionais e em regulamentos específicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dispositivos que oferecem a base para a formulação de editais internos e para o acompanhamento das ações financiadas, assegurando transparência e legalidade ao processo.

É importante perceber que, em sua função de gerir programas acadêmicos, incluindo a elaboração, a publicação e o acompanhamento de editais, a CPPA tem outras atribuições. Durante os processos de submissão, execução e avaliação de projetos, por exemplo, a Coordenação presta apoio técnico e pedagógico tanto a coordenadores de curso, quanto a docentes e discentes, fazendo desde o monitoramento do cumprimento das normas institucionais e federais, até a análise dos relatórios parciais e finais.

Outro papel fundamental da CPPA é a articulação institucional, mediando a interface com órgãos de fomento (CAPES, MEC, CNPq), com a Administração Central da UFPB e com unidades acadêmicas, garantindo a consonância entre as diretrizes externas e a política interna da PRG.

Vê-se, pois, que a CPPA constitui um dos eixos estruturantes da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB, tendo a finalidade de fortalecer a formação acadêmica dos estudantes, estimulando a iniciação pedagógica e consolidando vínculos entre universidade, escolas e sociedade.

3 Programas e Projetos Acadêmicos

Como já explicado, a CPPA desempenha papel estratégico na gestão de programas acadêmicos que articulam com a missão institucional promovendo qualidade, inclusão e inovação no ensino superior.

Na presente seção, são apresentados os 08 (oito) programas que, hoje, são geridos pela CPPA, quais sejam: o Programa de Monitoria, o Programa de Residência Pedagógica (RP), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas (Pé-de-Meia), o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas (ProTut), do Programa de Apoio às Licenciaturas (Prolicen) e o Programa de Apoio a Experiências Interdisciplinares Desenvolvidas para Melhoria da Qualidade do Ensino de Graduação (QualiGrad).

3.1 Programa de Monitoria

Regulamentado pela Resolução CONSEPE/UFPB nº 02/1996, o Programa de Monitoria é conceituado como sendo um instrumento de apoio pedagógico e de iniciação à docência, Seu cujo objetivo principal é despertar no aluno

de graduação o interesse pela carreira de professor, ao mesmo tempo em que promove a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da disciplina a partir da cooperação mútua entre estudantes e professores.

O monitor, sempre sob a orientação de um docente responsável pela disciplina, realiza atividades como auxiliar os professores em tarefas didáticas e na preparação de aulas, esclarecer dúvidas dos demais estudantes fora do horário regular de aula e conduzir grupos de estudo e resolução de exercícios.

A Monitoria é, portanto, uma primeira experiência formativa na área do ensino superior que, ao estimular o desenvolvimento de habilidades pedagógicas no estudante-monitor, impulsiona a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da disciplina.

Na gestão desse Programa, compete à CPPA: Construir o edital do programa para cada ciclo, abrir e acompanhar o processo de inscrição, análise e aprovação dos projetos, acompanhar o processo de seleção dos discentes bolsistas e voluntários, acompanhar a frequência dos bolsistas e voluntários e autorizar o pagamento de bolsas, acompanhar a submissão de relatórios parciais e finais e orientar docentes e discentes em todas as etapas. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino

3.2 Programa De Residência Pedagógica

Instituído, em 2018, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Governo Federal, o Programa de Residência Pedagógica objetiva aperfeiçoar a formação prática nos cursos de licen-

ciatura, com imersão planejada e sistemática do estudante (o “residente”) em uma escola de educação básica.

Diferencia-se de um estágio tradicional pela sua duração, pela imersão profunda e pelo recebimento de bolsa, sendo uma etapa crucial para a articulação entre a teoria aprendida na universidade e a prática real da sala de aula.

Sendo um programa da CAPES, a RP é, hoje, regida pela Portaria CAPES nº 259/2019 e por editais federais específicos, cabendo à UFPB fazer a adesão e a regulamentação de sua execução internamente.

3.3 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007 e instituído pela Portaria Normativa nº 38/2007 do Ministério da Educação (MEC), teve sua operacionalização conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa tem como propósito fomentar a iniciação à docência de estudantes de cursos de licenciatura presenciais e contribuir para a melhoria da educação básica pública.

Em 2010, o PIBID foi consolidado como política pública por meio do Decreto Presidencial nº 7.219, que foi, posteriormente, regulamentada pela Portaria Capes nº 83/2022.

Como seu nome já indica, tem o objetivo de antecipar o vínculo do futuro professor com o ambiente escolar, proporcionando uma inserção no cotidiano de escolas públicas desde o início de sua formação acadêmica. Por isso, é conceituado como um programa de iniciação à docência voltado para estudantes da primeira metade dos cursos de licenciatura.

Os bolsistas do PIBID, sob a supervisão de professores da escola e da universidade, observam, participam e desenvolvem atividades pedagógicas, buscando familiarizar-se com a realidade da educação básica e refletir sobre a prática docente. O programa visa valorizar o magistério e incentivar a escolha pela carreira de professor.

Assim como a Residência Pedagógica, o PIBID é um programa da CAPES/Governo Federal, adotado pela UFPB, que visa valorizar o magistério e incentivar a escolha pela carreira de professor.

Na gestão desse Programa, como esse possui um Coordenador Institucional, compete à CPPA a assessoria ao Coordenador, sempre que solicitado. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino

3.4 Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas (Pé-de-Meia)

Instituída pelo Decreto nº 12.358/2025, no âmbito do *Programa Mais Professores para o Brasil*, e regulamentada pela Portaria CAPES nº 6/2025, a Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas tem como finalidade central estimular, por meio de incentivo financeiro, que estudantes com desempenho acadêmico destacado no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem não apenas sejam matriculados, mas permaneçam e integralizem seus estudos em cursos de licenciatura presenciais.

Para fazer jus ao recebimento da bolsa, além de ter tido um excelente desempenho no Enem e ter ingressado em um curso presencial de licenciatura, o estudante precisa obedecer aos critérios de manutenção e renovação do apoio financeiro, conforme disposto na Portaria CAPES nº

220/2025, sobretudo, mantendo matrícula ativa no curso pelo qual ingressou no Programa e estando matriculado em, no mínimo, 02 (dois) componentes curriculares no período vigente.

Vê-se, portanto, que, como o RP e o PIBID, o “Pé-de-Meia” constitui mais uma iniciativa governamental voltada tanto à atração de estudantes para os cursos de licenciatura quanto à sua permanência e conclusão. Nesse sentido, os objetivos estratégicos do programa dessa bolsa, no âmbito da graduação, podem ser sintetizados em três eixos: atração de estudantes de alto desempenho para os cursos presenciais de licenciatura; apoio financeiro e acadêmico possibilitando a dedicação integral aos estudos e assegurando condições materiais de permanência durante a formação inicial e redução da evasão nos cursos de licenciatura, historicamente marcada por índices elevados.

É importante perceber, ainda, que além do fomento oferecido durante a graduação, o Programa também prevê um incentivo à docência na modalidade poupança que poderá ser resgatada pelo bolsista quando do exercício da docência na esfera da educação básica pública. Ou seja, ao conjugar apoio financeiro direto para cursar uma licenciatura e incentivo condicionado ao exercício da docência na educação básica pública, o Pé-de-Meia se apresenta como uma política inovadora para a valorização da carreira docente, contribuindo para a elevação da qualidade da educação nacional, mediante formação sólida e incentivo à carreira.

Na gestão desse Programa, compete à CPPA , como interlocutora do programa junto ao MEC, analisar mensalmente o rendimento acadêmico do estudante contemplado com a bolsa, para informar a sua permanência ou não, de acordo com os critérios exigidos por Lei. Cabe também,

assessorar coordenadores de curso e discentes sobre os trâmites dos processos. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino.

O fortalecimento da formação de professores no Brasil tem sido um dos principais desafios das políticas públicas educacionais contemporâneas, principalmente considerando a carência de docentes em diversas áreas do conhecimento e a necessidade de assegurar qualidade à educação básica.

3.5 Programa de Educação Tutorial (PET)

Fomentado pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa de Educação Tutorial (PET) surgiu em 1979; todavia, foi repaginado em 2005, quando foi formalmente instituído pela Lei 11.108/2005 e regulamentado pela Portaria MEC nº 976/2010, tendo como ponto basilar a integração de ensino, pesquisa e extensão, constituindo, assim, um programa que incentiva, nas mais diversas Instituições de Ensino Superior a ele envoltas, o desenvolvimento de atividades que articulam tanto conhecimento acadêmico, quanto compromisso social.

O PET objetiva, pois, promover a formação acadêmica ampla e de excelência para estudantes de graduação, à medida que estimula a atuação em equipe, a liderança, a autonomia e a produção de conhecimento, proporcionando uma formação global que ultrapassa os limites da grade curricular regular do curso.

A sistemática do programa é materializada nos grupos de aprendizagem tutorial que são custeados pelo Governo Federal segundo as atividades previstas nos seus planos de trabalho. Assim, cada grupo, possui um tutor professor bolsista (orientador) que supervisiona 12 (doze) estudantes bolsistas, além dos voluntários. Na Universidade Federal da

Paraíba, são 09 (nove) grupos PET ativos, sendo 07 (sete), no Campus I, 01 (um) no Campus II, e 01 (um) no Campus IV com uma estimativa, portanto, de 09 (nove) tutores, e 100 (cem) bolsistas ativos.

Em suas atividades, cabe aos estudantes (bolsistas e voluntário), sob a tutoria de um professor, desempenharem funções que articulam, de forma indissociável, o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, em tarefas que englobam o aprofundamento de conteúdos e discussões teóricas, o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e a realização de atividades que levem o conhecimento da universidade para a comunidade externa.

Na gestão desse Programa, portanto, compete à CPPA verificar, em cada um desses grupos de aprendizagem, o cumprimento das diretrizes nacionais, bem como realizar toda a regulação interna. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino.

3.6 Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas (ProTut)

Diferentemente dos programas já apresentados, o Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas (ProTut) é um programa de âmbito estritamente institucional, ou seja, criado e gerenciado pela própria UFPB, não estando vinculado a nenhuma legislação federal específica, estando regulamentado pela Resolução CONSEPE/UFPB nº 49/2014.

Como seu nome indica, o ProTut é conceituado como um programa de apoio pedagógico discente que visa fortalecer o processo de ensino-aprendizagem em disciplinas de base dos cursos de graduação. Ele se materializando-se pela atuação de estudantes (tutores) que, sob a orientação de um

professor, oferecem suporte acadêmico a outros estudantes matriculados nessas disciplinas.

O principal objetivo desse Programa é combater a retenção, reduzindo os altos índices de reprovação e evasão em componentes curriculares que são fundamentais para a progressão do estudante no curso. Para isso, conta-se com o apoio entre pares, utilizando como metodologia central a tutoria, por meio da qual um aluno com notório saber naquela em uma disciplina auxilia seus colegas, criando um ambiente de aprendizado mais próximo e colaborativo.

Importante perceber que o ProTut é um complemento à sala de aula, pois as atividades de tutoria, como resolução de listas de exercícios, plantões de dúvidas, grupos de estudo, não substituem as aulas do professor, mas funcionam como um reforço didático essencial. Além disso, para o estudante tutor, o programa também serve como uma experiência formativa, proporcionando um primeiro contato com atividades de ensino e mediação pedagógica, constituindo uma iniciação à docência.

Na gestão do Programa, compete à CPPA: Construir o edital do programa para cada ciclo, abrir e acompanhar o processo de inscrição, análise e aprovação dos projetos, acompanhar o processo de seleção dos discentes bolsistas e voluntários, acompanhar a frequência dos bolsistas e voluntários e autorizar o pagamento de bolsas, acompanhar a submissão de relatórios parciais e finais e orientar docentes e discentes em todas as etapas. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino.

3.7 Programa de Apoio às Licenciaturas da UFPB (Prolicen/UFPB)

Assim como o ProTut, o Programa de Apoio às Licenciaturas da UFPB (Prolicen/UFPB) tem natureza institucional e, sendo instituído pela Resolução CONSEPE/UFPB nº 04/2020, visa incentivar e valorizar a formação em cursos de licenciatura, buscando aprimorar a formação inicial de professores que atuarão na educação básica.

O Prolicen, portanto, constitui um programa que busca fomentar o desenvolvimento de projetos que articulem ensino, pesquisa e extensão no âmbito da formação docente. Nesse sentido, são concedidas bolsas de estudo a alunos de licenciatura, permitindo que possam se dedicar aos projetos aprovados, que são sempre coordenados por um professor-orientador.

Por esse viés, verifica-se que, ao promover a articulação Universidade-Escola, incentivando a criação de projetos que proporcionam a interação e a troca de experiências entre a universidade e as escolas públicas de educação básica, aproxima o licenciando de sua futura realidade profissional. Ademais, também favorece a inovação pedagógica, à medida que estimula o desenvolvimento de novas metodologias de ensino, o uso de tecnologias educacionais e a reflexão crítica sobre a prática docente.

Percebe-se, assim, que o Prolicen/UFPB tem como foco exclusivo a preparação dos futuros professores, estimulando práticas pedagógicas inovadoras, de modo a qualificar seu processo formativo.

Na gestão do Programa, compete à CPPA Construir o edital do programa para cada ciclo, abrir e acompanhar o processo de inscrição, análise e aprovação dos projetos, acompanhar o processo de seleção dos discentes bolsistas

e voluntários, acompanhar a frequência dos bolsistas e voluntários e autorizar o pagamento de bolsas, acompanhar a submissão de relatórios parciais e finais e orientar docentes e discentes em todas as etapas. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino.

3.8 Programa de Apoio a Experiências Interdisciplinares Desenvolvidas para Melhoria da Qualidade do Ensino de Graduação (QualiGrad)

O Programa de Apoio a Experiências Interdisciplinares Desenvolvidas para Melhoria da Qualidade do Ensino de Graduação (QualiGrad) é uma iniciativa da UFPB para fomentar práticas pedagógicas inovadoras e interdisciplinares na graduação utilizando recursos da ação orçamentária “Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”.

Nesse contexto, em 2025, foi publicada uma chamada interna da Pró-Reitoria de Graduação, divulgando as normas e condições para submissão de projetos de ensino, para execução dos recursos no mesmo ano, aberto à participação de docentes da Instituição.

Nessa perspectiva, o lançamento do QualiGrad buscou fomentar experiências interdisciplinares, incentivando a integração de diferentes áreas do conhecimento, de modo a contemplar projetos que propusessem ações relacionadas às práticas pedagógicas inovadoras e promovesse melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Na gestão desse Programa, em sua primeira edição, compete à CPPA construir o edital do programa para cada ciclo, abrir e acompanhar o processo de inscrição, análise e aprovação dos projetos, acompanhar o processo de seleção

dos discentes bolsistas e voluntários, acompanhar a frequência dos bolsistas e voluntários e autorizar o pagamento de bolsas, acompanhar a submissão de relatórios parciais e finais e orientar docentes e discentes em todas as etapas. Também compete à CPPA fazer o acompanhamento e a análise do impacto do programa nos indicadores de qualidade do ensino.

Percebe-se, pois, que, ao apoiar iniciativas que contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes, a PRG busca alcançar uma diminuição nos índices de trancamentos, reprovações e evasão, reduzindo desigualdades. Além disso, acredita-se que o incentivo de ações alinhadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e às diretrizes institucionais da UFPB fortalecerá a qualidade dos cursos de graduação com impacto positivo e mensurável.

O conjunto de programas e projetos apresentados nesta seção mostra que a CPPA atua de forma estratégica para ampliar oportunidades acadêmicas, apoiar a formação docente e discente e elevar os padrões de qualidade da graduação. De modo a corroborar essa atuação tão importante, alguns dados são analisados a seguir, mostrando a evolução desses programas e projetos, desde a constituição da CPPA.

4 Dados dos programas acadêmicos entre 2021 e 2025

Ao longo dos últimos 4 anos, os programas acadêmicos da UFPB foram sendo desenvolvidos com a participação de docentes (coordenadores ou orientadores), discentes (bolsistas e voluntários) e técnicos administrativos. O resultado desse empenho de equipe pode ser visto nos gráficos abaixo.

Os programas e projetos acadêmicos desenvolvidos na UFPB têm um alcance bastante relevante para a graduação. De 2021 até setembro de 2025, por exemplo, foram contabi-

lizados 2.375 (dois mil, trezentos e setenta e cinco) projetos aprovados nos programas acadêmicos Monitoria, ProTut e Prolicen, com cerca de R\$ 22,4 milhões investidos e 10.025 (dez mil e vinte e cinco) discentes envolvidos¹¹.

Pelos dados ao longo dos anos, fica evidente a relevância do programa Monitoria que representa cerca de 77% do total de discentes envolvidos, 70% do investimento total e mantendo cerca de 1.000 docentes envolvidos anualmente. Um programa que se apresenta em constante crescimento é o ProTut com 140% de crescimento nos últimos anos, saindo de 15 para 35 projetos aprovados. Esse é um programa que foca na tutoria e desenvolvimento acadêmico.

O Prolicen é um programa com estabilidade e consistência com 180 bolsas anuais fixas, demonstrando política consolidada e equilíbrio entre bolsistas e voluntários.

Nesta seção, são descritos e analisados os principais dados referente a cada programa acadêmico, bem como o seu impacto para a gestão e planejamento da graduação da UFPB.

4.1 Monitoria

O Programa de Monitoria representa cerca de 77% do total de discentes envolvidos e 70% do investimento total dos programas acadêmicos geridos pela PRG, mantendo, anualmente, cerca de 1.000 (mil) docentes envolvidos. Pelos dados ao longo dos anos, fica evidente, portanto, a relevância do programa, sobretudo, para a graduação da UFPB.

A Tabela 2 traz alguns números importantes acerca do Programa que são, posteriormente, discutidos:

¹¹ O termo refere-se a um indicador de discentes totais que participam dos projetos ao longo de todo ciclo como voluntários e bolsistas.

Tabela 1: Informações sobre projetos, bolsistas, voluntários e docentes envolvidos no Programa Monitoria

Ano	Projetos submetidos	Projetos aprovados	Bolsistas	Voluntários	Total de discentes envolvidos	Valor total pago aos bolsistas	Docentes envolvidos
2021	675	596	1180	1009	2189	R\$ 1.920.000,00	980
2022	354	314	705	637	1342	R\$ 1.920.000,00	980
2023	339	313	696	761	1457	R\$ 3.360.000,00	970
2024	405	339	651	776	1427	R\$ 3.360.000,00	1027
2025	393	315	672	703	1375	R\$ 5.040.000,00	951
TOTAL	2166	1877	3904	3886	7790	R\$ 15.600.000,00	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Fazendo uma análise dos dados contidos da Tabela 2, observa-se, inicialmente, que o Programa tem apresentado um desempenho consistente em termos de aprovação de projetos, superando, desde 2021, quatro quintos do total de propostas submetidas, evidenciando a relevância das iniciativas apresentadas.

Da mesma forma, ao analisar a participação discente, em cada ano, observou-se uma distribuição equilibrada com aproximadamente metade dos estudantes atuando como bolsistas e metade de forma voluntária. Apesar desse equilíbrio, percebe-se uma leve predominância de bolsistas em 2021 e 2022, seguida por uma tendência à participação voluntária ligeiramente superior a partir de 2023.

Ainda sobre o comportamento dos discentes, os números de envolvidos no Programa evidenciam que os estudantes têm interesse em vivenciar experiências acadêmicas, sendo a Monitoria, por isso, um espaço de aprendizagem valorizado pela comunidade estudantil.

Em relação aos recursos destinados ao Programa, verifica-se que, embora os valores tenham se mantido iguais em alguns anos – 2021 e 2022, por exemplo, comparando todo o período, percebe-se um investimento de 162,5%, mostrando a valorização crescente da Monitoria na UFPB.

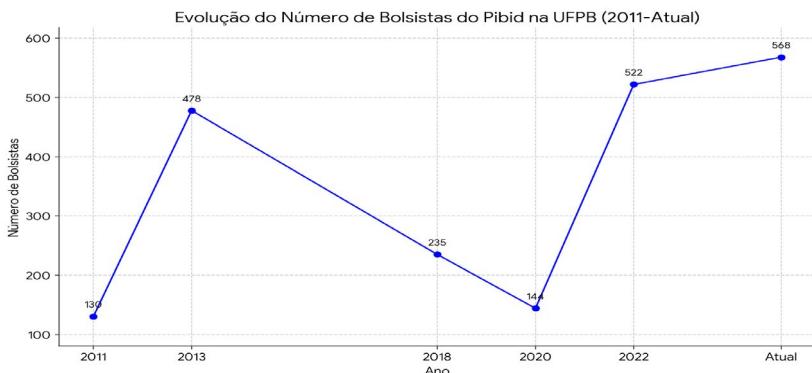
O engajamento docente também se mostrou significativo nos dados, acompanhando a evolução do número de projetos aprovados e garantindo suporte acadêmico às atividades desenvolvidas.

Os números apresentados reforçam, assim, a consolidação da Monitoria como um espaço formativo, sustentado pela contribuição de estudantes e professores, revelando um programa na de promoção da integração acadêmica e no de fortalecimento das práticas pedagógicas institucionais. Em síntese, pode-se ver que a Monitoria não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos discentes, mas também promove uma rede de colaboração que integra professores e estudantes em torno de objetivos comuns.

4.2 PIBID

O gráfico 5 mostra a evolução para número de bolsistas ao longo dos anos para o programa PIBID.

Gráfico 1 – Evolução do número de bolsistas do PIBID na UFPB (2011-2025)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados referentes ao PIBID mostram o crescimento do programa a partir de 2011 com queda em 2020, provavelmente devido à COVID-19, uma vez que o programa depende inteiramente do funcionamento das escolas para as atividades dos bolsistas e voluntários. Em 2022 houve um crescimento de 144 para 522 bolsistas e atualmente está no patamar de 568 bolsistas.

Os números também podem indicar o engajamento de professores buscando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, integrando áreas diferentes dentro do conhecimento.

Esses programas consolidam a UFPB como uma universidade comprometida com a excelência acadêmica e a formação integral de seus estudantes, representando um investimento estratégico no futuro da educação superior no estado da Paraíba.

4.3 ProTut

O programa ProTut apresenta uma trajetória marcada por taxas de aprovação bastante expressivas, com a quase totalidade das propostas submetidas sendo contempladas

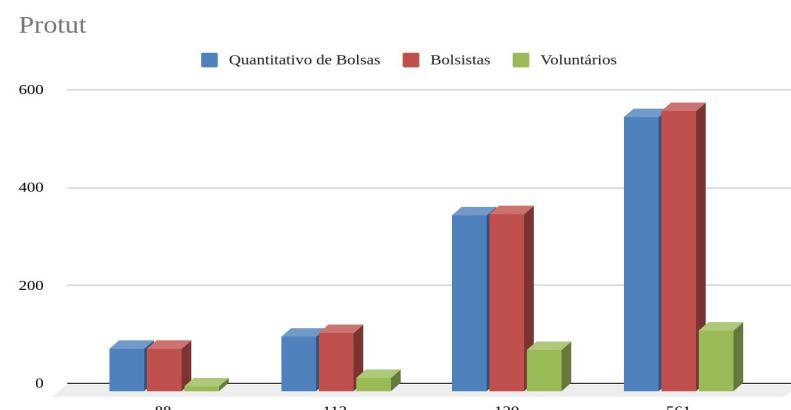
ao longo dos anos. Essa característica reflete a maturidade do programa e a aderência das iniciativas apresentadas às diretrizes institucionais.

O gráfico 2 apresenta o quantitativo de bolsas, de bolsistas e de voluntários, comparativamente, ao longo dos anos.

No que se refere à participação discente, verificou-se uma predominância de bolsistas em relação aos voluntários, ainda que estes também tenham mantido presença significativa. Esse cenário aponta para a importância das bolsas como forma de garantir maior dedicação dos estudantes, sem, contudo, desvalorizar a contribuição dos voluntários, cuja atuação ampliou o alcance do programa.

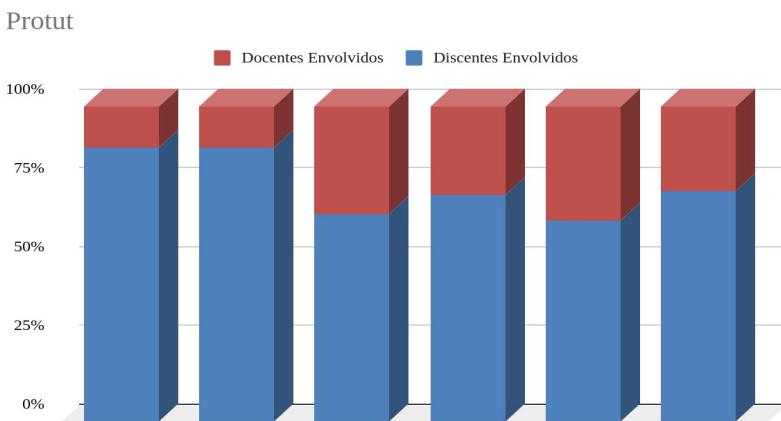
O gráfico 3, mostra o comparativo entre docentes e discentes envolvidos nos projetos ao longo dos anos.

Gráfico 2 – Representação dos números de quantitativo de bolsas, alunos bolsistas e voluntários no ProTut



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 3 – Comparativo entre docentes e discentes envolvidos nos projetos ao longo dos anos no ProTut



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O programa ProTut, apresenta um comportamento positivo e consistente no período com um crescimento de 100 (2021) para 164 discentes (2025) representando uma expansão de 64% (a maior taxa de crescimento relativo entre os três programas - ProTut, PROLICEN e Monitoria)

Esta trajetória ascendente sugere que o ProTut está em fase de consolidação e expansão institucional, possivelmente recebendo investimentos crescentes ou ganhando maior reconhecimento acadêmico. A continuidade do crescimento ao longo de todos os anos indica um amadurecimento do programa e capacidade de absorver novos participantes sem comprometer sua estrutura. O envolvimento docente cresceu de maneira constante, revelando o engajamento dos professores no acompanhamento das atividades.

4.4 PROLICEN

O programa Prolicen também apresentou taxas de aprovação elevadas, assegurando que a maioria das propostas submetidas tivesse continuidade em forma de projetos apro-

vados, com relevância como política de incentivo à formação acadêmica e ao desenvolvimento de práticas educativas.

Observou-se um equilíbrio entre bolsistas e voluntários evidenciando que o programa foi capaz de mobilizar estudantes tanto pelo incentivo financeiro quanto pelo interesse formativo.

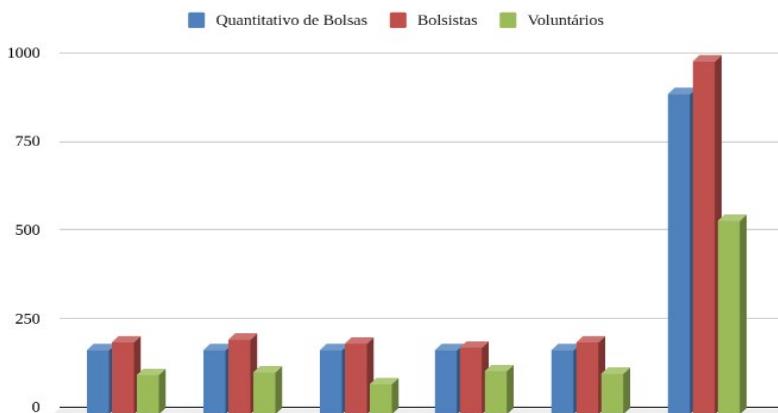
O programa PROLICEN mantém uma trajetória relativamente estável ao longo do quinquênio, variando entre 280 e 325 discentes.

O crescimento de 309 (2021) para 317 discentes (2025) – representou um aumento de 2,6% que indica um programa com estabilidade que pode refletir a natureza específica do PROLICEN, voltado para as licenciaturas, que historicamente recebem atenção prioritária nas políticas educacionais.

O Gráfico 3 apresenta um comparativo entre número de bolsas, número de bolsistas e de voluntários ao longo dos anos para o programa PROLICEN.

Gráfico 3 – Comparativo entre número de bolsas, número de bolsistas e de voluntários, ao longo dos anos no PROLICEN

Prolicen

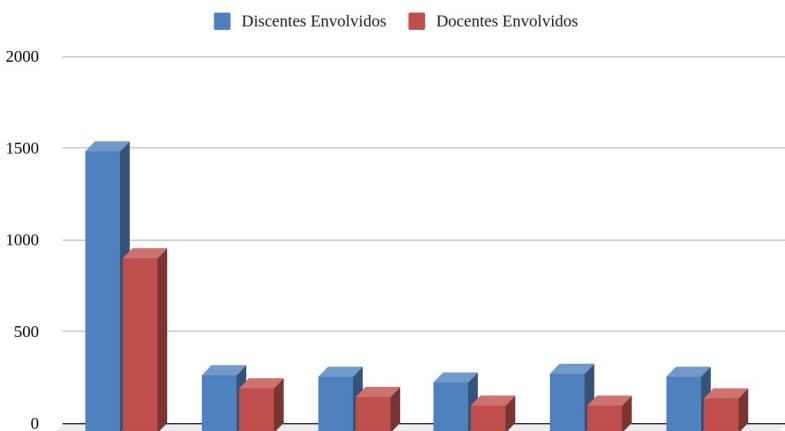


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 4 apresenta a relação entre docentes e discentes participantes dos projetos no período 2021 a 2025

Gráfico 4 – Relação entre docentes e discentes participantes dos projetos ao longo dos anos

Prolicen



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Isso pode representar para a UFPB maiores oportunidades de desenvolvimento para além de sala de aula, principalmente nos cursos de licenciatura, maiores experiências na prática do ensino e consequente preparação para uma carreira acadêmica, contribuindo com a formação dos Estudantes.

5 Considerações Finais

A atuação da Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos (CPPA) revela-se estratégica para o fortalecimento da graduação na UFPB, na medida em que articula políticas públicas, normativas institucionais e práticas pedagógicas, no engajamento de discentes e docentes, por meio dos programas acadêmicos, que ampliam oportunidades formativas para estudantes e docentes. Os dados analisados

evidenciam a relevância quantitativa com centenas de projetos aprovados, investimento financeiro substancial e participação expressiva de discentes e docentes. Os programas contribuem para a melhoria dos indicadores acadêmicos institucionais, tais como retenção, conclusão e qualidade do ensino. Contudo, a efetividade dessas ações depende de aprimoramentos na governança — entre os quais se destacam monitoramento sistemático de resultados, capacitação de coordenadores, padronização de procedimentos de avaliação de impacto e automação de processos administrativos — para assegurar observância normativa, eficiência orçamentária e maior equidade no acesso às oportunidades.

Pretende-se instituir na CPPA as práticas de avaliação periódica e de retroalimentação entre programas, com indicadores claros e metas temporais. A consolidação dessas medidas permitirá não apenas a sustentabilidade dos programas, mas também sua articulação mais direta com as prioridades institucionais e com o Plano de Desenvolvimento Institucional, garantindo impactos mensuráveis sobre a formação docente e discente na UFPB.

Referências

BRASIL. Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2025a.

CAPES. Portaria nº 6, de 15 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o regulamento da Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência – Pé-de-Meia Licenciaturas. Brasília: CAPES, 2025a. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=17145>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Portaria GAB nº 82, de 26 de abril de 2022. Regulamenta o Programa Residência Pedagógica (PRP). Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=8462>. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPES. Portaria nº 90, de 25 de março de 2024. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/regulamentos>. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPÍTULO 6

A COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO: HISTÓRICO, ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO CADÊMICA

Sabrina Grisi Pinho de Alencar

Alan Leite Moreira

Angélica Cavalcanti Teixeira

Héllade Barbosa de Castro

Saulo Guimarães Ferreira

1 Introdução

A Coordenação Geral de Estágio (CGE) é um setor vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que realiza a gestão institucional do estágio nos cursos de graduação da Universidade, coordenando essa atividade nos 4 (quatro) *campi* da Instituição: I (João Pessoa-PB), II (Areia-PB), III (Bananeiras-PB) e IV (Litoral Norte: Rio Tinto-PB e Mamanguape-PB).

A principal atuação dessa Coordenação é orientar como serão realizados os estágios dos estudantes de graduação da UFPB, assegurando o cumprimento da legislação nacional, como a Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008) e as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação (MEC), e das regulamentações institucionais, como o Regulamento Geral de Graduação e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Para exercer seu papel de orientação, a CGE não apenas realiza o atendimento ao público interno (discentes, docentes e técnicos), mas também ao público externo (representantes dos locais de estágio, profissionais supervisores de estágio, diretores dos agentes de integração de estágio, etc). Articula-

se, portanto, com as várias unidades administrativas internas – seja no âmbito da Reitoria, com as diferentes Pró-Reitorias, e Superintendências, seja no âmbito dos Centros de Ensino, com as Direções, os Departamentos e as Coordenações de curso –, além de estabelecer parcerias com instituições externas à Universidade. Nesse sentido, destaca-se que esse contato permanente com a comunidade constitui aspecto importante para o setor, impactando, diretamente, em suas demandas, uma vez que sua atuação promove a correta condução do estágio para a formação acadêmica dos estudantes.

Partindo do pressuposto, portanto, de que a CGE, por meio de suas atribuições, favorece a formação acadêmica dos estudantes da UFPB, são apresentados e discutidos, neste capítulo, o histórico e as contribuições da CGE, considerando o recorte temporal de 2015 a setembro de 2025.

2 Definição e características do estágio

Antes de iniciar uma discussão sobre a evolução do estágio no âmbito dos cursos de graduação da UFPB, faz necessário apresentar, primeiramente, o conceito legal dessa importante atividade, bem como suas principais características, pois somente a partir do fortalecimento de sua compreensão, poder-se-á discuti-lo no contexto da formação acadêmica dos estudantes.

Preliminarmente, cabe esclarecer que o estágio, conforme a definição legal, tem caráter formativo e vinculado a uma instituição de ensino, com forte articulação ao mundo do trabalho, já que deve ocorrer nesse ambiente. Segundo o Art. 1º da Lei nº 11.788/2008,

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à

preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular [...].

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Brasil, 2008).

Ou seja, por determinação legal, o desenvolvimento do estágio deve ser, necessariamente, curricular, uma vez que suas atividades devem envolver o currículo do curso e visar a sua contextualização.

A Lei de Estágio regulamentou, em seu Art. 2º, os tipos de estágios a serem desenvolvidos, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. Assim, o estágio pode ser obrigatório, quando é definido como tal no projeto do curso, sendo o cumprimento de sua carga horária é requisito para a aprovação e a obtenção de diploma. Por outro lado, pode-se ter o estágio não obrigatório, quando o mesmo é desenvolvido como atividade opcional, sendo acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso (Brasil, 2008).

A mesma lei previu, ainda, que, para uma atividade ser, efetivamente, configurada como estágio, a observação de alguns requisitos é fundamental, tais como: a celebração de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e de Plano de Atividades de Estágio (PAE), entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; o acompanhamento efetivo por um professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente; a apresentação periódica por parte do educando de relatório das atividades,

em prazo não superior a 6 (seis) meses; a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

Outro aspecto relevante trazido pela referida lei foi a faculdade conferida às instituições de ensino para celebrarem convênio de concessão de estágio com entes públicos e privados, ampliando, desse modo, as oportunidades para seus discentes. Nesse sentido, os acordos de cooperação de estágio devem observar, no que couber, a lei que trata das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.726/2016), bem como, a que rege as Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e a regra do art. 184-A da Lei nº 14.133/2021 que dispõe sobre licitações e contratos, além de outras normas aplicadas à Administração Pública, como a Lei nº 9.784/99 que dispõe sobre o Processo Administrativo e a Instrução Normativa ME nº 213/2019, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por essa breve análise da Lei de Estágio já é possível perceber que a norma trouxe não apenas termos e conceitos próprios ao estágio, mas também uma série de exigências legais que precisam ser cumpridas pelas Instituições.

3 Como o estágio é desenvolvido na UFPB?

A fim de atender, pois, à legislação federal, alguns regramentos acerca do estágio foram estabelecidos internamente na Resolução CONSEPE/UFPB nº 29/2020, sobretudo em seu Título XIII - Do Estágio Curricular Supervisionado, trazendo, inicialmente os princípios norteadores e os objetivos:

Art. 190 O estágio curricular supervisionado [ECS] é norteado pelos princípios da integração teoria e prática, realizado pelo discente na própria Instituição

ou em unidades concedentes de estágios, sob a forma de vivência profissional sistemática, intencional, acompanhada e constituída na interface do [Projeto Pedagógico do Curso] PPC.

Art. 191 São objetivos do estágio curricular supervisionado:

I – Contribuir para a qualidade da formação acadêmica e profissional por meio da integração da teoria e prática e do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional qualificado. II – Ampliar as oportunidades de observação, interlocução e intervenção para o exercício profissional. III – Promover a integração entre a universidade e a sociedade (UFPB, 2020, p. 49).

Considerando que o estágio pode ser desenvolvido nas modalidades obrigatória ou não obrigatória, a referida Resolução regulamentou que estes podem ser “interno” ou “externo”. O primeiro seria aquele realizado em setores pertencentes ou vinculados à própria Universidade, enquanto o segundo seria realizado em empresas ou instituições que tivessem formalizado acordo de cooperação de estágio com a UFPB (UFPB, 2020).

Ainda visando regulamentar as atividades de estágio na Instituição, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta GR/PROPLAN/PRG/PROGEP nº 01/2024, que apresentou os procedimentos relativos à contratação de estagiários, da modalidade de ECS não-obrigatório interno (bolsa-estágio).

Em relação aos estágios externos, para que uma empresa, instituição ou profissional liberal possa receber estagiários da UFPB, é necessário firmar um convênio de estágio com a universidade, que é um acordo formal que permite a oferta de vagas de estágio para os estudantes. Além dessas possibilidades de convênio, também existe

o acordo de cooperação de Estágio com os Agentes de Integração que são entidades que auxiliam no processo de aperfeiçoamento do estágio e contribuem na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando instituições de ensino, estudantes e concedentes de estágio.

Sob o prisma jurídico, o acordo de cooperação de estágio é um instrumento congênere ao convênio, mas se diferencia deste por não envolver transferência de recursos do Orçamento Público. No acordo para fins de estágio, os interesses das partes é a consecução de objetivos convergentes: de um lado a oferta de vagas de estágio pela concedente e, de outro, a UFPB que possibilita e acompanha os estágios dos discentes em sua construção acadêmica. O convênio pode ser realizado com: órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; empresas privadas; ou profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus conselhos, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.788/2008.

De acordo com a legislação vigente, portanto, sendo uma autarquia federal e detentora de autonomia, a UFPB pode contratar estudantes para atuarem como estagiários em seus diversos ambientes de trabalho.

Nesse sentido, em termos de contratação de estágio interno, observa-se que, para as duas modalidades – obrigatória e não obrigatória –, é indispensável a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário (Art. 9º, V, da Lei de Estágio). Já em relação à contraprestação pecuniária, há uma diferença básica para as diferentes modalidades: se por um lado a Lei de estágio prevê a concessão compulsória de bolsa-estágio e auxílio transporte nos casos de estágio não obrigatório (Art. 12), por outro lado, a

Instrução Normativa ME nº 213/2019 veda essa concessão nos estágios obrigatórios, permitindo, porém, o pagamento de auxílio transporte (Art. 3º).

Tendo em vista toda a complexidade envolvida para a realização dos estágios, justifica-se a existência desta Coordenação, uma vez que a atuação de uma equipe especializada na atividade promove a correta condução do processo e, consequentemente, influencia positivamente a formação acadêmica dos estudantes, impactando tanto administrativa quanto pedagogicamente.

4 Histórico do estágio na UFPB

Para uma melhor compreensão da estrutura e funcionamento da CGE, faz-se necessário recuperar a história de alguns fatos, como a implantação do módulo de estágio no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na UFPB e as mudanças por que passou a unidade administrativa responsável pelos estágios.

4.1 Implantação do módulo de estágio no SIGAA/ UFPB

Apesar do Processo Administrativo Eletrônico já ser uma determinação legal desde o Decreto nº 8.539/2015, que estabeleceu a obrigatoriedade do uso do meio eletrônico no serviço público federal, constituindo uma das metas de uma tendência mundial conhecida como “administração sem papel”, somente em 2016, visando desburocratizar e aperfeiçoar a gestão do estágio na UFPB, deu-se início ao planejamento para implantação do módulo de estágio no SIGAA.

Durante esse processo, houve uma intensa articulação interinstitucional, entre a UFPB e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), uma vez que esta Instituição

idealizou e patenteou aquele Sistema. Por isso, dada a expertise e a experiência da UFRN, a PRG/UFPB realizou visita técnica àquela Instituição, considerando que sua colaboração seria de grande importância para a compreensão do funcionamento do módulo.

Paralelamente, em nível institucional, empreendeu-se uma força tarefa entre a então CEM/PRG e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), colaboração da Coordenação de Convênios (CODECON) da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), visando efetuar os ajustes necessários no Sistema, adequando-o às especificidades da UFPB.

A utilização do módulo, por parte das Coordenações de Cursos ou das Coordenações de Estágio dos Cursos e sob orientação/supervisão da antiga CEM/PRG, possibilitaria o gerenciamento descentralizado das atividades de estágio (obrigatório e não obrigatório), permitindo um fluxo desburocratizado de informações acerca dos Convênios; das oferta de vagas; da celebração dos Termos de Compromisso de Estágio (TCEs) e dos Planos de Atividades de Estágio (PAEs); do seguro; dos relatórios e das certificações/declarações.

Assim, por meio do memorando circular N° 60/2017 – PRG, publicado em 17 de julho de 2017, foi comunicado que a PRG, por meio da antiga Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM) e, em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e em colaboração da Coordenação de Convênios (CODECON), conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, implantaria o módulo de Estágios no SIGAA no semestre 2017.1, com data de início em 20 de julho de 2017.

Conforme previsto no PDI da UFPB vigente à época, a PRG implantou o módulo de Estágios no SIGAA a partir do

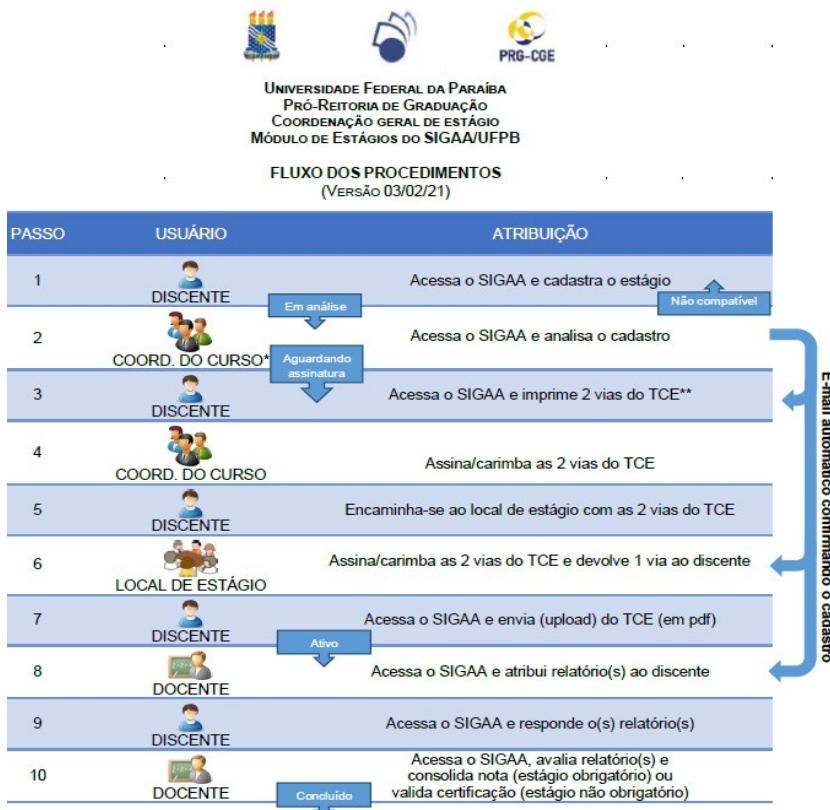
período letivo de 2017.112, contudo, ainda com algumas limitações de funcionalidade e alcance.

A princípio, a funcionalidade a ser utilizada seria referente aos TCE/PAE, devendo os professores orientadores de estágio e as Coordenações de Cursos ou Coordenações de Estágio orientar seus discentes matriculados em estágio obrigatório e os que iniciaram estágio não obrigatório externo, no período letivo de 2017.1, para cadastrarem e gerarem aqueles documentos no próprio SIGAA.

Assim, visando orientar os usuários no uso do Módulo, a CEM elaborou e disponibilizou em seu endereço eletrônico um “fluxo dos procedimentos no módulo” e um “passo a passo” para a coordenação de curso ou de estágio do curso, os docentes e os discentes, conforme Figura 1:

12 Em razão de, na época, os calendários acadêmicos serem diferentes, enquanto nos campi I (João Pessoa) e IV (Litoral Norte) a utilização do módulo de estágio foi iniciada em julho de 2017, nos campi II (Areia) e III (Bananeiras) esse uso só começou em agosto daquele ano.

Figura 1 – Fluxo dos procedimentos do módulo de estágio no SIGAA/UFPB



*ou Coordenação de estágio do curso, se houver.

**Termo de Compromisso de Estágio (TCE)

Obs.1: no caso do **estágio não obrigatório externo**, quando o local de estágio (ou agente de integração) já possuir seu próprio TCE, o discente deve acessar o SIGAA, cadastrar o estágio novo e dirigir-se à Coordenação do curso para assinatura/carimbo, não havendo a necessidade de imprimir o TCE gerado no SIGAA.

Fonte: PRG (2025b).

Além desses materiais instrucionais, também foram realizadas reuniões de orientações às Coordenações de curso e aos Professores orientadores de estágio nos diferentes *campi* da Universidade, por Centro de Ensino.

Com o passar dos anos, outras funcionalidades foram ativadas no Módulo, tais como a divulgação de vagas, a certificação dos supervisores e a declaração do estagiário, facilitando, assim, o gerenciamento do estágio na UFPB.

4.2 Mudança da unidade administrativa responsável pelos convênios de estágios na UFPB

Originalmente, na PRG, não havia uma unidade responsável unicamente pelos estágios, pois a Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM), como o nome indicava, também fazia a gestão dos Programas de Monitoria.

Na época, o funcionamento dos cursos de graduação era regulado pela Resolução CONSEPE nº 16/2015. Nela, se exigia a realização de convênio para instituições, sejam públicas ou privadas, que quisessem fornecer estágio para os estudantes da UFPB. Até então, a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), por meio da Coordenação de Convênios (CODECON), era a responsável pelos convênios da UFPB com outros órgãos, seja qual fosse a natureza. Com o surgimento do convênio para estágio, percebeu-se que sua natureza gratuita não acompanhava as exigências de controle financeiro que os demais convênios demandavam.

As duas pró-reitorias, PRG e PROPLAN, iniciaram, então, tratativas discutindo como ficaria a execução dos convênios estritamente para estágio. Uma vez que não havia recurso financeiros da UFPB a ser alocado para aqueles estágios, em decisão conjunta com a PROPLAN, a PRG decidiu que os convênios de estágio iriam ser gerenciados pela CEM.

Com a ampliação de atribuições e a necessidade de alinhamento à nova legislação federal de estágio, houve uma reformulação na PRG e foi criada a Coordenação Geral de Estágio (CGE). A mudança, formalizada antes de dezembro de 2019, refletiu a exclusividade da função de gestão de estágios, desvinculando-se da monitoria, que passou a ter outra estrutura administrativa dentro da Coordenação de Programas e Projetos Acadêmicos (CPPA).

4.3 Mudanças nos trâmites de convênios de estágios

Quando recebeu a incumbência de gerir os convênios de estágio, a então CEM baseava seu trabalho em um parecer referencial da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Paraíba (PF/UFPB) que estipulava quais documentos se exigiria para realização dos convênios.

Por volta de julho de 2018, após planejamento e vários testes, a CEM estava minimamente organizada para dar início aos procedimentos de convênio, sobretudo considerando a fase da mudança da tramitação dos processos administrativos de físicos para eletrônicos, com a implantação dos Sistemas Integrados.

Naquela época, a tramitação dos processos era “semi-eletrônicas”, porque, como as empresas eram usuários externos da UFPB, o Protocolo Central recebia toda a documentação e abria um processo, enviando-o, fisicamente, para a CEM. A documentação era verificada e, estando de acordo, já eram emitidos, via SIGAA, os termos de convênio. Não estando de acordo, as empresas eram solicitadas a entregar quaisquer documentos que estivessem pendentes.

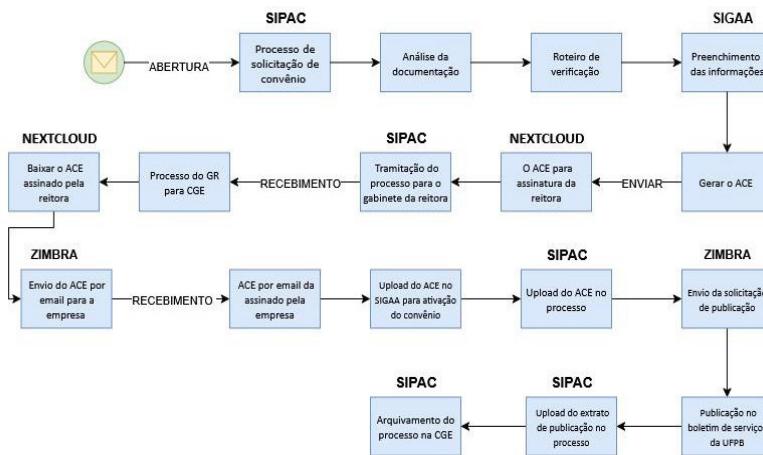
Uma vez emitido o Acordo de Convênio eles eram impressos com os planos de trabalho e estes levados para o gabinete da PRG para serem fisicamente assinados. Após isso, era feita a comunicação para a empresa informando que os documentos estavam prontos e chamando o representante para vir à UFPB, presencialmente, assiná-los. Eram inúmeras as pilhas de papéis – acordos para emitir, para serem assinados, já assinados aguardando a empresa – e dentro da CEM.

Mesmo com a instituição e regulamentação do processo administrativo eletrônico pela Resolução CONSUNI/UFPB nº 10/2019 e com a criação da CGE pela Resolução CONSUNI/

UFPB nº 20/2019, o procedimento de tramitação “semi-eletrônica” para os processos envolvendo convênios de estágio permaneceu inalterado até março de 2020, quando, diante da “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)”, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), todos os servidores da instituição passaram a trabalhar remotamente e, assim, tudo teve que mudar.

Com a disponibilização de acesso à Plataforma de Envio de Documentos Externos (PREDE), em maio de 2020, as empresas passaram a utilizá-lo para solicitar os convênios e a tramitação de todo o processo passou a ser eletrônica, conforme fluxograma a seguir:

Figura 2 – Fluxo dos procedimentos para solicitar o convênio de estágio no PREDE



Fonte: PRG (2025a).

Vê-se, portanto, que a tramitação do processo de convênio tem início com a abertura de processo de solicitação no SIPAC. Daí, ocorre a etapa de análise da documentação e roteiro de verificação com a separação de documentos do processo e compilação de dados (txt). Após isso, dá-se o

preenchimento das informações e *upload* de documentos no SIGAA para a geração do ACE que será enviado para assinatura da reitora via *Nextcloud*. Paralelamente, ocorre a tramitação, no SIPAC, do processo para o gabinete da reitora e sua devolução para CGE. Com o ACE assinado pela reitora, o documento é baixado no *Nextcloud* e enviado por e-mail para a empresa. Depois do recebimento do ACE assinado pela empresa, a CGE insere o ACE nos autos do processo (via SIPAC) e, também, no módulo Estágio do SIGAA para ativação do convênio.

Buscando orientar esse processo, a CGE descreveu os procedimentos para a celebração de Acordo de Cooperação de Estágio e disponibilizou *link* para abertura do processo administrativo correspondente em sua página eletrônica.

Também foi publicado, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Resolução nº 029/2020 do CONSEPE, bem como da aprovação contida no PARECER n. 00020/2022/DEPJUR/PFUFPB/PGF, o Edital PRG/UFPB nº 2/2022, com uma chamada pública, de fluxo contínuo, com validade de 05 (cinco) anos, para credenciamento de Agentes de Integração Públicos e Privados junto à UFPB, com a finalidade de viabilizar a concessão de estágio, obrigatório e não-obrigatório, para estudantes dos cursos de graduação dessa Instituição de Ensino Superior.

Outra mudança implantada nos trâmites envolvendo os convênios de estágio diz respeito à transparência e ao acesso, pois após a efetivação de um convênio, é possível encontrar cada um deles na lista de concedentes no mural de estágio do discente no SIGAA, ou por meio da página pública disponível no SIPAC. Inclusive, fazendo uma análise dos convênios, firmados de 2020 até setembro de 2025,

percebe-se uma significativa ampliação e consolidação de campos de estágio dos discentes da UFPB:

Tabela 1 – Número de convênios de 2015 a 2025

Ano	Quantidade de Convênios efetivados
2015	73
2016	109
2017	196
2018	228
2019	136
2020	68
2021	232
2022	247
2023	290
2024	247
2025	312 ¹³
Total	2.108 convênios ativos

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados mostram que, de 2020 a setembro de 2025, a UFPB firmou 1.209 (um mil, duzentos e nove) convênios de estágio, revelando a existência de um quantitativo significante de concedentes de estágio disponíveis para os diversos cursos da UFPB, número esse que reflete a confiança que a sociedade deposita na Instituição e que inspira profissionais, empresas e entidades públicas a integrarem essa comunidade acadêmica.

A CGE vem desenvolvendo, portanto, sua relevante missão de auxiliar o público interno e externo interessado em firmar os acordos de cooperação de estágio, além de buscar a melhoria contínua dos processos de trabalho, a fim de viabilizar as mais efetivas parcerias entre a academia e o

13 Quantitativo extraído do SIGAA em 24 de outubro de 2025.

mercado de trabalho, em que todos os partícipes percebam ganhos impactantes em suas atividades.

5 Atribuições da CGE

Conforme explicado nas páginas anteriores, a Coordenação Geral de Estágio (CGE) foi criada para supervisionar a política de estágios da UFPB, apoiar coordenações de curso, orientadores e estudantes e articular parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar as oportunidades de estágio de seus estudantes da graduação.

Entre as várias atribuições da CGE, está a administração do processo de formalização dos Estágios¹⁴, incluindo a celebração de convênios para a realização de estágios e o acompanhamento da contratação de seguro para os estudantes, com solicitação de abertura de processo licitatório para contratação de seguradora responsável pelo seguro obrigatório, sistematização de planilha contendo dados dos discentes dos cursos de graduação e emissão de faturas para seu pagamento.

A participação em reuniões internas e externas, bem como o atendimento a professores e alunos, esclarecendo dúvidas sobre os procedimentos operacionais no módulo Central de Estágios do SIGAA também fazem parte da rotina da unidade e são fundamentais para a execução dos estágios.

Além da operacionalização do módulo de estágio no SIGAA, a CGE também executa atividades administrativas. No SIPAC, por exemplo, é responsável por receber e encaminhar os processos; elaborar pareceres, relatórios, atas, editais e emitir declarações de estágio. Também faz a organização do arquivo físico da documentação de contratos/

14 Conferir o passo a passo explicado no Subitem 4.3.

relatórios de estágio anteriores à ativação do Módulo de Estágio do SIGAA.

Em relação à seleção dos bolsistas-Estágio, a CGE participa da organização dos editais, encaminhamento à Procuradoria Jurídica da UFPB após autorização superior, de processos de estágio para consulta de questões legais.

Em sua rotina, a CGE ainda precisa elaborar relatórios mensais do Programa de Bolsa-Estágio, para serem encaminhados à PRG e, posteriormente, à PROGEP, para realizar os pagamentos.

Verifica-se, portanto, que as rotinas e práticas estabelecidas pela CGE visam a boa gestão de atividades pedagógicas e administrativas relativas ao Estágio.

6 Considerações: contribuições e perspectivas

A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da Pró-Reitoria de Graduação desempenha um papel estratégico na consolidação da qualidade da formação acadêmica, ao assegurar a articulação entre os diferentes atores institucionais — discentes, docentes, setores administrativos e entidades externas. Sua atuação não se restringe a aspectos meramente administrativos ou burocráticos, mas se configura como elemento fundamental para o fortalecimento da dimensão pedagógica do estágio, para a integração universidade-sociedade e para a inserção profissional dos estudantes.

Os resultados observados até o presente momento evidenciam a relevância da CGE na expansão e diversificação das oportunidades de estágio, na promoção da transparência e eficiência dos processos, na consolidação de parcerias institucionais e na implementação de práticas de gestão orientadas à melhoria contínua. Essas iniciativas contribuem não apenas para o cumprimento da legislação vigente, mas

também para o avanço da missão institucional da UFPB, ao garantir a formação integral dos discentes e o estreitamento das relações entre ensino superior, mercado de trabalho e demandas sociais.

No entanto, reconhece-se a necessidade de enfrentamento de desafios futuros, dentre os quais se destacam: o aprofundamento do processo de descentralização administrativa, a ampliação e diversificação de convênios estratégicos, o fortalecimento da dimensão formativa e pedagógica do estágio, a modernização e aprimoramento dos sistemas eletrônicos de gestão, bem como a intensificação do diálogo com cursos e centros acadêmicos.

Dessa forma, reafirma-se que a CGE constitui um setor essencial para o cumprimento dos objetivos institucionais, contribuindo de maneira decisiva para a articulação entre ensino, sociedade e mundo do trabalho. Ao consolidar sua atuação como espaço de mediação entre formação acadêmica e prática profissional, a CGE projeta-se como instância indispensável para o desenvolvimento de políticas voltadas à excelência acadêmica, à empregabilidade e à inserção social dos estudantes da universidade.

Referências

BRASIL. Instrução Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 fev. 1999.

BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; e dá outras provisões. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2014.

BRASIL. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 2021.

PRG, Pró-reitoria de Graduação. **Estágio.** 2025a. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/2cMtTrc7xeKKRpe>. Acesso em: 30 set. 2025.

PRG, Pró-reitoria de Graduação. **Fluxo dos procedimentos.** 2025b. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/2cMtTrc7xeKKRpe>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Instituição Normativa Conjunta n.º 01-GR/PROPLAN/PRG/PROGEP** de 08 de janeiro de 2024. Dispõe sobre os procedimentos relativos à contratação de estagiários da modalidade de estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno (bolsa-estágio), para as unidades acadêmicas e administrativas da UFPB. 2024. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/QkccikGDnqF4gL6>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Resolução nº 20/2019.** Regulamenta o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2019. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2019129250213e16587574940102c7ef0/consuni.20.2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Resolução nº 29/2020.** Aprova o Regulamento Geral de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, e revoga a resolução nº 16/2015. 2020. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020189051e-2be2611980cbe468246287/Resp29.20.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPÍTULO 7

O OBSERVATÓRIO DE DADOS DA GRADUAÇÃO

José Jorge Lima Dias Junior

1 Introdução

O Observatório de Dados da Graduação (ODG) é uma assessoria da Pró-Reitoria de Graduação, criada em 2018, com o intuito de promover uma gestão orientada a evidências no âmbito da graduação. O ODG constitui-se, portanto, como uma unidade de apoio estratégico e de inovação, cuja finalidade é qualificar a gestão acadêmica a partir da utilização sistemática de dados.

A fim de cumprir sua função, o ODG deve manter uma articulação constante com a Superintendência de Tecnologia da Informação, buscando coletar e divulgar dados estatísticos de interesse da PRG. Nesse sentido, esta assessoria coleta, seleciona e difunde os dados evolutivos sobre a situação dos cursos de graduação, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de tomada de decisão e de gestão fundamentadas em dados.

A principal atuação do Observatório, consiste, pois, em assessorar a PRG no planejamento, nas definições e operacionalização de políticas acadêmicas, desenvolvendo inovações nos processos, medidas e práticas de gestão de dados de graduação. Assim, abrange, de um lado, o atendimento a demandas específicas, mediante a elaboração de análises e relatórios específicos, e, de outro, a coordenação de projetos estruturados voltados ao desenvolvimento de

produtos de dados, tais como indicadores institucionais, painéis interativos e sistemas de acompanhamento.

Nesse sentido, o presente capítulo apresenta, de forma sintética, algumas das iniciativas desenvolvidas pelo ODG (entre 2020 e 2025), destacando as ações realizadas no período pandêmico, momento em que sua atuação se mostrou relevante diante das incertezas impostas pelo contexto.

2 Atuação no período pandêmico

Em março de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, a UFPB decretou a paralisação das atividades presenciais. O cenário de incertezas daquele momento exigiu da Instituição respostas rápidas e baseadas em evidências, especialmente no que se referia à possibilidade de implementação de um ensino remoto emergencial. Nesse contexto, a PRG, apoiada pelo ODG, desempenhou papel fundamental ao realizar o levantamento e a apresentação de dados estratégicos que subsidiaram o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE na tomada de decisão sobre a adesão ao modelo remoto.

Entre as ações desenvolvidas na época, destaca-se o mapeamento do perfil de acesso à *Internet* e ao uso de tecnologias digitais pelos estudantes da UFPB, permitindo dimensionar desigualdades e planejar medidas de inclusão. Também foram avaliadas as experiências dos discentes e docentes no ensino remoto, de modo a acompanhar o engajamento discente e identificar potenciais barreiras à participação. Essas informações foram apresentadas ao CONSEPE, orientando a formulação de políticas institucionais emergenciais.

As informações levantadas e analisadas foram materializadas em relatórios e painéis para a comunidade acadêmica

e disponibilizadas para consulta em um sítio eletrônico específico (https://linktr.ee/odg_prg_ufpb), contendo *links* de acesso conforme Figura 1:

Figura 1 – Links para relatórios e painéis desenvolvidos pelo ODG com informações para a comunidade acadêmica

The screenshot shows a list of analytical reports and panels developed by the ODG (Observatório de Desenvolvimento da Graduação) for the academic community. The reports are categorized by month: OUTUBRO/2020, JULHO/2020, and MAIO/2020. Each category includes a report for students and one for teachers. The reports are presented in PDF format. The website has a blue header with the logo 'ODG - PRG - UFPB'.

Mês	Relatório	Destinatário
OUTUBRO/2020	Painel sobre o Ensino Remoto Emergencial - Graduação	
JULHO/2020	Painéis analíticos sobre a Avaliação do Período Suplementar (pelos ESTUDANTES)	
JULHO/2020	Relatório em PDF sobre a Avaliação do Período Suplementar (pelos ESTUDANTES)	
JULHO/2020	Relatório em PDF sobre a Avaliação do Período Suplementar (pelos DOCENTES)	
JULHO/2020	Painéis analíticos sobre a Avaliação do Período Suplementar (pelos DOCENTES)	
JUNHO/2020	Relatório em PDF sobre as ofertas e participantes do Período Suplementar	
JUNHO/2020	Painéis analíticos sobre os Dados de ofertas e participantes do Período Suplementar	
MAIO/2020	Relatório em PDF sobre o Perfil de acesso à tecnologias remotas e à Internet dos...	
MAIO/2020	Painéis analíticos sobre o Perfil de acesso à tecnologias remotas e à Internet dos...	

Fonte: PRG (2020a).

O primeiro *link* do sítio leva à tela inicial do painel sobre o ensino remoto emergencial, conforme Figura 2.

Figura 2 – Painel do ensino remoto emergencial.



Fonte: PRG (2020b).

Observando a Figura 2, constata-se que dentro da página do “Painel do Ensino Remoto Emergencial (Graduação)”, é possível consultar informações diversas, seja sobre matrícula, turmas e eventos, seja sobre os perfis de acesso dos discentes e as avaliações dos docentes. Na Figura 3, por exemplo, foi feito um recorte da tela do painel, no qual é apresentado o número de matriculados ao longo dos períodos, mostrando que, no período letivo de 2020.2, a quantidade de matrículas foi equivalente a média dos números dos períodos letivos anteriores à pandemia.

Figura 3 – Recorte do painel do ensino remoto emergencial.



Fonte: PRG (2020b).

Como resultado desse trabalho do ODG e de outras ações promovidas pela PRG, a UFPB tornou-se uma das primeiras universidades federais a aderir ao ensino remoto emergencial, destacando-se pela rapidez na adaptação e pela capacidade de mobilizar dados para fundamentar suas decisões.

Assim, a atuação do ODG durante a pandemia demonstrou não apenas a importância de uma gestão acadêmica orientada por dados, mas também o seu impacto direto na continuidade da missão institucional da UFPB em um dos períodos mais desafiadores da história recente da educação superior.

3 Da percepção empírica à mensuração sistemática da evasão e retenção

Uma das demandas mais relevantes do ODG foi iniciar, de forma sistemática, as pesquisas, o levantamento e a análise de dados relacionados à evasão, retenção e diplomação na UFPB, pois, antes de sua criação, esses fenômenos eram percebidos de forma empírica, mas não eram mensurados em nível institucional.

Além disso, os estudos anteriores eram acompanhados de maneira fragmentada, com dados dispersos em pesquisas diversas e pontuais, o que dificultava uma compreensão global da trajetória discente e limitava a proposição de ações preventivas.

3.1 O ECOGRAD - Ecossistema de Gestão das Graduações

O trabalho com dados que estava sendo desenvolvido pela PRG projetou a UFPB para além de seus limites institucionais, conferindo-lhe notoriedade no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Foi então que a experiência na sistematização e análise de informações sobre a gra-

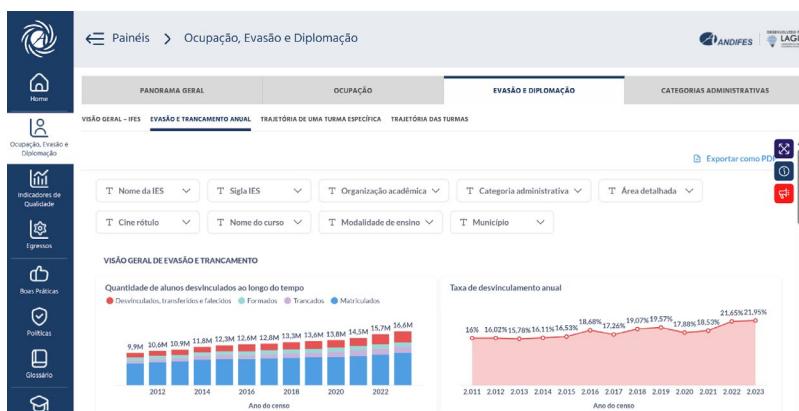
duação inspirou a ANDIFES para a criação do ECOGRAD - Ecossistema de Gestão das Graduações, uma plataforma tecnológica¹⁵ voltada para o compartilhamento de dados entre as universidades federais (DIAS JR et al., 2025).

Desenvolvido entre 2020 e 2021, por meio do Laboratório de Gestão & Inteligência de Dados (LAGID), o ECOGRAD consolidou-se como uma iniciativa de alcance nacional, tendo como propósito constituir um ecossistema nacional de dados da graduação, permitindo a disseminação de indicadores, a troca de boas práticas e o fortalecimento das políticas institucionais de permanência e diplomação.

Em 2025, a PRG passou a utilizar de forma mais efetiva o ECOGRAD, concebendo-o como ferramenta para promover a interação com os Centros de Ensino, intensificando as discussões sobre evasão, retenção e diplomação.

A seguir, é apresentado um recorte de uma das telas do ECOGRAD, em que os dados de evasão e de diplomação podem ser acompanhados pela instituição, em diferentes dimensões, tanto em nível global, quanto de cursos específicos.

Figura 4 – Recorte de um dos painéis do ECOGRAD sobre evasão e diplomação.



Fonte: ECOGRAD (2021).

15 Disponível em: ecograd.ufpb.br. Acesso em 20/10/2025.

Vê-se, portanto, que a adoção da plataforma vem possibilitando maior transparência e embasamento nas análises, permitindo que os gestores reflitam sobre sua realidade. Com isso, o diálogo institucional torna-se mais qualificado, orientando ações conjuntas voltadas à melhoria da permanência estudantil e ao fortalecimento dos indicadores de conclusão da graduação.

Além da UFPB, que liderou sua concepção, a plataforma já atende outras 56 (cinquenta e seis) IFES até a presente data (2025) e vem sendo continuamente evoluída com a integração de novos dados e indicadores. Esse avanço evidencia não apenas a relevância do projeto para a gestão da graduação na UFPB, mas também posiciona a PRG na vanguarda do sistema federal de ensino superior brasileiro, ao se destacar no desenvolvimento de tecnologias inovadoras de apoio à gestão acadêmica.

3.2 Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento do Relacionamento do Aluno (SARA)

O Sistema de Acompanhamento do Relacionamento do Aluno (SARA) foi concebido no ano de 2020 a partir da necessidade de incorporar, de forma sistemática, a voz dos estudantes ao processo de gestão da graduação. A proposta central consistiu em transformar as percepções discentes (tradicionalmente captadas por meio de avaliações pouco exploradas ou subutilizadas) (COSTA; DIAS JR, 2020) em indicadores objetivos, capazes de sintetizar dimensões relevantes do relacionamento do estudante com seu curso, seus docentes e sua própria trajetória acadêmica.

Essa transformação de percepções subjetivas em métricas comparáveis e monitoráveis representou um avanço importante, pois possibilitou que a gestão acadêmica passasse

a considerar, de maneira estruturada, a experiência discente como insumo para diagnósticos e tomadas de decisão.

Assim, o SARA emergiu como uma ferramenta inovadora que não apenas amplia os canais de participação estudantil, mas também fortalece a lógica da gestão orientada por evidências, ao permitir que sentimentos de satisfação, interesse em permanecer no curso, comprometimento e motivação fossem convertidos em indicadores de acompanhamento contínuo. Dessa forma, o sistema contribui para uma visão mais abrangente da qualidade da graduação, na qual a percepção dos estudantes deixa de ser um dado periférico e assume o papel de elemento estratégico para o planejamento e a melhoria institucional.

Nesse sentido, o sistema é composto por quatro indicadores principais:

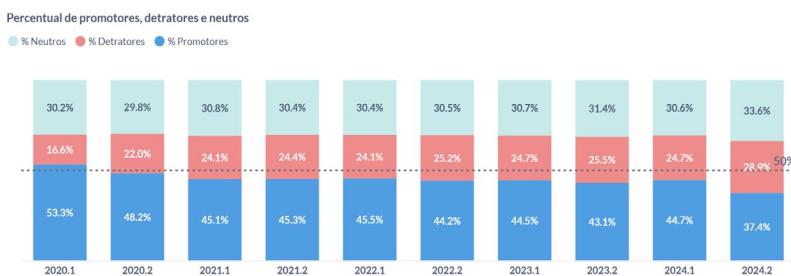
- Índice de Recomendação (IR): apresenta o saldo entre o percentual de estudantes promotores e detratores¹⁶ do curso;
- Índice de Interesse em Permanecer (IIP): apresenta o saldo entre o percentual de estudantes interessados em permanecer e aqueles interessados em deixar o curso;
- Índice de Comprometimento e Motivação (ICM): apresenta o saldo entre o percentual de estudantes com altos níveis de comprometimento e motivação nas disciplinas e aqueles com baixos níveis;
- Índice de Satisfação com os Docentes (ISD): apresenta o saldo entre o percentual de estudantes com altos

¹⁶ Discentes promotores são aqueles que promovem o curso, comunicando aspectos positivos para outros colegas. Já os detratores são os estudantes que, ao contrário, comunicam aspectos negativos. Há ainda os classificados como neutro que não comunicam, nem de forma positiva nem de forma negativa.

níveis de satisfação com os docentes e aqueles com baixos níveis.

A Figura 5 apresenta, como exemplo, um dos painéis do SARA, no qual são exibidos os percentuais de discentes considerados promotores, detratores e neutros.

Figura 5 – Recorte da tela do Sigma contendo indicadores do SARA



Fonte: UFPB (2025).

A partir dos indicadores, a PRG dialoga com os coordenadores e os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, a fim de fomentar reflexões e gerar insumos para a melhoria contínua das graduações. Nesse sentido, de posse do devido diagnóstico, a PRG realiza reuniões com os docentes dos departamentos, impulsionando discussões e análises que possam melhorar a qualidade de atendimento aos ingressantes e criação de estratégias para garantir a permanência dos estudantes e a conclusão dos cursos de graduação.

Como resultado prático dessas ações, tem-se o caso do curso de Matemática Computacional: após a apresentação de indicadores críticos de evasão e de insatisfação discente, os docentes mobilizaram-se criando um novo curso chamado Ciência de Dados e Inteligência Artificial em substituição ao curso de Matemática Computacional. Tal mudança foi refletida já na sua primeira oferta no Sisu, em 2020, quando o curso foi o mais concorrido dentre aqueles ofertados no seu Centro de Ensino, evidenciando que a sua reforma teria

trazido, até aquele momento, resultados positivos. Esse caso demonstra a capacidade que a Universidade tem em fazer o uso de dados para gerar evidências que sirvam de insumo e fundamentem um processo de adaptação e transformação por meio dos seus atores institucionais.

Observa-se, assim, que o SARA permite colocar em foco a qualidade do relacionamento dos estudantes com seus cursos, objetivando uma permanência qualificada desses alunos na instituição e, consequentemente, a redução das taxas de evasão e o aumento da taxa de diplomação.

3.3 Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico (SIGMA)

De acordo com levantamento realizado pelo ODG em 2025, metade dos coordenadores de curso (50%) declarou insatisfação quanto ao acesso às informações disponíveis nos relatórios atuais do SIGAA para acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes. Além disso, 54,5% também se mostraram insatisfeitos com a facilidade e a agilidade do sistema para subsidiar ações de prevenção à evasão e à retenção, evidenciando a necessidade de ferramentas mais eficazes e integradas de monitoramento discente.

Como resposta direta àquela insatisfação, bem como em atendimento às exigências da Resolução CONSEPE/UFPB nº 29/2020 e com o propósito de consolidar a UFPB como uma instituição orientada a dados, em 2025, a UFPB desenvolveu o Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico - SIGMA, agrupando em uma única plataforma dados antes dispersos em sistemas distintos, como SIGAA.

A plataforma foi concebida, assim, como um produto fruto da parceria entre diferentes unidades institucionais da UFPB, incluindo a PRG, a Gerência de Inteligência

Institucional da STI e o LAGID, articulando competências técnicas e acadêmicas em prol da gestão.

A proposta do SIGMA, então, foi transformar informações fragmentadas em painéis integrados e analíticos, permitindo que coordenadores e gestores tivessem uma visão ampla e dinâmica do percurso acadêmico discente. Dessa forma, o SIGMA consolida, em um único ambiente, os dados de ingresso, permanência e diplomação, fornecendo indicadores que permitem identificar precocemente situações de risco – como a evasão, além de otimizar o tempo de coordenadores com informações prontas para ação e apoiar a formulação de políticas institucionais fundamentadas em evidências.

Assim, no âmbito da graduação, o SIGMA constitui uma plataforma desenvolvida para responder às limitações do acompanhamento discente pelas coordenações de curso. Com isso, a plataforma viabiliza o acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes, facilita a identificação precoce de situações de risco de evasão ou retenção e promove a tomada de decisões baseadas em evidências. Ao otimizar o tempo dos coordenadores e democratizar o acesso a informações, o SIGMA não apenas atende à normativa institucional, mas também fortalece a cultura de gestão acadêmica orientada por dados.

A Figura 6 apresenta a tela inicial do sistema, estruturado em diferentes módulos, cada um reunindo um conjunto de painéis direcionados a distintos atores institucionais.

Figura 6 – Tela inicial do Sigma com seus módulos



Fonte: UFPB (2025).

Diferentemente do SIGAA, que se caracteriza como um sistema transacional, voltado prioritariamente para o registro e a operacionalização de processos acadêmicos, o SIGMA é concebido como um sistema analítico, cuja ênfase recai sobre a consolidação e a interpretação das informações. Enquanto o SIGAA organiza fluxos administrativos cotidianos funcionando, portanto, como uma base de dados operacional, o SIGMA tem como propósito transformar esses registros em conhecimento estratégico. Nesse sentido, o sistema analítico permite integrar, tratar e visualizar dados de forma agregada, oferecendo indicadores, painéis interativos e análises comparativas. Assim, ao passo que o SIGAA responde às necessidades imediatas da execução acadêmica, o SIGMA se destina a apoiar a tomada de decisão.

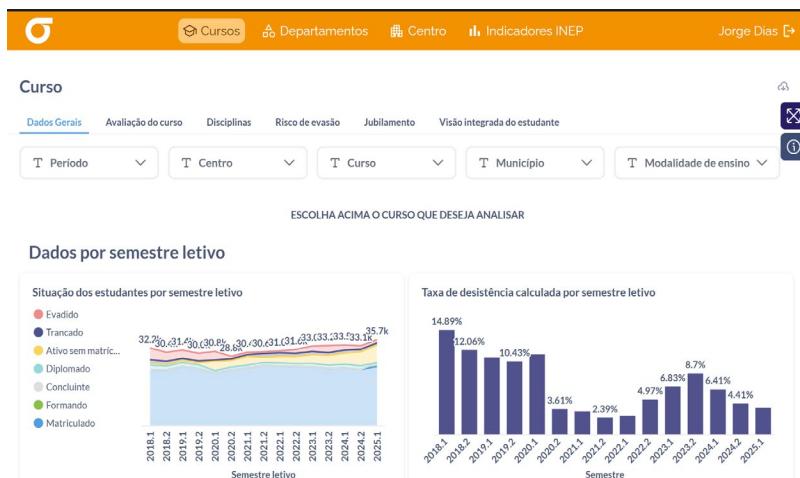
A organização do sistema em módulos foi pensada para atender a diferentes níveis de gestão, que inclui pró-reitores, diretores de Centro de Ensino, chefes de departamento, e assessores de graduação.

3.3.1 Módulo “Cursos”

O primeiro módulo apresentado no SIGMA permite a coordenadores de cursos terem acesso a diferentes abas que reúnem informações estratégicas para a gestão acadêmica: Dados gerais, Avaliação do curso, Disciplinas, Risco de evasão, Jubilamento e Visão integrada do estudante.

Se por um lado, a aba “Dados gerais” engloba as situações acadêmicas dos discentes –como evadidos, trancados, formados e matriculados –, por outro, a aba “Avaliação do curso” dispõe dos resultados da avaliação realizada pelos estudantes ao final de cada período letivo. Nesse sentido, a Figura 7 ilustra o recorte de uma das telas do sistema, em que é possível visualizar o quantitativo de diferentes situações dos discentes, bem como o percentual de desistência ao longo dos períodos letivos.

Figura 7 – Recorte da tela do coordenador de curso



Fonte: UFPB (2025).

A aba “Disciplinas” traz os indicadores de desempenho nas disciplinas, incluindo taxas de aprovação, reprovação e trancamento.

Já na aba “Risco de evasão”, é possível visualizar a lista de estudantes identificados em situação de risco, com base em critérios como resultados da avaliação discente, reprovações recentes ou acumuladas, entre outros.

O Sistema traz também a aba “Jubilamento”, mostrando a relação de estudantes que se enquadram em, pelo menos, um dos critérios de desligamento previstos em resolução institucionalmente.

Por fim, a aba “Visão integrada do estudante” apresenta um painel individualizado que reúne informações acadêmicas detalhadas, como evolução do CRA, taxas de aprovação e reprovação, histórico de trancamentos e indicadores referentes à avaliação realizada pelo discente sobre o curso. A Figura 8, a seguir, apresenta um recorte desse painel.

Figura 8 – Recorte da tela do painel Visão integrada sobre o estudante



Fonte: UFPB (2025).

A partir da análise do painel da visão integrada do estudante é possível observar o número de trancamentos, a carga horária integralizada, o total de aprovações, trancamentos e reprovações, o histórico do CRA, as disciplinas com mais reprovações e o índice de interesse em continuar no curso.

A proposta do Módulo “Cursos” do SIGMA é, portanto, munir os coordenadores de cursos de informações, possibilitando-os atuar de forma preventiva e direcionada, estabelecendo contato com os estudantes em risco e promovendo ações que favoreçam sua permanência e sucesso acadêmico.

3.3.2 Módulo “Departamentos”

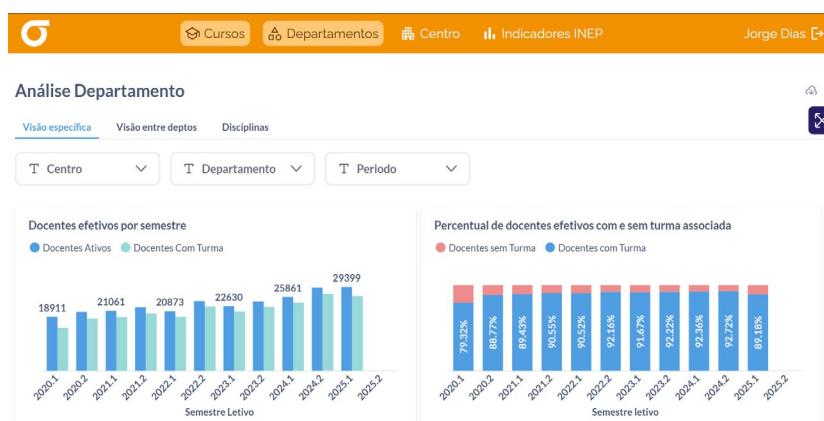
Já no módulo Departamentos, os chefes departamentais têm acesso a diferentes indicadores, organizados em diferentes painéis que abrangem “Visão específica” e “Disciplinas”.

No painel “Visão específica”, é apresentado o número de docentes, de turmas, de discentes atendidos, a carga horária, bem como os indicadores de relação (Aluno-professor, Carga horária-professor, Turma-professor).

As informações das disciplinas ofertadas pelo departamento, por sua vez, são disponibilizadas no painel de disciplinas que mostra as taxas de aprovação, reprovação e trancamento, a dificuldade percebida pelos discentes, etc.

A Figura 9 ilustra um recorte do painel que o chefe de departamento tem acesso.

Figura 9 – Recorte do painel sobre o departamento.



Fonte: UFPB (2025).

A expectativa é que, de posse dos dados disponíveis no SIGMA, os departamentos possam refletir e aperfeiçoar o atendimento das demandas dos diversos cursos.

3.3.3 Módulo “Centro”

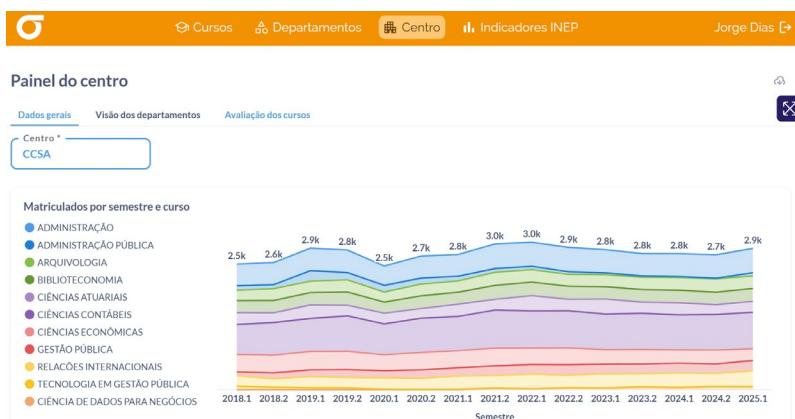
Os diretores dos Centros de Ensino também possuem acesso a um conjunto de painéis disponibilizados pelo acesso às seguintes abas: Dados gerais, Visão dos departamentos e Avaliação dos cursos.

Da mesma forma que aparece no módulo “Curso”, a aba “Dados Gerais” traz números sobre discentes (matriculados, evadidos, formados etc.) mas, neste módulo, tais dados são organizados por cursos do centro. No mesmo sentido, a aba “Avaliação dos cursos” do módulo “Centro” mostra dados comparativos da avaliação dos cursos.

Em relação ao painel “Visão dos departamentos”, os diretores têm acesso às informações (relação aluno-professor, relação turma-professor etc.) sobre todos os departamentos daquele Centro.

A Figura 10 ilustra um recorte do painel em que o diretor de Centro tem acesso.

Figura 10 – Recorte do painel sobre o Centro de Ensino.



Fonte: UFPB (2025).

Nesse painel, o diretor de centro tem a possibilidade de visualizar as métricas comparando os cursos de seu Centro. No exemplo da figura, é possível verificar a quantidade de matriculados ao longo dos períodos letivos dos cursos.

3.3.4 Módulo “Indicadores INEP”

O módulo de Indicadores INEP do SIGMA foi desenvolvido com o propósito de reunir, organizar e disponibilizar, em formato acessível e sistematizado, os principais indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que incidem sobre a graduação na UFPB.

Indicadores como Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC) e Enade, tradicionalmente utilizados para aferir a qualidade da educação superior em âmbito nacional, servindo de referência tanto para avaliação externa quanto para formulação de políticas institucionais, são apresentados, no SIGMA, em painéis interativos, permitindo que coordenadores de curso, diretores de centro e gestores da PRG acompanhem o desempenho da instituição de maneira integrada e comparativa ao longo do tempo.

A Figura 11 apresenta um recorte desse painel:

Figura 11 – Recorte da tela do módulo de indicadores INEP.



Fonte: UFPB (2025).

A organização desses dados no SIGMA facilita a identificação de pontos fortes e de fragilidades, orientando ações voltadas à melhoria contínua dos cursos. Ademais, ao consolidar dados que antes estavam dispersos em relatórios do INEP, o módulo favorece uma visão estratégica da graduação, articulando a avaliação nacional com o planejamento interno da Universidade.

Assim, o SIGMA representa um marco na cultura de gestão orientada a dados dentro da UFPB. Mais do que uma ferramenta tecnológica, trata-se de um instrumento que aperfeiçoa o trabalho da gestão na PRG, ampliando sua capacidade de análise e fortalecendo o compromisso institucional com a qualidade da formação e a permanência estudantil. Entretanto, sua concepção não se encerra na versão atual, pois se trata de um projeto em constante evolução. A perspectiva futura é ampliar continuamente o número de métricas e indicadores, aprofundar a integração de dados acadêmicos e institucionais e consolidar o sistema como a versão oficial da verdade da instituição no que se refere à graduação.

Nesse processo, o SIGMA não se limita a ser apenas uma ferramenta de consulta, mas busca afirmar-se como um ambiente analítico, capaz de sustentar políticas de acompanhamento discente, considerando a permanência e a diplomação com base em evidências. Paralelamente, novos estudos vêm sendo conduzidos com vistas à incorporação de recursos de inteligência artificial, que permitirão avançar para análises preditivas, como a identificação precoce de perfis de risco de evasão, a simulação de cenários de retenção e a recomendação de estratégias de intervenção personalizadas.

Dessa forma, o futuro do SIGMA aponta para a consolidação de uma plataforma cada vez mais inteligente e

abrangente, reafirmando o compromisso da UFPB com a inovação na gestão da graduação e com o uso estratégico dos dados como elemento central de tomada de decisão.

5 Palavras finais

O Observatório de Dados da Graduação consolidou-se como a unidade de inteligência de dados da Pró-Reitoria de Graduação, desempenhando um papel importante no aprimoramento da gestão acadêmica na UFPB. Desde sua criação, o ODG tem contribuído para a formulação de diagnósticos mais precisos, com o desenvolvimento de ferramentas inovadoras, como o SIGMA e o SARA, e a disseminação de uma cultura institucional orientada por evidências.

A experiência bem-sucedida da UFPB com o ODG tem chamado atenção em âmbito nacional, tornando-se referência para outras Instituições Federais de Ensino Superior que vêm replicando iniciativas inspiradas nesse modelo. Esse movimento reafirma a posição da UFPB como pioneira na criação de uma unidade especializada de inteligência de dados voltada exclusivamente à graduação, antecipando tendências de gestão que hoje são reconhecidas como indispensáveis no ensino superior.

Assim, ao conjugar inovação tecnológica, rigor analítico e compromisso institucional com a permanência e a diplomação estudantil, o ODG projeta a UFPB para a vanguarda do sistema federal de ensino superior, confirmado sua contribuição não apenas para a comunidade acadêmica interna, mas também para o fortalecimento das políticas de educação superior em todo o país.

Referências

DIAS JR, J. J., CARVALHO, M., LOPES, R., DOS SANTOS, W. P., FERREIRA, J. F. A. F. Ecograd: Uma ferramenta analítica para a gestão fundamentada em evidências nas IFES brasileiras. In:

Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação (SBSI). SBC, 2025.
p. 176-180.

COSTA, Francisco José; DIAS, José Jorge Lima. Avaliação da formação superior pelo discente: proposta de um instrumento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 275-296, 2020.

ECOGRAD, Ecossistema de Gestão das Graduações. **ECOGRAD**, 2021. Disponível em: <https://ecograd.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

PRG, Pró-reitoria de Graduação. **Observatório de Dados da Graduação**, 2020a. Painéis e Relatórios do ano de 2020. Disponível em: https://linktr.ee/odg_prg_ufpb. Acesso em: 30 set. 2025.

PRG, Pró-reitoria de Graduação. **Painel do Ensino Remoto Emergencial (Graduação)**, 2020b. Disponível em: <https://looke-rstudio.google.com/u/0/reporting/cdc084de-8e13-4984-aee-0-caa30f80b641/page/PjLkB?s=h-XcZnpJcrQ>. Acesso em: 30 set. 2025.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **SIGMA: Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento Acadêmico**, 2025. Disponível em: <https://paineis.ufpb.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Reitora da Universidade Federal da Paraíba. Reitora eleita e não empossada da UFPB (2020). Professora Titular do Departamento de Ciência Animal do CCHSA/Campus III/UFPB, com atuação em Cursos de nível Técnico, Superior e Pós-Graduação. Possui Graduação em Medicina Veterinária, Mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal da Paraíba e Doutorado em Zootecnia pela UFRPE/UFPB/UFC. Atuou no movimento estudantil universitário e movimento docente. Tem experiência em pesquisa e extensão, na condução de projetos exitosos aprovados por órgãos de fomento. É autora de artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais e capítulos de livros. Ministrou palestras em eventos nacionais e internacionais. Possui vasta experiência em liderança e gestão administrativa em empresa privada e pública. Na UFPB exerceu funções administrativas de chefe de departamento e laboratório, assessoria de pesquisa, coordenação de projetos institucionais como o REUNI e PDI para o CCHSA, Vice-Diretora e Diretora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), Campus III/UFPB por dois mandatos. Menciona-se também, os prêmios de mérito profissional e/ou acadêmico e as condecorações recebidas ao longo dos quase trinta anos da carreira de servidora pública.

Mônica Nóbrega

Vice-reitora da Universidade Federal da Paraíba. Vice-reitora eleita e não empossada da UFPB (2020). Professora Associada do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística, com atuação em Cursos de nível Superior e Pós-Graduação. Possui

Graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1988), Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e Doutorado em Lingüística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Lingüística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise lacaniana, lingüística saussuriana, produção de sentidos, discurso e lingüística saussuriana. Exerceu o cargo de Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, de janeiro de 2013 a janeiro de 2021.

Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Professora Associada do Departamento de Fundamentação da Educação, com atuação em Cursos de nível Superior e Pós-Graduação. Possui Licenciatura em Pedagogia (1994), Mestrado em Educação (2003) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Pós-doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO (2023). Atuou como docente da Educação Básica a rede estadual de ensino da Paraíba. Tem experiência na área de Educação com ênfase em Currículo, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais, currículo, educação integral, ensino médio, educação do campo e formação de professores. Editora da Revista Espaço do Currículo. Credenciada no Programa de Pós-graduação em Educação-UFPB, na linha de Políticas Educacionais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares; membro dos Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo

e Práticas Educativas; Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos e Grupo de Pesquisa Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de conhecimentos - UFES. Faz parte da Rede Latino-Americana de Estudos Epistemológicos em Política Educacional. Primeira Secretaria da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPED) na gestão 2023-2025.



Título Raízes de pedra e mar : retratos do ensino da graduação
da UFPB

Organizadoras Terezinha Domiciano Dantas Martins, Mônica Nobrega,
Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Projeto de diagramação e Capa Ana Gabriella Carvalho, Paulo Henrique dos Santos
Silva, Willyana Lupercinio Tavares

Formato e-book (PDF – 16x26,4 cm)

Tipografia Nunito Sans

Número de páginas 181

